

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIEL TONELI RODRIGUES



ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA REALEZA E DE HOMENS DA
IGREJA NA CRÔNICA INGLESA *ITINERARIUM PEREGRINORUM ET GESTA*
REGIS RICARDI

CURITIBA

2021

GABRIEL TONELI RODRIGUES

ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA REALEZA E DE HOMENS DA
IGREJA NA CRÔNICA INGLESA *ITINERARIUM PEREGRINORUM ET GESTA*
REGIS RICARDI

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História

Orientador: Prof.^a. Dr.^a. Fátima Regina Fernandes

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB
9/1607

Rodrigues, Gabriel Toneli

Estudo sobre a representação da realeza e de homens da igreja na crônica inglesa
Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi. / Gabriel Toneli Rodrigues. –
Curitiba, 2021.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^ª. Dr^ª. Fátima Regina Fernandes

1. Inglaterra – História – Idade média, 600-1500. 2. Cruzadas – Terceira,
1189-1192. 3. Literatura latina medieval e moderna. 4. Poder (Ciências
sócias) na Literatura. 5. Monarquia – Inglaterra – História. I. Fernandes,
Fátima Regina, 1962-. II. Título.

CDD – 940.18



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GABRIEL TONELI RODRIGUES** intitulada: **ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA REALEZA E DE HOMENS DA IGREJA NA CRÔNICA INGLESA ITINERARIUM PEREGRINORUM ET GESTA REGIS RICARDI**, sob orientação da Profa. Dra. FATIMA REGINA FERNANDES FRIGHETTO, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 24 de Agosto de 2021.

Assinatura Eletrônica

24/08/2021 18:21:08.0

FATIMA REGINA FERNANDES FRIGHETTO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

25/08/2021 08:04:48.0

CARLOS EDUARDO ZLATIC

Avaliador Externo (POSITIVO SOLUCOES DIDATICAS)

Assinatura Eletrônica

25/08/2021 10:40:10.0

JOSÉ CARLOS GIMENEZ

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são principalmente para minha família, que me apoiou durante todo o processo de pesquisa e escrita desta dissertação e vem me encorajando a continuar na área de História, mesmo em tempos tão difíceis. À minha mãe, minha principal apoiadora e incentivadora a estudar História e que vem me ajudando desde a graduação. Ao meu pai, que fez e faz inúmeros sacrifícios diariamente e me garante segurança para continuar a pesquisar. Ao meu irmão, que acompanhou quase toda minha graduação e mestrado e me ajudou muito, mesmo agora estando longe. E a minha irmã, minha melhor amiga e fortaleza que tem me ajudado e apoiado em muitas coisas através dos anos. Eu não conseguiria chegar aonde estou hoje sem o apoio de todos eles. Também agradeço a Nina e Mila, que nos últimos anos tem sido um sopro de ânimo não apenas para mim, mas para toda a família e me acompanharam em inúmeras noites enquanto eu estava estudando.

Minha pesquisa foi solitária, de certa maneira, mas pude participar de alguns eventos em todo Brasil de maneira presencial e remota e isso me acrescentou muito. Por fim gostaria de agradecer à CAPES pelo financiamento desta pesquisa – embora não em todo seu período – e à professora Fátima Regina Fernandes que orientou este trabalho.

RESUMO

Nossa pesquisa tem como objetivo analisar a construção narrativa da obra *Itinerarium Peregrinorum et Gesta regis Ricardi*, crônica escrita por Richard de Templo entre 1216 e 1220 na Inglaterra. A obra tem o propósito de narrar a participação do rei Ricardo I (r.1189-1199) na Terceira Cruzada (1189-1192) e possui um caráter moral-didático, construindo uma imagem idealizada do rei inglês com base em uma série de virtudes da ética da cavalaria medieval e reforçada a partir de exemplos de má conduta, inclusive do irmão de Ricardo e futuro rei inglês João (r.1199-1216). A narrativa, ainda, constrói uma imagem providencialista e de protagonismo de membros da Igreja, tanto em temas religiosos e em matérias seculares. Seu contexto de redação, entretanto, foi marcado por conflitos entre a realeza e os outros grupos tradicionais de poder dentro do reino inglês, resultado da manutenção e ampliação de políticas reais em um período de fortalecimento do poder real desde meados do século XII. Com base nisso, nossa problemática gira em torno de compreender os objetivos do autor na redação de sua obra e os motivos que o levaram a escrevê-la. Escrita ao final do reinado de João, um período marcado por revoltas da nobreza e conflitos com a Igreja, entendemos que o *Itinerarium* possui como objetivo contestar a legitimidade do reinado de João ao mesmo tempo em que resgata uma imagem idealizada e construída de realeza em torno de Ricardo I. Este trabalho insere-se, portanto, no estudo da História do Poder e possui como eixo teórico os trabalhos de Raph V. Turner e John Gillingham, entre outros.

Palavras-chave: Idade Média – Reino da Inglaterra – Centralização monárquica – Representação – *Itinerarium Peregrinorum et Gesta regis Ricardi*

ABSTRACT

Our research aims to analyse the narrative construction of the work *Itinerarium Peregrinorum et Gesta regis Ricardi*, a chronicle written by Richard de Templo between 1216 and 1220 in England. The work has the purpose of narrating the participation of King Richard I (r.1189-1199) in the Third Crusade (1189-1192) and it has a moral-didactic character, building an idealized image of the English king with based on a series of virtues of medieval chivalry ethics and reinforced by examples of misconduct, including that of Richard's brother and future English king John (r.1199-1216). The narrative, still, builds a providentialism image and the leading role of members of the Church, both in religious themes and in secular matters. His writing context, however, was marked by conflicts between royalty and other traditional power groups within the English kingdom, a result of the maintenance and expansion of royal policies in a period of strengthening of royal power since the mid-twelfth century. Based on this, our problem revolves around understanding the author's objectives in writing his work and the reasons that led him to write it. Written at the end of John's reign, a period marked by revolts by the nobility and conflicts with the Church, we understand that the *Itinerarium* aims to challenge the legitimacy of John's reign while rescuing an idealized and constructed image of royalty around of Ricardo I. Therefore, this work is part of the study of the History of Power and has as its theoretical axis the works of Raph V. Turner and John Gillingham, among others.

Keywords: Middle Ages – Kingdom of England – Royal centralization – Representation – *Itinerarium Peregrinorum et Gesta regis Ricardi*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - O “IMPÉRIO” ANGEVINO	24
FIGURA 2 - LINHA GENEALÓGICA DA FAMÍLIA REAL INGLESA ATÉ HENRIQUE III (R.1216-1272)	26
FIGURA 3 - AS PERDAS TERRITORIAIS DE JOÃO I	31

LISTA DE QUADROS

GRÁFICO 1 – EXTRATOS SELECCIONADOS	55
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: O LEÃO E O TIRANO: O CONTEXTO INSTIGADOR DA REDAÇÃO DA CRÔNICA MEDIEVAL ITINERARIUM PEREGRINORUM ET GESTA REGIS RICARDI	23
1.1 A SUCESSÃO DO REI RICARDO E AS GUERRAS CONTRA FELIPE II (1199-1206)	27
1.2 A ELEIÇÃO DE STEPHEN LANGTON E O CONFLITO COM A IGREJA (1205-1214)	32
1.3 A MAGNA CARTA E O FIM DO REINADO DE JOÃO (1214-1220)	44
CAPÍTULO 2: O ASPECTO MODELAR DO ITINERARIUM PEREGRINORUM ET GESTA REGIS RICARDI: A CONSTRUÇÃO DA FIGURA DE UM MONARCA IDEAL NA OBRA DE RICHARD DE TEMPLO	54
2.1 A PRODUÇÃO ESCRITA DURANTE A PLENITUDE MEDIEVAL (SÉCULOS XI-XIII)	55
2.1.1 A PRODUÇÃO DE CRÔNICAS NA IDADE MÉDIA	59
2.1.2 APROXIMAÇÕES ENTRE GÊNERO CRONÍSTICO E O GÊNERO DE ESPELHO DE PRÍNCIPE	63
2.2 A IMAGEM DO MONARCA	68
2.2.1 AS VIRTUDES DE UM REI IDEAL: COMENTÁRIOS SOBRE AS PRINCIPAIS VIRTUDES DO REI RICARDO I	83
2.3. SOBRE A MÁ CONDUTA: EXEMPLOS NA CRUZADA	90
CAPÍTULO 3: A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE PODER	100
3.1 PROTAGONISMO MILITAR DO CLERO – EXEMPLOS NA CRUZADA.....	104
3.2 PROTAGONISMO DO CLERO – O TRABALHO PASTORAL DE MEMBROS DA IGREJA	119

CONCLUSÕES FINAIS	130
ANEXOS	135
REFERÊNCIAS	137
4.1. FONTES PRIMÁRIAS.....	137
4.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137

INTRODUÇÃO

Até o final do século XII os reis da Inglaterra preservavam o domínio de uma ampla faixa territorial entre Dublin e os Pirineus. A dinastia plantageneta, iniciada com Henrique II (r.1152-1189), notabilizou-se no período entre 1154 e 1216 por medidas que favoreciam o fortalecimento da instituição real, entre elas reformas judiciais e fiscais e especialização do aparato administrativo do governo. Com a virada do século, entretanto, a realeza observou uma redução considerável de seus domínios e uma aguda contestação a legitimidade da realeza e das ações que consolidaram seu poder. Neste contexto, a produção de crônicas constitui uma importante ferramenta de afirmação ou oposição a figura real e construção e delimitação de parâmetros de conduta.

O reinado de João (r.1199-1216), neste cenário, é interpretado como um período de má governança e tirania, baseado por seu relacionamento conturbado com a nobreza e a Igreja. Como resultado, podemos perceber em muitos casos uma imagem impiedosa, mesquinha e cruel de João, construída por grande parte da cronística medieval inglesa.

A produção de crônicas, neste sentido, tem um papel considerável na sociedade medieval, uma vez que depende do passado para legitimar-se (SPIEGEL, 1997, p.83). Os cronistas medievais, desta maneira, eram guiados a assimilar passado e presente em uma corrente contínua de tradição e perceber nesta continuidade uma forma de legitimação.

A prática da escrita, deste modo, fundamenta-se a partir de sua função edificadora na qual projetava um idealismo moral, determinando modos de comportamento e estabelecendo o passado como repositório da instrução moral. O uso de tipologias, neste caso, compõe os modos de percepção da realidade histórica pelo cronista, caracterizando os personagens de sua narrativa como “bom”, “justo”, “benevolente”, “poderoso” e “tirano”, entre outros atributos, fundamentando a construção de uma estrutura interna de relações históricas e reafirmando ou não a continuidade e a legitimação da ação real (SPIEGEL, 1997, p.93-94).

No caso do reino da Inglaterra, a produção de crônicas tem início no século VIII, porém apenas a partir do século XII esta produção será mais substancial. Alguns fatores impactaram isso, entre os quais o objetivo de edificar e fortalecer a fé cristã, expressar gratidão a algum patrono ou benfeitor, conseguir apoio e fortalecer a posição individual do autor e do grupo que integra. Para a autora Antonia Gransden (1992), entretanto, o propósito de registrar os acontecimentos contemporâneos aos autores e da história local

foi o principal fator neste florescimento, iniciando uma tradição deste tipo de produção narrativa.

Neste contexto, a crônica de Richard de Templo¹, o *Itinerarium Peregrinorum et Gesta regis Ricardi*, tem um objetivo diferente das obras de outros autores do período, como Roger de Howden, William de Newburg ou Gervase de Canterbury, cronistas que escreveram sobre eventos que ocorreram no reino inglês. Por sua vez, o *Itinerarium* elabora uma narrativa sobre a Terceira Cruzada (1189-1192) e a participação do rei Ricardo I (r.1189-1199) nela.

Em nossa análise, é possível perceber na crônica a delimitação de modelos de comportamento, especialmente em torno do rei Ricardo. Neste ponto, para a historiadora H. Nicholson (2016) o objetivo do cronista é apresentar os feitos do rei inglês para a nova geração, resultando também na idealização de um modelo régio. Entendemos, entretanto, que a imagem de Ricardo como um estrategista habilidoso, carismático e líder exemplar, o autor demonstra o contraste entre ele e seu irmão, o rei João.

Nossa leitura, portanto, é da qual o cronista constrói uma idealização de Ricardo paralelamente a uma desconstrução da legitimidade de João. Isso ocorre basicamente a partir de dois pontos: em primeiro lugar, pelas poucas passagens em que João é mencionado no texto, todas de maneira depreciativa; e, por outro lado, em um encontro entre Ricardo e João na crônica, no qual o autor realça a grandeza do primeiro e a subserviência do último. Entendemos que isso ocorre com o objetivo de cristalizar um modelo de realeza que, principalmente, beneficiasse a Igreja, realizando simultaneamente uma narrativa crítica à João para estimular uma imagem negativa deste monarca.

O modelo de conduta régio criado fundamenta-se na proteção da Igreja, parceria com a nobreza e participação na cruzada. O rei João, no entanto, ficou historicamente marcado por um envolvimento mais enfático em atividades administrativas e judiciais, algo que se mostrava cada vez mais comum desde o reinado de Henrique II, mas também acompanha uma tendência mais geral no Ocidente medieval. Não existia, portanto, uma ruptura significativa das tradições monárquicas com João em relação a seus antecessores, mas a manutenção de práticas e políticas reais que vinham sendo implementadas desde a metade do século XII. Por isso, cabe destacar a importância das perdas territoriais de João,

¹ Infelizmente as informações sobre o autor são sensivelmente escassas, se limitando a sua eleição ao posto de prior no ano de 1222. Há indícios, entretanto, que Richard é uma testemunha ocular da Cruzada. Há referências de seu nome como Richard de Templo; Ricardo, Canonico Sanctae Trinitatis Londoniensis; Richard de la Sainte-Trinité; Richardo Canonico e Richard, the canon.

levando-o a permanecer a maior parte de seu reinado dentro do reino inglês, algo que não ocorrera até então. Isso acabou sendo um dos fatores decisivos para participação ativa do monarca em atividades administrativas. A eficiência das instituições monárquicas neste período, como resultado, gerou uma sensação de opressão aos outros agentes políticos e grupos tradicionais de poder, reproduzindo uma imagem tirânica do rei inglês.

Podemos notar na fonte, por outro lado, a representação destacada de membros da Igreja. Isso ocorre através de algumas modalidades de atuação, seja guardando o ofício da justiça, como guerreiros e líderes militares, conselheiros, pacificadores e guias espirituais, apresentando em muitos casos um comportamento bondoso e altruísta. Estas modalidades fundamentam um protagonismo deste clero, especialmente o inglês, que estabelece uma dinâmica deste grupo com os outros agentes que participaram da cruzada e fundamenta, em nossa leitura, um projeto de protagonismo também no reino da Inglaterra.

Com base nisso, nossa proposta é uma análise que estabeleça a construção da interpretação do sentido e intenção da crônica por parte de seu autor em relação ao seu contexto de produção, contemplando a intenção do relato como cristalizador de valores e de atuação política. Esta pesquisa tem como objetivo, portanto, discutir o porquê da redação do *Itinerarium*, ou seja, qual a motivação que induziu Richard de Tempo para a construção de uma narrativa sobre o rei Ricardo I, que heroiciza o monarca inglês, logo após o reinado de João. Além disso, analisar as razões e como é formulado o que entendemos ser um projeto de poder que tem como base o protagonismo de membros do clero. É necessário, portanto, compreender qual a relação entre como é apresentado o conteúdo da crônica e a situação político-social no reino inglês no contexto no qual a crônica foi escrita.

Nossa pesquisa, a partir disso, procura agregar uma análise circunstancial do período de transição entre os séculos XII e XIII, abrangendo o reinado de João e a minoridade de Henrique III (1216-1222). É importante analisar a obra considerando este contexto de produção, no qual percebe-se uma inquietação latente entre os principais agentes políticos no reino da Inglaterra. A recordação de um outro modelo de realeza, desta maneira, é muito oportuna.

Este estudo busca dialogar, assim, com a necessidade de “(...) situar (...) às transformações de conjunto do corpo social e de indicar mais nitidamente o que reúne as representações ideológicas às situações objetivas dos indivíduos ou dos grupos e à sua conduta” (DUBY, 1974). A escolha desta fonte, portanto, realiza-se no entendimento da

construção de uma narrativa com interesses específicos de seu autor e suas aplicações no campo político.

Uma importante fonte sobre a Terceira Cruzada, vários autores contemporâneos têm utilizado a obra de Richard de Templo, como Steve Runciman (2003), Jean Flori (1999) e John Gillingham (1994). O que podemos perceber, contudo, é o uso da crônica apenas como fonte auxiliar sobre a cruzada ou sobre a vida do rei Ricardo, não buscando compreender a obra em seu contexto de produção. O que propomos neste trabalho é uma nova perspectiva de análise, refletindo mais sobre a própria estrutura narrativa e o discurso que ela carrega. Isso possibilita, portanto, realizar uma revisão teórico-metodológica sobre a fonte e o tema estudado. Além disso, nossa pesquisa promove uma atualização do debate sobre o rei João e sobre o reino inglês num contexto de mudanças sociopolíticas.

Qual o objetivo, entretanto, de produzir um texto sobre a participação do rei Ricardo na cruzada e não uma narrativa sobre seu reinado? As Cruzadas² foram um movimento gerado no Ocidente que resultou em um longo enfrentamento militar nas regiões da Síria e Palestina, entre os séculos XI e XIII, e na Península Ibérica, entre os séculos XI e XV³. É nesse período que há a cristalização da ideia de Cristandade como um amplo espaço que incluía povos de várias etnias, dialetos, ritos e traços culturais, contendo um princípio de unidade mais amplo, pois ultrapassava os limites étnicos. Qualquer pessoa, portanto, desde que batizada e convertida, era incluída na mesma categoria. A Terceira Cruzada, neste contexto, foi um importante marco de poder e protagonismo dos reis ingleses na Cristandade.

A cruzada reuniu pessoas da Itália, França, Alemanha, Inglaterra, Dinamarca, Frísia e de regiões orientais da Europa, além de contar com uma ampla presença de clérigos e monges. A conquista muçulmana de Jerusalém (1187) gerou uma comoção geral na Cristandade, possuindo um apelo maior do que na Segunda Cruzada (1147-1149). No reino inglês a resposta à cruzada foi impressionante, principalmente por meio das exortações do arcebispo Baldwin da Cantuária e de sermões e cartas papais

² Vários elementos caracterizam as Cruzadas, entre eles: o incentivo do papa por meio de bulas, a concessão de indulgências, a crença na justiça imanente, a peregrinação armada aos locais santos, o porte da cruz, a benção das armas e dos combatentes, o discurso de combater em nome de Cristo, a demonização dos adversários, a ação das ordens militares de cavalaria, intenção de conversão, a invocação aos santos guerreiros, a presença de clérigos no campo de batalha, as implicações escatológicas, a noção de vingança, as promessas de recompensas espirituais ou materiais, entre outras (SOUZA, 2020).

³ A equiparação entre a Cruzada jerosolimitana e a Reconquista ocorreu no I Concílio de Latrão em 1123. Até o século XIII houve uma diferenciação entre as Cruzadas na Europa (*crux cismarina*) e no Oriente (*crux ultramarina*).

(PHILLIPS, 2002, p.141). Isso resultou em uma parceria estreita entre a Coroa e a Igreja no reino (JOTISCHKY, 2013, p.137).

Até então a participação dos reis cristãos tinha-se limitado a frustrada Segunda Cruzada (1147-1149), com a participação de Luís VII (r.1137-1180) e Conrado III (r.1138-1152). Na Terceira Cruzada, porém, os mais poderosos reis cristãos participaram, entre eles Ricardo I e Felipe II de França (r.1180-1223) e o imperador Frederico I do Sacro Império Romano-Germânico (r.1155-1190). A riqueza do rei Ricardo, suas numerosas forças e máquinas de guerra e vigor pessoal foram fundamentais para alcançar a liderança das forças cruzadas. Mesmo que:

(...) embora não tenha conseguido atingir seu objetivo final de retomar Jerusalém, conseguiu fornecer aos cristãos um controle razoavelmente firme de grande parte do litoral e criou um trampolim para futuras cruzadas (...) a liderança de Conrado⁴, depois a determinação de Guy⁵ em bloquear o Acre, e, finalmente, a energia e a força de Ricardo permitiram que os francos montassem algum tipo de recuperação (PHILLIPS, 2002, p.150. Tradução nossa)

As rivalidades entre os cristãos, entretanto, foram prejudiciais ao objetivo da cruzada. Neste sentido:

(...) ele [Ricardo] só poderia confiar realmente em seus próprios súditos - os ingleses, normandos, angevinos e poitevinos - para apoiá-lo. Os outros grupos reconheceram o comando de Ricardo apenas enquanto ele pode pagá-los, e quando seus fundos minguaram, eles o abandonaram (NICHOLSON, 2004, p.94. Tradução nossa)

Antes da Terceira Cruzada, a participação anglo-normanda nas Cruzadas tinha sido bem limitada. O duque Roberto da Normandia participou da Primeira Cruzada e outros contingentes viajaram até a Terra Santa entre 1097 e 1102. Além disso, existem registros do auxílio inglês em 1140 e 1142 à nobreza portuguesa e, em 1147, na conquista de Lisboa no esforço da Reconquista.

Entre a Primeira e Segunda Cruzadas, portanto, o número de ingleses a assumirem a cruz foi pequeno. Isso é refletido no pouco interesse de cronistas. Apenas alguns como Florence de Worcester, Simeon de Durnham, William de Malmesbury e Henry de Huntingdon abordaram as Cruzadas no período. Neste contexto, as Cruzadas foram

⁴ O marquês Conrado de Monferrato (n.1140-m.1192) foi uma importante liderança cristã após as conquistas muçulmanas desde a batalha de Hattin (1187).

⁵ Guy de Lusignan (n.1150-m.1194) foi um nobre francês que se tornou regente e depois rei do reino de Jerusalém.

consideradas com bem menos entusiasmo, generosidade e ambição na Inglaterra do que na França, recebendo uma atitude pouco favorável dos reis ingleses.

Isso muda na Terceira Cruzada. O rei Ricardo foi um dos primeiros nobres a assumir os votos de cruzado na Cristandade e mobilizou toda a sua administração para juntar fundos e combatentes no seu esforço de guerra. Pela primeira vez o poder dos reis ingleses foi sentido além de suas fronteiras e permitiu o rei inglês alcançar um papel de liderança entre os cristãos. Em nossa análise, esse é o motivo de recuperar na participação do rei Ricardo na cruzada a imagem de um modelo régio por Richard de Templo.

Sobre a crônica, o *Itinerarium* é uma obra compósita, separada em seis livros, tem caráter narrativo e escrita em prosa latina, sendo publicado em alemão e inglês na era moderna. Seu autor, por outro lado, tem origem anglo-normanda ou inglesa. Em nossa pesquisa utilizaremos a última edição publicada da crônica, realizada pela historiadora Helen J. Nicholson (2016). Traduzida para o inglês moderno, H. Nicholson utilizou a edição de William Stubbs (1864) como base de sua tradução.

A crônica traz uma narrativa detalhada da Terceira Cruzada e tem caráter moral-didático. Ela inclui as conquistas de Ṣalāḥ ad-Dīn Yūsuf ibn Ayyūb (n.1138-m.1193/r.1174-1193) e a queda de Jerusalém (a.1187), a preparação da cruzada de Frederico I (r.1155-1190) entre 1188 e 1189, a morte de Frederico (1190), a trégua entre Felipe II (r.1180-1223) e Henrique II para irem juntos para a cruzada, a morte de Henrique (1189), a coroação de Ricardo I (1189), os feitos de Ricardo na Sicília, Chipre e Palestina, o fim da cruzada e retorno de Ricardo, sua captura e cativeiro na corte imperial, retorno à Inglaterra e nova coroação e o retorno dos conflitos com Felipe II.

O autor foi possivelmente uma testemunha ocular ou utilizou o relato de um cruzado na narrativa. Neste sentido, traz detalhes importantes sobre os preparativos realizados pelos soberanos e nobres cristãos; as relações, lealdades e identidades étnicas dos cruzados; algumas sutilezas diplomáticas entre os reinos cristãos do Ocidente e o imperador bizantino Isaac II Ângelo (r.1185-1195); notas sobre a cavalaria medieval e o lugar do cavaleiro nas forças cruzadas; a personalidade de Ricardo I, a relação entre Guy de Lusignan (n.1150-m.1194) e Ricardo; questões de saúde e estratégias militares. O cronista ou a testemunha da qual o relato foi utilizado como fonte, foi possivelmente membro de um dos grupos de cristãos autorizados e protegidos pelos termos do tratado entre Ricardo e o sultão Ṣalāḥ ad-Dīn para visitar Jerusalém como peregrinos ao final da cruzada.

Tradutor com grande bagagem cultural, Richard de Templo tinha o domínio da literatura clássica – especialmente Virgílio – e das Sagradas Escrituras. Além disso, tinha a habilidade de encaixar citações em contextos diferentes da narrativa. Teve uma ligação próxima ao arcebispo Stephen Langton da Cantuária (n.1150-m.1228), atuando como seu capelão e colaborador. Langton foi uma figura importante em dois dos principais acontecimentos do reinado de João, isto é, sua excomunhão (1209) e a imposição da Magna Carta (1215). A ligação entre ambos é refletida no *Itinerarium*, com várias alusões à Cantuária e ao arcebispo na narrativa sobre Hubert Walter (n.1160-m.1205), seu predecessor, especialmente no livro 5. Langton, aliás, tinha grande interesse sobre o rei Ricardo, produzindo uma crônica sobre ele e um tratado sobre os muçulmanos (*Polychronichon Ranulf Hyden*). Desta maneira, é possível supor um interesse do arcebispo na redação da crônica, principalmente a partir do livro 2, quando a narrativa foca no rei Ricardo⁶.

Além disso, o autor teve contato com o cronista Ralph de Coggeshall, que tinha ligações com o priorado da Santíssima Trindade. Ralph de Coggeshall utilizou a obra de Richard de Templo na *Chronicon terrae Sanctae*, que traz um relato sobre os eventos que ocorreram antes da Terceira Cruzada na Palestina, especificamente sobre as conquistas de Ṣalāḥ ad-Dīn entre 1186 e 1191, e na obra *De expugnatione Terrae Sanctae per Saladinum*. Foi a nomeação de Richard como autor do *Itinerarium* por Ralph, a menção mais antiga do fato e da nomeação dele como prior em 1222.

Outras obras, como o romance *De ortu Walwani* (séc.XIV) e autores do começo do século XIII também utilizaram o *Itinerarium*, entre eles Gerard de Gales e monges ingleses e franceses empregados na cópia e compilação de manuscritos nos séculos XIII e XIV (NICHOLSON, 2000). Neste ponto, em alguns manuscritos da obra de Richard há a inserção de poemas escritos em latim pelo poeta francês Geoffrey de Vinsauf. Com base nisso, até o século XX alguns historiadores e epigrafistas atribuíram a redação da crônica à Vinsauf. Destes poemas, entretanto, embora escritos no início de 1200, não há certeza se eles foram inseridos por Richard ou por adições posteriores ao corpo principal do texto. A obra, portanto, era bem conhecida nos círculos intelectuais já durante o século XIII, permitindo observar uma rede de contatos na região (VIELLIARD, 2002, p.6).

⁶ Existe, aliás, uma hipótese de que o arcebispo Langton seria o autor do *Itinerarium*, principalmente pela adoção de um estilo culto de escrita, as numerosas interpolações sobre o mundo muçulmano e o uso de uma fonte árabe, ligando o conteúdo da obra aos interesses históricos, literários e etnográficos do arcebispo (PEZZIMENTI, 2012). Não é possível, entretanto, confirmar ainda esta hipótese enquanto algum outro documento não seja descoberto e traga informações sobre o assunto.

A crônica passou a ser tema de estudo no século XVIII, a partir de uma publicação completa da obra. Porém, é a partir da edição publicada por W. Stubbs durante o século XIX que levou a novos estudos sobre a obra. Entre eles podemos citar de H. Bohn (1848), T. Archer (1889), J. Brundage (1962), H. Meyer (1968) e E. Hallan (1989). Em sua edição, W. Stubbs identificou a existência de quatro manuscritos que comporiam a crônica. Entretanto, na metade do século seguinte, H. Meyer identificou quinze manuscritos, dos quais repartiu em quatro unidades, utilizando da mesma classificação de W. Stubbs. Esses manuscritos foram divididos em ‘A’, ‘B’, ‘C’ e ‘D’, mas o manuscrito ‘C’ encontrado por Stubbs é singular perante os outros.

A partir do final do século XIX, vários pesquisadores têm discutido sobre a relação entre o *Itinerarium* e a obra *Estoire de la gueirre sainte* do anglo-normando Ambrósio⁷. Neste sentido, alguns autores defendem que o *Itinerarium* copia a obra de Ambrósio, mas há outros que afirmam que a *Estoire* seria uma cópia da obra de Richard de Templo. Existe, ainda, um terceiro grupo que defende existir uma outra obra anônima e perdida utilizada por ambos os autores (VIELLIARD, 2002, p.10).

Em sua edição da crônica, Hans Eberhard Mayer (1962) formulou a hipótese de que no primeiro livro da obra, uma outra crônica escrita por uma testemunha ocular teria sido utilizada, relatando os eventos ocorridos na Palestina entre 1187 e 1191. Esta primeira parte do *Itinerarium*, por sua vez, narra os acontecimentos que determinaram a derrocada dos cristãos e a história do cerco à cidade de São João d’Acre (1189-1191) até a chegada dos reis cristãos. Até este ponto, H. Mayer denominou o texto como *Itinerarium Peregrinorum* (IP1). O restante da crônica o autor nomeou de *Itinerarium regis Ricardi* (IP2) e apresenta uma narrativa similar à obra *Estoire de la gueirre sainte*. Richard de Templo teria copiado o primeiro rascunho (IP1), enriquecendo-o com interpolações que seriam apenas extratos do poema de Ambrósio, particularmente da digressão relativa ao cerco de São João d’Acre⁸.

Para Sara Pezzimenti (2012), a obra consultada por Richard na primeira parte (IP1) é provavelmente de um peregrino inglês ligado a ordem do Templo. O *Itinerarium* traz uma narrativa ampliada desta obra e adiciona várias interpolações. Para a autora, é

⁷ Escrita em forma de rimas em francês antigo, a obra também narra a participação do rei Ricardo I na Terceira Cruzada. Ambrósio foi um menestrel normando que teve presença na corte real inglesa durante os reinados de Ricardo e João (VIELLIARD, 2002, p.7).

⁸ Em nosso trabalho utilizaremos a nomenclatura *Gesta regis Ricardi* para nos referirmos a obra de Richard de Templo em sua totalidade, algo mais econômico do que repetir o nome inteiro da crônica. Não utilizaremos nenhuma das nomenclaturas que H. Mayer utilizou, pois estamos considerando todo o conjunto da obra.

mais fácil imaginar Richard copiando uma crônica pré-existente e complementando-a com informações tiradas do poema de Ambrósio, que ele usa como fonte para a continuação da narrativa, enquanto não é todo plausível que o autor da *Estoire*, na digressão sobre o cerco de São João d’Acre, pudesse conhecer e traduzir apenas os trechos que fazem parte do manuscrito que H. Mayer denominou de IP2 e deletar por completo a narrativa do primeiro esboço. Neste ponto, S. Pezzimenti afirma que é possível que Richard tenha calculado algumas datas não apresentadas explicitamente no *Estoire* a partir das informações do próprio poema.

Em relação aos aspectos teóricos, buscamos em nosso trabalho relacionar dimensões mais gerais sobre a produção escrita no medievo, especialmente sobre a redação de crônicas, com outros elementos, como o de cultura, pensando a crônica medieval como um produto cultural. Percebemos, desta maneira, que existe no *Itinerarium* a articulação de um imaginário junto ao discurso histórico, resultando na construção de um ideal ou de uma imagem a partir da tradição histórica e sua glorificação. Esta formulação realiza-se em conjunto com um processo de deslegitimação de autoridade, legitimando um projeto de intervenção no presente. Poderíamos, desta forma, pensar na construção de um discurso ideológico.

Pensando em termos mais gerais sobre ideologia, para Paul Ricoeur (1996) ela se vincula a ideia de integração social e uma noção de estabilidade. A ideologia partiria de uma necessidade de um grupo social de conferir-se uma imagem de si mesmo, mas não se restringindo a ser apenas seu reflexo, na medida em que também é justificação e projeto. Ela seria ao mesmo tempo, deste modo, interpretação do real e imaginação do possível. Para José D’Assunção de Barros:

A ideologia, poderíamos acrescentar, corresponde a uma determinada forma de construir representações ou de organizar representações já existentes para atingir determinados objetivos ou reforçar determinados interesses. É uma visão de mundo que se impõe, de modo a cumprir determinado projeto social ou a atender certos interesses políticos e, por trás destes, eventualmente interesses econômicos (BARROS, 2006).

Em “História social e ideologias das sociedades” (1974) Duby sustenta que a elaboração de uma ideologia está ligada na construção de uma imagem de sociedade, da qual fundamentaria a articulação das relações sociais com base em um sistema de valores (p.131). Este sistema definiria o comportamento dos membros da sociedade e concederia uma consciência de comunidade, estrato ou de classe. Sua eficácia liga-se ao fornecer

algum sentimento à experiência das pessoas; deve ajustar-se, em alguma medida, ao que elas conhecem da realidade social com base em sua interação com esta.

O estudo das ideologias, portanto, refere-se a análise de um sistema de representações dotado de uma existência e de um papel histórico na sociedade, reunindo imagens, mitos, ideias ou conceitos (DUBY, 1974, p.132). Para Francisco García Fitz, a ideologia ocupa um lugar na ordem social e contribui a forjar a imagem que uma sociedade tem de si mesma e de seus atos, formulando uma visão interpretativa da sociedade (2009, p.165). Ela, desta forma, oferece sentido e modos de atuação, formulando um conjunto de representações que fornece uma justificação e um repertório de referências, contribuindo para a construção de laços de solidariedade (2009, p.166). Para Duby, uma formulação ideológica teria uma função estabilizadora, elaborando um grupo de representações que visam preservar as vantagens adquiridas das camadas sociais dominantes, como o clero medieval. Desta maneira, ela apresentaria uma forma de organização ideal, resultando na preservação dos privilégios destes grupos dominantes. Para Duby:

(...) Enfim, é nele [sistema de valores] que residem os princípios de uma ação que pretende animar o devenir do corpo social, que se fundamenta o sentido que toda sociedade atribui à sua história e que se acumulam as reservas de esperança. Alimenta os sonhos e as utopias, quer sejam projetadas em direção ao passado, a uma idade de ouro com encantos ilusórios, ou em direção ao futuro, a uma posteridade que é desejada e pela qual se deve lutar. Mantém as passividades e resignações, mas também contém em germe todas as tentativas de reformas (1974, p.132).

Para o autor, portanto, é necessário “(...) descobrir os termos reveladores, e mais que as palavras, as apresentações, as metáforas e a maneira pela qual os vocábulos se acham associados; aqui reflete-se inconscientemente a imagem que tal grupo, num dado momento, tem de si próprio e dos outros” (1974, p.136)

Neste sentido, se mostra necessário identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída e pensada (CHARTIER, 2002, p.16-17). Esta construção partiria de delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. As representações do mundo social seriam baseadas nos interesses do grupo que as forjam, estabelecendo-se como mecanismo pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção de mundo social, seus valores e seu domínio. É preciso considerar estas

representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas, das quais tem como objetivo a construção do mundo social.

A compreensão das formas e motivos das representações da sociedade remetem as posições e interesses de quem as formula, descrevendo a sociedade tal como a pensam ou como gostariam que fosse. Deste modo, é necessário compreender “(...) os esquemas geradores das classificações e das percepções próprias de cada grupo ou meio, como verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas as demarcações da própria organização social” (CHARTIER, 2002, p.18). Além disso, é preciso observar as estratégias que determinam as posições e relações que as representações do mundo social atribuem a cada classe, grupo ou meio, marcando a forma visível e perpetuada da existência de um grupo.

Entendemos que o conceito de ideologia é composto, portanto, por um conjunto de crenças e pensamentos estruturados, constituídos e, de certa forma, definidores de um determinado grupo. Contém um projeto de poder, ressignificando o passado e apresenta um horizonte de expectativa particular, situado em uma intervenção no presente. A ideologia se aproxima de uma “visão de mundo” do grupo e articula sua composição, estabelecendo um vínculo social entre seus integrantes. Além disso, inclui uma natureza dinâmica, não se afastando por completo de um conjunto de princípios que circundam a sociedade em que o grupo existe.

A partir disso, consideramos a *Itinerarium* um espaço de intersecção entre um passado remodelado e um futuro imaginado, um “projeto de agir sobre o vivido” (DUBY, 1982) a partir da elaboração de uma série de imagens. Nesta perspectiva, o texto é um discurso que modela e traz legitimidade, contribuindo na construção de memória. Neste caso, positiva para o rei Ricardo e negativa para o rei João.

Abordando finalmente a estrutura deste estudo, no primeiro capítulo é apresentado e discutido alguns dos principais acontecimentos no reinado de João, discutindo a relação entre o rei, a nobreza e os diferentes grupos do clero. Realçamos a importância das perdas territoriais e das ações de João que visavam fortalecer o poder real, medidas que já estavam sendo observadas em reinados de Henrique II e Ricardo I. No segundo capítulo, é exibido nossa análise da crônica, observando como é construída parâmetros de conduta real, principalmente na figura do rei Ricardo, mas também em elementos que contrapõe este modelo, ou seja, exemplos de má conduta ou até tirania. É analisado, desta forma, algumas imagens que são construídas pelo autor, entre as quais a do rei generoso ou provedor, qualidade fundamentalmente nobiliárquica e condição de nobreza; a do rei

guerreiro, aspecto de distinção do rei inglês, ligada tanto a liderança e as habilidades guerreiras; e ainda do rei virtuoso, e aqui cabe destacar o bom relacionamento com a Igreja e o carisma.

Ainda no segundo capítulo, nos propomos a discutir alguns elementos teóricos da produção escrita no medievo, mais precisamente, de crônicas, possibilitando uma análise estrutural e sistemática do *Itinerarium*. No terceiro capítulo analisamos, por outro lado, o protagonismo da atuação de membros do clero na crônica, aspecto que dialoga em nossa análise com as disputas entre João e o poder eclesiástico.

Nosso trabalho, desta maneira, buscou mostrar que a imagem de Ricardo é idealizada e a de João também. A imaginação do personagem foi feita de maneira deliberada para mostrar que a construção é uma forma de contrabalançar a imagem do rei Ricardo, um jogo de oposição a partir das imagens. Buscamos no contexto o contraponto a narrativa da obra, mostrando como esta dialética dupla foi criada, isto é, nem Ricardo é tão bom e nem João é tão ruim como foi retratado. Isso é realizado na crônica a partir da formulação de uma imagem do “bom” rei Ricardo em contraposição ao “mau” João e no silenciamento da narrativa, principalmente nas poucas passagens que o João é mencionado, algo estranho visto que seu reinado tinha acabado a pouco tempo.

Capítulo 1

1. O CONTEXTO INSTIGADOR DA REDAÇÃO DA CRÔNICA MEDIEVAL *ITINERARIUM PEREGRINORUM ET GESTA REGIS RICARDI*

No preâmbulo do século XIII se viu sensíveis transformações no Ocidente medieval de cunho geopolítico, envolvendo os reinos da Inglaterra e França. Em um rápido processo de desintegração das possessões da casa real inglesa no continente, a Coroa francesa conseguiu adquirir importantes territórios contribuindo a formar o que hoje é considerada a França moderna. A morte do rei inglês Ricardo I (n.1157-m.1199/r.1189-1199) foi ponto fundamental nestes acontecimentos, iniciando um importante processo que culminaria com a perda dos principais territórios ingleses no continente em favor da Coroa francesa, entre eles o ducado da Normandia e os condados de Anjou, Maine, Touraine e Poitou (GILLINGHAM, 2001, p.92-94)⁹.

A batalha de Bouvines em 1214, envolvendo Felipe II (n.1165-m.1223/r.1180-1223), rei de França, contra o imperador Oto IV (n.1175-m.1218/r.1209-1215) e os condes Reginaldo I da Borgonha (n.1165-m.1227) e Fernando de Flandres (n.1188-m.1233), aliados da coroa inglesa, confirmaria o domínio dos reis franceses de grande parte do território que configura a França moderna (GILLINGHAM, 2001, p.103-107). A privação de todos estes territórios se concretizou durante o reinado de João I (n.1166-m.1216/r.1199-1216), irmão mais novo de Ricardo.

O reinado de João, mais conhecido como João-sem-terra¹⁰, ficou deste modo caracterizado por suas debilidades militares, verificando efetivamente a perda da maior parte das possessões inglesas no continente. A derrota em Bouvines ofereceu a oportunidade para que os barões ingleses e apoiados por figuras importantes do clero, descontentes por políticas de centralização adotadas desde o reinado de Henrique II (n.1133-m.1189/r.1152-1189) e aproveitando o momento frágil da realeza, pudessem

⁹ Importante salientar a importância da perda do ducado da Normandia e do condado de Anjou. Foi o duque normando, Guilherme, o Conquistador (n.1028-m.1087), que realizou a conquista da Inglaterra em 1066 com a vitória de Hastings contra Haroldo II (n.1022-m.1066), antigo rei inglês. Por outro lado, a região de Anjou era o local de origem de Godofredo V (n.1113-m.1151), avô de Ricardo, que se uniu a casa real inglesa a partir de seu casamento com Matilde (n.1102-m.1167), filha de Henrique I (n.1068-m.1135/r.1100-1135) da Inglaterra.

¹⁰ A alcunha ‘Sem-terra’ aparece antes mesmo de João se tornar rei. Sua origem é decorrente da repartição dos territórios da casa real inglesa feita por Henrique II entre seus filhos, na qual João, por ser o filho mais novo e ainda ser uma criança, não recebeu nenhuma posse.

impor através de uma revolta a assinatura da Magna Carta em 1215 (1ª Guerra dos barões, 1215-1217) (GILLINGHAM, 2001, p.107). Associado a rebelião no desfecho de seu reinado, João ainda enfrentou uma invasão francesa ao reino inglês, coordenada por Luís (1187-1226), delfim da França, instigada pela nobreza inglesa e da qual receberia suporte (GILLINGHAM, 2001, p.108).

Com o falecimento de João em 19 de outubro de 1216, a realeza enfrentava uma nobreza fragmentada e insurreta, uma incursão francesa que chegara a Londres e um herdeiro de apenas nove anos, que viria a ser coroado como Henrique III (1207-1272)¹¹.



Figura 01: O “império” angevino¹²

¹¹ Este período é um dos principais focos de atenção da historiografia anglo-saxã, havendo uma produção prolífica sobre o tema. Algumas obras mais gerais sobre o tema e especificamente sobre o reinado de João são: BARLOW, F. **The Feudal Kingdom of England**, 1042–1216. Harlow: Pearson Education. 1999 / CARPENTER, D. **Struggle for Mastery: The Penguin History of Britain 1066–1284**. Londres: Penguin. 2004 / DANZIGER, D; GILLINGHAM, J. **1215: The Year of the Magna Carta**. Londres: Coronet Books. 2003 / HUSCROFT, R. **Ruling England**, 1042–1217. Harlow: Pearson. 2005 / NORGATE, K. **England Under the Angevin Kings**. Londres: Macmillan. 1887 / WARREN, W. L. **King John**. Londres: Methuen. 1991.

¹² Disponível em: <https://alchetron.com/Angevin-Empire>. Último acesso em 30 de setembro de 2020. O denominado “império” angevino foi a união temporária de diversos territórios sob o comando dos reis da Inglaterra. É nomeado angevino porque o pai de Henrique II, Godofredo V, era conde de Anjou. Com a união de Henrique e Leonor da Aquitânia (1152), foi reunido em um mesmo domínio os ducados da Aquitânia, Normandia e posteriormente o da Bretanha, os condados de Anjou e Poitou e os domínios da coroa inglesa (incluindo a Irlanda), sendo qualificado pela historiografia anglo-saxã de império angevino. Atualmente, o ano de 1152 é considerado seu início, encerrado no ano de 1224, com a perda de La Rochelle. Ver: GILLINGHAM, J. **The angevin empire**. Londres: Arnold, 2001; JOLLIFFE, J.E.A. **Angevin kingship**. Londres: A.& C. Black, 1963; e ANGEVIN EMPIRE. In: SZARMACH, P.E; TAVORMINA, M.T; ROSENTHAL, J. T. (ed.) **Medieval England: an encyclopedia**. Nova York: Garland, 1998. p. 36

O reinado de João constitui um ponto de virada para a história inglesa, na qual os reis ingleses passaram a se atentar cada vez mais com a própria Inglaterra, visto que anteriormente muitos de seus monarcas tinham maior interesse nas possessões continentais da coroa inglesa.

Com a coroação de Henrique II, pai de Ricardo e João, o reino da Inglaterra passou a fazer parte de uma congregação maior de territórios, entre os quais os ducados da Normandia e o condado de Anjou e, posteriormente, os ducados da Aquitânia e da Bretanha e porções significativas da Irlanda. Deste modo, a Coroa inglesa se alçava a um dos principais agentes políticos no século XII.

Neste contexto, em todo Ocidente medieval há um processo de fortalecimento das monarquias, baseado na expansão da economia monetária, recuperação do direito romano e a crescente interligação de toda região (PERROY, 1974, p.142). Pode-se perceber, portanto, a extensão do domínio dos reinos, o desenvolvimento dos órgãos do poder real e noção de soberania sob a influência dos leigos (PERROY, 1974, p.142).

Na Inglaterra observa-se um processo de restauração monárquica, a partir de estruturas saxãs remanescentes, como as assembleias locais de condado e de centenas, da lei comum - a lei do rei - e do serviço militar de todos os homens livres, definido na Assembleia das armas de 1181. Além disso, nota-se o desenvolvimento dos principais órgãos da administração, como os agentes locais, os *sheriffs*, investidos da autoridade real; excursões periódicas de juizes; o erário real (*exchequer*) - instrumento de controle financeiro - e a corte central de justiça, separada no Banco comum (fixa) e no Banco do rei (acompanhava o soberano). Há, ainda, o desenvolvimento de um corpo de funcionários de ofício e a exploração ampla dos direitos feudais e dos proventos da justiça.

As receitas ordinárias do rei derivavam de seus direitos feudais - que também lhe davam grandes lucros de vagas eclesiásticas -, dos lucros da justiça, da floresta real e da propriedade real.

O próprio rigor da política fiscal, entretanto, pesando sobre os senhores de terra cuja posição era reforçada pela tendência econômica da época, fez com que, em seguida, a autoridade real, em vez de estender-se como na França, tendesse a limitar-se (PERROY, 1974, p.147). A partir de pressões da nobreza e de setores do clero, há a restrição das pretensões reais. Neste sentido, a Magna Carta se traduz como uma limitação da autoridade real, estabelecendo o consentimento e colaboração da nobreza nas decisões do rei.

Ao analisar o reinado de João, entretanto, podemos perceber três momentos distintos. O primeiro destes, indo de 1199 até 1206, se caracteriza pela perda dos territórios continentais. Em seguida, de 1205 até 1214, seria o período dos conflitos entre a realeza inglesa e a Igreja. Finalmente, o último período se caracteriza pelo fracasso da campanha de João no continente em 1214 e a união da nobreza e o episcopado inglês contra a realeza, resultando na imposição da Magna Carta (1215), encerrando-se com a morte de João em 1216. É possível, deste modo, perceber efetivamente o caráter disruptivo na relação entre realeza, nobreza e clero durante o reinado de João.

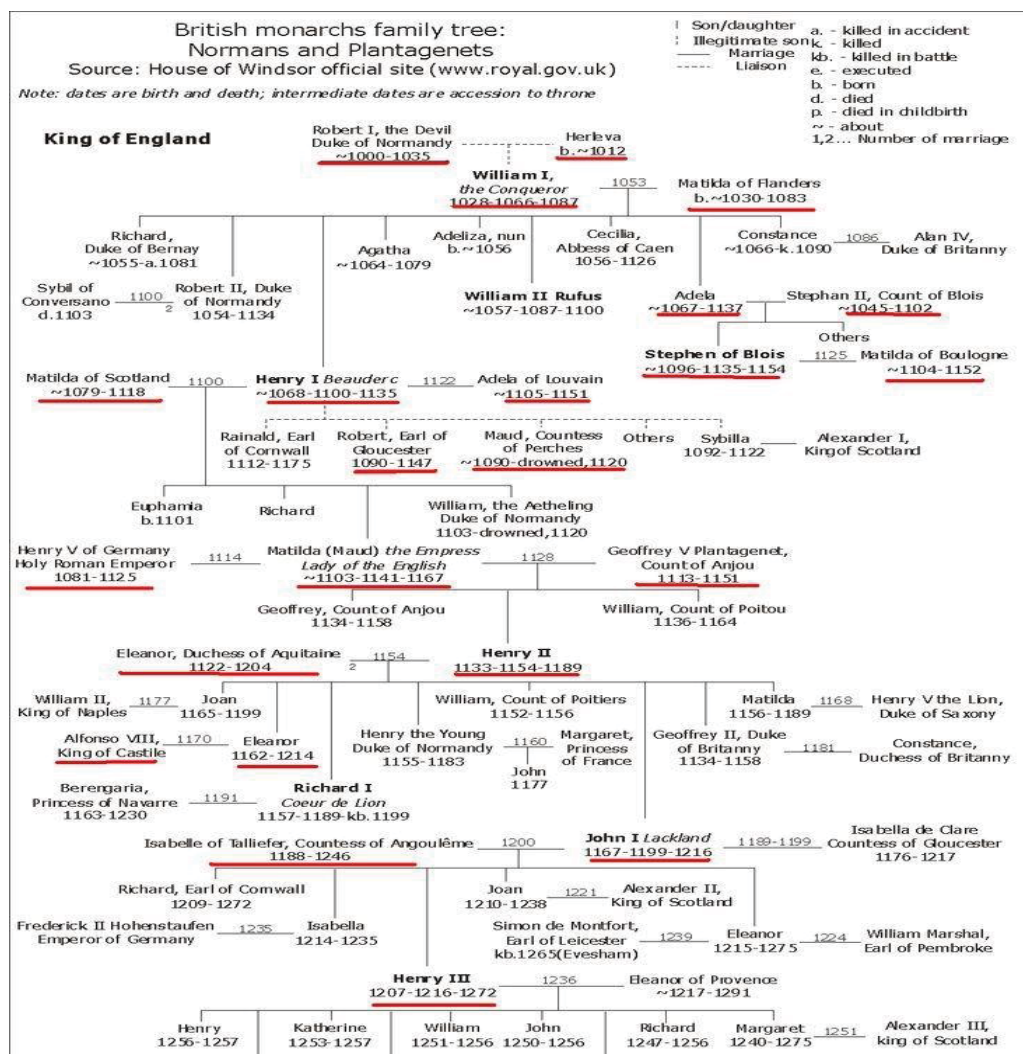


Figura 2: Linha genealógica da família real inglesa até Henrique III (r.1216-1272)¹³

¹³ Disponível em: <https://www.pinterest.de/pin/398076054537599150/>. Último acesso em 28 de junho de 2021.

1.1 A SUCESSÃO DO REI RICARDO E AS GUERRAS CONTRA FELIPE II (1199-1206)

Com a morte de Ricardo I em 06 de abril de 1199 ao longo de um assédio a um castelo na região do Limousin, a sucessão à Coroa foi definida através do conflito entre João e seu sobrinho Arthur da Bretanha (n.1187-m.1203)¹⁴, filho de Godofredo II da Bretanha¹⁵. Com apenas doze anos, Arthur recebeu o apoio da nobreza das regiões de Anjou, Maine e Touraine, além do auxílio de Felipe II. Por outro lado, João conseguiu o apoio da nobreza da Normandia e da Inglaterra e, por intermédio de sua mãe Eleonor, obteve suporte da nobreza da Aquitânia, conseguindo se estabelecer como mestre dos territórios plantagenetas durante o verão, impondo-se militarmente e diplomaticamente para se tornar rei (BEEM, 2008, p.13)¹⁶.

Em janeiro de 1200, desta forma, um acordo foi estabelecido a fim de encerrar as hostilidades, assinado em Le Goulet apenas no mês de maio. O reconhecimento de João como herdeiro do trono inglês por Felipe, estabelecido através do tratado de Le Goulet (1200)¹⁷, determinou, em compensação, a suserania da coroa francesa sobre as possessões continentais dos reis ingleses.

Após ter garantido seu direito sobre a coroa inglesa, João casou-se com Isabella de Angoulême (n.1186/1188-m.1246) em agosto de 1200, anteriormente prometida a Hugh IX, senhor de Lusignan (n.1163-m.1219). Esta união privou-o de um dos principais nobres da região sul da França e tradicional aliado da realeza inglesa. Mais importante, provocou a revolta dos Lusignans, que recorreram a Felipe II. O rei francês, valendo-se do tratado de Le Goulet, convocou João como vassalo à corte no outono de 1201, mas resultado do não comparecimento do rei inglês, Felipe o condenou pelo crime de felonía (insubmissão de um vassalo ao senhor feudal) e decretou em abril de 1202 o confisco de todos os feudos dos quais a coroa inglesa possuía no continente (MAUROIS, 1943, p.122).

¹⁴ Importante lembrar da minoridade de Arthur, neste período apenas com treze anos de idade. Desta forma, era sua mãe, Constança, duquesa da Bretanha, que administrava as possessões do filho.

¹⁵ João é o mais novo dos filhos legítimos de Henrique II. Os outros filhos de Henrique foram: Guilherme, conde de Poitiers (n.1153-m.1156); Henrique, o Jovem (n.1155-m.1183); Ricardo Coração-de-leão (n.1157-m.1199); e Godofredo II da Bretanha (n.1158-m.1186).

¹⁶ É interessante a participação de Eleonor, mãe de João e duquesa da Aquitânia, pesando a balança em favor de seu filho ao garantir o apoio da nobreza do ducado à João.

¹⁷ Assinado após a trégua de Vernon de 1199, o tratado definiu a vassalagem de João para com Felipe em diversas possessões angevinas, entre elas Anjou, Maine, Touraine e Poitou. Em compensação, a coroa francesa reconhecia a soberania de João sobre a Inglaterra, encerrando neste momento, a disputa entre João e Arthur.

Neste contexto, Arthur recebeu novamente o suporte do rei francês em sua aspiração a ser reconhecido como herdeiro de Ricardo I, resultando no juramento de submissão sobre Poitou, Anjou, Maine e Touraine. Com o crescente apoio da nobreza à facção de Arthur e Felipe II, João rompeu com uma intrincada rede de alianças que seu irmão Ricardo havia estabelecido com a nobreza continental que lhe havia sido fundamental em seus conflitos contra a coroa francesa durante a década de 1190 (GILLINGHAM, 1994, p.68).

Com a perda do apoio da nobreza, especialmente da região sul da França, João buscou e conseguiu estabelecer uma aliança com Sancho VII (1154-1234) de Navarra em fevereiro de 1202. A união entre Navarra e o rei da Inglaterra, entretanto, não interferiu nos confrontos que João estava envolvido, pois Sancho enfrentava no mesmo período conflitos próprios e não pode contribuir nos enfrentamentos contra a Coroa francesa. Mesmo assim, em 30 de julho de 1202, João obteve seu maior triunfo militar na batalha de Mirebeau, surpreendendo grande parte das forças contrárias ao seu domínio, incluindo nobres de Anjou, da Bretanha e de Poitou, e capturando várias de suas lideranças, inclusive Hugh de Lusignan e Arthur da Bretanha.

Embora tenha colaborado em pôr fim a revolta, o êxito em Mirebeau cooperou a sustentar uma imagem negativa de João e sua ruptura com a nobreza. Após a vitória, João negou aos seus principais aliados qualquer influência sobre o destino dos prisioneiros da batalha, dos quais concedeu um tratamento cruel. Neste sentido, ele quebrou seu acordo com William des Roches, um dos principais barões de Anjou, alienando a nobreza do condado. Muitos dos reféns conservavam laços familiares e de amizade com as forças de João, resultando na frustração de seus aliados e o abandono de sua causa. Além disso, em 1203, enquanto prisioneiro de João, Arthur faleceu e alguns autores da época apontam que o próprio rei inglês tenha assassinado seu sobrinho, motivando a indignação geral.

As ambições de Felipe II, desta forma, foram fortalecidas após a vitória de Mirebeau, auxiliado por deserções das forças plantagenetas e em rebeliões por grande parte do território sob o domínio de João. Com a perda do suporte da nobreza de Anjou, em abril de 1203 todo o condado já havia saído da esfera de dominação plantageneta. Neste contexto, as possessões plantagenetas no continente foram sendo perdidas em favor da Coroa francesa, resultando na conquista da Normandia por Felipe na captura da cidade de Rouen, capital do ducado, em 24 de julho de 1204.

Na conquista do ducado da Normandia, em especial, a indecisão e exiguidade de habilidade política e militar do rei inglês foram decisivas, mas a falta de recursos foi

também um importante fator. Em agosto de 1204, como resultado, o ducado da Aquitânia também foi conquistado pelo rei francês e a região da Gasconha por Afonso VIII de Castela (1155-1214), que usufruiu da frágil situação de João. A fragilidade do rei inglês, neste contexto, especialmente no interior da região da Aquitânia, foi acentuada ainda pelo falecimento no mesmo ano de sua mãe Eleonor, duquesa da Aquitânia e figura fundamental na relação de João com a nobreza meridional.

A Normandia, entretanto, era a região mais valiosa e mais vulnerável dos territórios continentais dos reis ingleses com sua proximidade da capital Paris. Durante o cativeiro de Ricardo na corte imperial, a Coroa francesa havia capturado Gisors a maior fortaleza na fronteira do ducado, enfraquecendo sua proteção. Além disso, neste mesmo contexto, os reis franceses tiveram um aumento substancial de recursos, a partir de ganho de territórios e de reformas administrativas (CARPENTER, 2008, p.316). Por outro lado, por possuírem um senhorio mais compacto, havia uma facilidade de reunir e organizar recursos e forças militares, possuindo, assim, recursos superiores do que João. Neste sentido, entre 1202 e 1203, João transportou largas quantidades de dinheiro para a defesa do ducado, mas ao final de 1203 já havia esgotado seus recursos e precisou retornar à Inglaterra.

O rei Felipe, ainda, alienou importantes aliados da Coroa inglesa do reinado de Ricardo, como o conde da Bolonha. Outro aliado, o conde de Flanders participou da Quarta Cruzada (1199-1204) durante este período. O maior aliado de João, seu sobrinho Oto IV de Brunswick, não pode lhe auxiliar pois estava ocupado tentando garantir o trono imperial (CARPENTER, 2009, p.316).

Ainda que uma expedição a partir da Inglaterra tenha sido cancelada, o ano de 1205 se mostrou mais auspicioso para João. O rei plantageneta reconquistou algumas ilhas no canal da Mancha que haviam sido conquistadas por Felipe II e seus aliados, enquanto na Gasconha o arcebispo de Bordeaux, Hélie de Malemort (m.1207), organizou e liderou a resistência contra o domínio de Afonso VIII, especialmente nas cidades da região (GILLINGHAM, 1994). Neste sentido, o norte da região de Poitou foi recuperado pela Coroa inglesa.

No ano seguinte, João retornou ao continente, recuperando Saintoge e expulsando as forças castelhanas de seus domínios. Em setembro de 1206, o rei inglês empreendeu uma campanha no Norte, na região de Anjou, mas recuou após ser informado do avanço de Felipe II. Com isso, em outubro os dois reis estabeleceram uma trégua de dois anos, preservando a nova configuração territorial (GILLINGHAM, 1994).

O período entre 1202 e 1204, neste sentido, estabeleceu a perda pela Coroa inglesa do importante ducado da Normandia e da região do vale do Loire, conseguindo preservar a Gasconha e a região do Sudoeste de Poitou (Angoulême, Aunis e Saintoge). Além disso, após o episódio de Mirebeau em 1202, o rei inglês perdeu o apoio dos mais importantes nobres de Poitou e de Anjou, elemento fundamental na perda dos feudos plantagenetas no continente.

Podemos perceber, portanto, que João I possuiu uma relação conturbada com a nobreza, o que se mostrou um importante aspecto nos fracassos no continente. O modo autoritário com qual baseava seu relacionamento com alguns dos nobres resultou na perda de aliados em suas lutas contra a Coroa francesa, com diversos senhores feudais auxiliando as ambições de Felipe II.

Esta indisposição da nobreza com o rei inglês é uma repercussão da contestação de João a direitos e privilégios tradicionais deste grupo, evidenciado falta de espaço para aconselhá-lo nas decisões reais, notoriamente após a vitória de Mirebeau (1202). Neste aspecto, alguns autores destacam a crescente suspeita entre ambas as partes, descrevendo João como “traíçoeiro” e que “temia traição” (GILLINGHAM, 1994, p.75. Tradução nossa).

Neste sentido, a suspeita de João também teve um importante papel em seu retorno para à Inglaterra no final de 1203, principalmente porque muitos nobres tinham feudos na fronteira e nos territórios do rei francês e alguns casos de traição já terem ocorrido (CARPENTER, 2008, p.317). Além disso, o aprisionamento e posterior morte de Artur em cativo, apenas contribuiria em aumentar a distância entre o rei e a nobreza.

É importante ressaltar, por outro lado, no reinado de João o emprego de grande número de mercenários em posições de destaque, especialmente entre 1202 e 1203. Este emprego, entretanto, já ocorria de forma acentuada durante os reinados de Henrique II e Ricardo I, elemento notável, por exemplo, na formação das hostes reais durante a revolta dinástica de 1173-1174 e no transcorrer da participação de Ricardo na Terceira Cruzada, além das diversas guerras feudais que ocorreram no intervalo entre 1154 e 1199.

Durante o reinado de João, entretanto, o posicionamento de forças mercenárias no centro da Normandia e não em suas fronteiras foi maléfico para sua imagem, já que estas forças praticaram pilhagem e extorsão contra os moradores do ducado (CARPENTER, 2008, p.317). Além disso, o emprego e confiança de administradores de baixo nascimento, resultaram em uma desaprovação da nobreza continental.

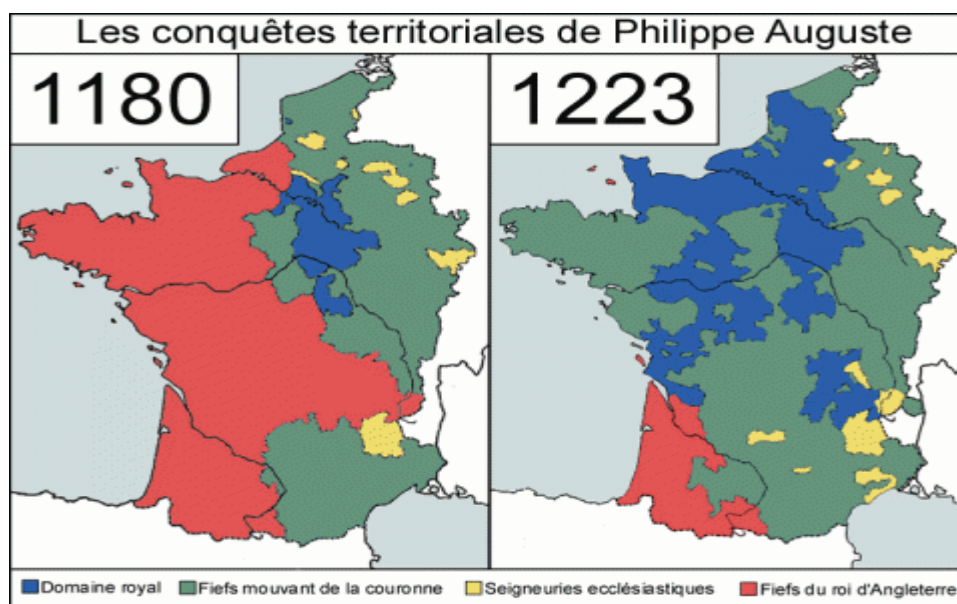


Figura 03: As perdas territoriais de João I¹⁸

Similarmente, a perda dos vários territórios plantagenetas entre 1202-1206, provocou um recrudescimento na política fiscal de João, asseverando a aversão de significativa parcela da nobreza e da Igreja. Essa política fiscal fez parte de uma série de transformações administrativas realizadas por João, continuando algumas iniciativas centralizadoras de seu pai, Henrique II.

É importante notar, que a política fiscal real tinha o objetivo principal de reunir fundos para uma campanha de reconquista dos territórios perdidos no continente, realizada posteriormente em 1214, na qual resultaria em retundo fracasso e na posterior batalha de Bouvines.

Segundo W.L. Warren, o esforço de João para angariar fundos para o tesouro real foi memorável, porém “(...) alcançado pela exploração implacável e cruel dos direitos reais sobre assuntos que expuseram a natureza arbitrária de muitos de seus poderes reais e questionaram sua legitimidade” (1998, p.381-382. Tradução nossa).

Após a perda da Normandia, principalmente, uma elite anglo-normanda que tinha se estabelecido deixou de existir. Como muitos nobres tinham feudos nos dois lados do Canal da Mancha, João reforçou que os nobres poderiam ter apenas um suserano. Desta maneira, a nobreza passou a ficar mais na Inglaterra e se tornou essencialmente inglesa ao contrário de anglo-normanda.

¹⁸ Disponível em: https://military.wikia.org/wiki/Philip_II_of_France. Último acesso em 28 de junho de 2021

A realeza também passou por um processo similar, marcado por mudanças profundas da dinastia. Neste sentido, a dinastia plantageneta se tornou uma dinastia inglesa (CARPENTER, 2008, p.318)

1.2 A ELEIÇÃO DE STEPHEN LANGTON E O CONFLITO COM A IGREJA (1205-1214)

O relacionamento de João I com o poder eclesial, por outro lado, foi definido de forma similar e explícita por tensões e conflitos, tendo sido excomungado em 1209 devido as suas desavenças com o papa Inocêncio III (r.1198-1216). A disputa entre o João I e o papado foi consequência de motivos eclesiásticos, que tiveram, porém, repercussões políticas negativas. A disputa de João, entretanto, não era particularmente contra a Igreja inglesa, mas sim contra o papado.

Desde a conquista normanda da Inglaterra em 1066, os reis ingleses, com exceção do rei Estevão de Blois (a.1092-m.1154/r.1133-1154), no qual há um fortalecimento do episcopado, conseguiram limitar a influência da Santa Sé na Igreja inglesa. Com a coroação de Henrique II, a Coroa almejou restaurar tradições de controle sobre o poder eclesiástico na ilha. Isso é refletido na influência nas eleições clericais, na imposição de homenagem ao rei antes da consagração e na prática de empregar receitas eclesiásticas em benefício da realeza. O rei Henrique II, desta maneira, defendeu restaurar os antigos costumes do reinado de Henrique I, seu avô, e deter um controle absoluto sobre a Igreja, como seus predecessores (BROOKE, 1989, p.198)

Essas práticas, entretanto, iam de encontro com as leis canônicas, principalmente quando o rei buscou transformar estes costumes em constituições escritas, promulgando as Constituições de Clarendon (1164). Este documento pretendia restaurar a autoridade real sobre a Igreja inglesa, tornando antigos costumes em lei. Neste sentido, algumas cláusulas das Constituições são bem relevantes da política real. A cláusula IV estabelece que nenhum oficial eclesiástico deve sair do reino sem a licença real; a cláusula VIII afirma que nenhum recurso deve ir além da corte do arcebispo, ou seja, para a Santa Sé, sem o consentimento do rei; as cláusulas VII e IX proibiam, como Guilherme I havia feito, que quaisquer oficiais do rei fossem excomungados sem sua permissão; a cláusula V impede a Igreja um controle contínuo sobre aqueles que uma vez caíram sob pena de excomunhão; e a cláusula XII regulamenta as eleições de bispos e abades de forma a garantir o controle real sobre elas e a devida homenagem ao rei antes da consagração.

Além disso, Henrique insistiu que os tribunais reais tivessem conhecimento de casos de transgressões clericais e infligissem a eclesiásticos criminosos a punição como qualquer outro leigo.

A maior parte do episcopado apoiava o rei, mas não podia agir contra o papado. Os antigos reis haviam excluído a autoridade papal por outros métodos, impedindo que certas coisas acontecessem. Os bispos, sem ajuda da autoridade papal, não tinham a inclinação ou o poder para resistir ao controle real e à vontade real em matérias de cortes seculares e eclesiásticas. Quando esses costumes foram escritos como lei, entretanto, os bispos foram forçados a uma posição em que deviam fazer pública sua escolha entre a lei canônica ou a lei do rei (BROOKE, 1989, p.206). Ao afirmar que algumas das regras mais vitais da lei canônica, como o direito de apelar a Roma e a obrigação de todos os bispos visitarem o papa, não poderiam ser aplicadas na Inglaterra, Henrique, entretanto, incentivou a interferência papal no reino.

Após a morte de Thomas Becket (1174), arcebispo da Cantuária e principal opositor das políticas reais, principalmente em relação a dupla punição (eclesiástica e real) de clérigos criminosos, a realeza recuou em suas pretensões e revogou as constituições reais, estabelecendo a livre relação entre Roma e o reino e a anulação da cláusula sobre prelados criminosos, mas não modificou seu posicionamento sobre a jurisdição dos tribunais eclesiásticos e reais. Além disso, o rei ainda exerceu um controle em certos aspectos dos assuntos da Igreja e, no conflito de legislações e jurisdições, os tribunais seculares frequentemente obtiveram sucesso sobre os eclesiásticos (BROOKE, 1989, p.214).

Apesar de promulgar a liberdade das eleições (1173), os reis ingleses continuaram a interferir na nomeação de cargos eclesiásticos, mesmo que tenha limitado o período no qual as sés ficassem vagas. O rei Ricardo e o rei João foram insistentes em preservar os direitos da Coroa neste aspecto e continuaram a administrar as receitas das sés vagas (BROOKE, 1989, p.216). Tiveram, contudo, que se contentar com vacâncias menores. No reinado de Ricardo, por exemplo, o tempo médio para a consagração de um novo bispo após a morte de seu predecessor foi de sete meses, muito menor do que no reinado de Henrique, que poderia durar décadas até a Coroa permitir novas eleições.

O conflito entre a realeza e a Santa Sé não foi exclusivo ao reino da Inglaterra. Em outros casos também foi contestado a liberdade de comunicação com Roma e o funcionamento normal da lei canônica e da jurisdição eclesiástica. A única diferença do

reino inglês foi que os legados papais apenas podiam adentrar o reino após obter a permissão do rei, evitando que agissem sem o consentimento real.

Em seu reinado, entretanto, o rei Ricardo estava tão determinado quanto seu pai em manter o controle das eleições eclesiais. Em diversos casos ele uniu os principais cargos seculares e eclesiásticos em um mesmo indivíduo. Neste sentido, vários cargos de *sheriff* – com uma importância especial, visto que administravam a justiça e eram responsáveis pela arrecadação de impostos e pela defesa do território – foram comprados por bispos e o cargo de ministro (*justiciar*), especialmente importante quando o rei estava regularmente ausente do reino, foi mantido por William Longchamp e Hubert Walter, juntamente com o cargo de legado papal. Eles eram, portanto, representantes dos poderes executivos do rei e do papa no reino ao mesmo tempo.

Nos primeiros meses de seu reinado, Ricardo rompeu com a tradição de pouca interferência nas eleições eclesiais dos últimos anos de seu pai e distribuiu os bispados vagos a homens de sua escolha. Sua partida para a cruzada junto ao arcebispo Baldwin da Cantuária evitou um período de reação as ações do rei (BARLOW, 2014, p.314). Há, entretanto, uma crescente independência dos arqui-diáconos ingleses, maior liberdade nos mosteiros e nas igrejas catedráticas e contato crescente da Igreja inglesa com a Santa Sé.

Durante seu reinado, portanto, Ricardo defendeu a manutenção do direito real de *regalia*, que autorizava a custódia de terras da Igreja durante uma vacância episcopal e dava o direito de autorizar novas eleições e aprovar os bispos eleitos. A manutenção do controle real sobre o episcopado era muito importante para os reis ingleses, pois muitos de seus membros eram também barões que aconselhavam o rei nos grandes conselhos, frequentemente participavam da administração real e deviam obrigações feudais à Coroa, como contribuições à *hoste real*. Desta forma, observa-se a indicação de vários eclesiásticos ligados à Corte e à família real para posições no episcopado. No período entre 1189 e 1199, portanto, das 18 eleições de bispos que ocorreram no reino, o rei interveio em todas elas, incluindo obrigar que algumas das eleições fossem realizadas em sua presença (TURNER, 1997, p.3). O rei Ricardo, desta maneira, mesmo com sua constante ausência na Inglaterra, teve um grande poder sobre as eleições episcopais.

O rei, assim, teve mais sucesso que Henrique e seu irmão João em eleger indivíduos ligados a casa real ou a cúria. Os ministros reais supervisionavam as eleições e autorizavam suas decisões apenas após consultarem Ricardo e muitas vezes os eleitores tinham que atravessar o canal da Mancha para realizarem as eleições na corte real.

Nas 18 eleições episcopais apenas um monge foi consagrado bispo, nove bispos eleitos eram parte da casa real, outros três eram membros de famílias ligadas à cúria régia e outros dois eram membros de famílias nobres conectadas ao rei, como indicado nos anexos 01 e 02 no fim deste trabalho. Nas duas eleições do arcebispo da Cantuária resultaram na escolha de bispos ligados à cúria real (Reginald fitz Jocelin e Hubert Walter). Durante o reinado de João, por outro lado, oito eleições ocorreram antes do Interdito de 1208, resultando na eleição de cinco *familiares* reais. Após 1214, seis bispos foram eleitos: três clérigos da corte, dois indivíduos indicados por Inocêncio III e aceitos por João, e um indicado pelo arcebispo Stephen Langton para o bispado de Rochester.

O reinado do rei Ricardo, portanto, marca o auge do controle real sobre as eleições episcopais na Inglaterra (TURNER, 1997, p.11). A figura de Hubert Walter foi fundamental neste aspecto, evitando a oposição clerical às políticas reais, como nos reinados de seu pai e irmão. Isso se expande até mesmo às iniciativas de taxaço de propriedades da Igreja com o objetivo de financiar a cruzada, o pagamento do resgate de Ricardo da corte imperial (1194), as guerras contra Felipe II e o crescente aumento de custos da administração. Como resultado, um episcopado leal, composto, principalmente por clérigos ligados à Coroa, assegurou que na Inglaterra a Igreja não contestaria a alta taxaço imposta por Ricardo.

No continente, entretanto, os reis ingleses não conseguiram imitar seu poder e influência sobre a Igreja como no reino inglês. A supervisão real acompanhava o poder do rei sobre seus territórios continentais. Desta maneira, observa-se um controle sobre a Igreja normanda, uma autoridade moderada na região do Loire e em Poitou e uma pequena influência nas terras ao sul (Aquitânia e Gasconha). A estrutura eclesial francesa, mais próxima de Roma e fortalecida, foi também um importante foco de resistência ao controle real. Com o movimento reformista gregoriano de libertar a Igreja da dominação de governantes seculares, a corte real não era forte o suficiente para manter jurisdição sobre as propriedades episcopais e dos monastérios. Além disso, no continente os reis franceses agiam como protetores da liberdade da Igreja, mesmo em territórios plantagenetas. Isso reflete na promulgação de uma carta de direitos em 1190 por Felipe II, que garantiria eleições livres nos bispados e nas abadias. Esta atitude, porém, se altera após as conquistas entre 1203-1204.

No ducado da Normandia, portanto, os reis ingleses, investidos como duques, detinham uma autoridade hegemônica. Neste sentido, as eleições episcopais eram supervisionadas pelos duques, mas havia pouco esforço em controlar as eleições

monásticas e o limitar o direito do bispo em supervisionar as eleições de abades e abadessas e cônegos e cónegas.

Havia um intercâmbio entre a Igreja normanda e a Igreja inglesa, resultando na formação de uma única entidade eclesial. Isso ajudou para reforçar os fundamentos políticos dos territórios anglo-normandos. Como na Inglaterra, Ricardo não mediu esforços em eleger indivíduos leais à Coroa nas eleições de bispos. A partir dos últimos anos de seu reinado, porém, o clero normando alinhou-se com a Coroa francesa. Isso se deve pela opressão real, principalmente pelas demandas financeiras e confisco de propriedades da Igreja, como também menos sucesso em garantir a proteção das terras eclesiásticas durante as guerras contra Felipe II. Com isso, a Normandia é colocada sob Interdito em novembro de 1196 pelo arcebispo de Rouen Walter de Coutance, por discordar das políticas reais de Ricardo. Além disso, o clero normando assumiu uma política de neutralidade durante os conflitos entre Ricardo e Felipe.

Na Aquitânia e na Gasconha, Ricardo não teve mais sucesso do que seus predecessores em impor candidatos nas eleições episcopais. Apenas em Poitiers e Limoges tentou, sem grande sucesso, interferir nas eleições. Com exceção de Angers, Henrique e Ricardo não conseguiram eleger prelados ligados à cúria real e leais a dinastia plantageneta fora da Normandia.

Como monarca, Ricardo raramente reuniu grandes conselhos no continente que poderiam reunir a nobreza e o clero, reforçando a ligação e fidelidade com a dinastia plantageneta. Existiu, assim, uma falha dos governantes ingleses em construir laços com o clero na região mais ao sul de seus territórios, mostrando uma inabilidade em formar uma estrutura política durável na região (TURNER, 1998, p.537).

Na Inglaterra, por outro lado, bispos serviram como administradores reais desde a Conquista, facilitando os monarcas imporem obrigações feudais sobre a nobreza. Além disso, apenas no reinado de Ricardo três prelados foram nomeados ministros reais: William Longchamp (bispo de Ely), Walter (arcebispo de Rouen) e Hubert Walter (arcebispo da Cantuária).

Fora das terras anglo-normandas não se repetiu a mesma ligação entre a realeza e a Igreja. Não havia interesse do clero angevino ou da Aquitânia em preservar e expandir o poder real e os bispos locais tinham e defendiam interesses próprios. Ricardo e João ficaram, portanto, privados de potenciais fontes de apoio para o poder real. Neste sentido, forçou os reis a precisarem confiar em lealdades pessoais e amizades para poderem governar as terras ao sul da Normandia. É possível observar, assim, a pilhagem das

províncias do sul a partir da necessidade de impor sua autoridade através da força militar. Além disso, os reis impuseram pesadas taxas sobre as igrejas e monastérios da região. Desta forma, um grande número de prelados, ansiosos pela paz, aceitaram as pretensões de anexação dos reis franceses da região.

No reinado de João, entretanto, observa-se limitações da influência do poder real sobre a Igreja inglesa. Desde sua coroação, ele mantinha boas relações com a Santa Sé, por suas guerras contra Felipe II e por seu apoio a Oto IV. Neste sentido, em 1204 o papa ajudou o rei a eleger Peter des Roches, seu conselheiro, ao bispado de Winchester. Mas a sucessão do arcebispo da Cantuária marcou uma ruptura nas políticas reais de até então sobre o episcopado.

Com a morte do arcebispo Hubert Walter da Cantuária (1160-1205) em meados de julho de 1205, o rei inglês propôs o bispo Grey de Norwich ao cargo. Os monges da catedral, contudo, resistiram ao candidato real. Além disso, havia o interesse de alguns bispos provinciais em participarem no processo da eleição do novo arcebispo. Ambos os grupos apelaram à cúria romana, porém os monges em segredo elegeram seu candidato, o vice prior do monastério, Reginald da Cantuária (PREVITÉ-ORTON, 1973, p. 23-24). Tendo conhecimento do litígio no interior do reino inglês, o papa Inocêncio III invalidou ambos os candidatos para o cargo vago, impedindo a participação dos bispos no processo e convocando uma delegação de monges para escolherem independentemente um candidato apropriado.

Com a incapacidade de chegarem a um nome unanimemente, o papa Inocêncio III interveio na votação, indicando alguém de sua preferência pessoal, o cardeal inglês Stephen Langton, ligado a corte do rei Felipe II, mas aceito pela delegação em dezembro de 1206 (PREVITÉ-ORTON, 1973, p. 24). Informado do acontecimento, João negou a posse de Langton como novo arcebispo, proclamando que era um desafio à sua autoridade sobre o episcopado.

O rei inglês chegou a concordar com a indicação de Langton, com a compensação em preservar a tradição de interceder nas próximas eleições eclesiais. Essa proposta, entretanto, não foi aprovada pelo papado. Por consequência, em 1207 Inocêncio III consagrou o cardeal como o novo arcebispo da Cantuária, mesmo ainda não possuindo assentimento real. Após isso, o rei inglês expulsou os monges do mosteiro da catedral da Cantuária, levando o papa a publicar um Interdito sobre o reino inglês em 23 de março de 1208 (PREVITÉ-ORTON, 1973, p. 24). O Interdito impediu a realização de diversos serviços clericais, porém o batismo de crianças (1209), a celebração de missas (às portas

fechadas e apenas uma vez por semana) (1209) e a última comunhão (1212), passaram a ser permitidas e ministradas para os fiéis em anos posteriores.

O rei João, entretanto, manteve sua oposição a Langton, considerando-o inapto para o arcebispado. Neste sentido, declarou estar em consonância com o costume inglês na necessidade do consentimento real para a consagração de eleições eclesiásticas.

Em janeiro de 1208, João iniciou negociações com o papado para chegarem a uma resolução, iniciativa repetida quando o Interdito já estava em vigor. Segundo Michael Gervers e Nicole Hamonic, João “(...) estava pronto para aceitar os termos do papa, desde que seus direitos reais, dignidades e liberdades fossem preservados. ‘Direitos reais’ incluíam a preservação mais específica da nomeação real, ou pelo menos consentimento, aos ofícios eclesiásticos” (2011, p. 234. Tradução nossa). A falta de uma resolução e a contínua resistência da realeza, levaram Inocêncio III proclamar a excomunhão de João I em novembro de 1209 (MAUROIS, 1943, p. 123).

Nos primeiros anos após o Interdito não houve experiências de revolta da nobreza contra a monarquia, sustentando as prerrogativas reais contra o papado. Durante este período a realeza inglesa defendeu diversas liberdades para taxar o clero inglês, aproveitando para assumir o controle de propriedades eclesiásticas e suas rendas, nas quais estivessem com cargos vagos. É importante comentar que estas propriedades muitas vezes tinham essa vacância em decorrência do falecimento de prelados e porque parte do episcopado inglês abandonou a ilha a partir da promulgação do Interdito sob o reino.

De acordo com J.P. Barefield (1974, p. 2), durante o ano de 1207 João havia convocado duas assembleias para discutir com a nobreza e com o poder eclesiástico novas formas de taxaço, em função de obter fundos suficientes para empreender uma campanha no continente para reconquistar os domínios perdidos para a coroa francesa. Deste modo:

(...) dois grandes conselhos foram convocados - em Londres e Oxford em janeiro e fevereiro de 1207 - antes que os magnatas leigos concordassem com a imposição, enquanto a maioria do alto clero nas reuniões, alegando imunidade clerical, parece ter tentado evitar qualquer pagamento. Sua recusa e subsequente protesto (o mais extremo vindo do arcebispo de York, que fugiu do país) não impediu, no entanto, João de coletar quantidades consideráveis deles. Seus agentes tomaram o décimo terceiro de seus inquilinos leigos, e os clérigos foram forçados, individualmente ou coletivamente, a chegar a um acordo sobre o que eles dariam de suas próprias receitas e bens móveis (BAREFIELD, 1974, p.2. Tradução nossa).

O Interdito foi considerado pelo rei João como uma afronta seus direitos reais, justificando ações rigorosas que resultaram em pesadas perdas materiais para a Igreja

inglesa (CHENEY, 1948, p. 297). No período no qual esteve em vigor (1208-1214), observa-se a suspensão dos serviços clericais e “pilhagem” das propriedades eclesiásticas. Associado a isso, a continuação das políticas centralizadoras de Henrique II, as denominadas reformas angevinas, levaram um crescente criticismo ao reinado de João I. Joshua Tate, neste ponto, observa que a “(...) perda de suas posses continentais e o estilo de governança assertivo levaram a frequentes intervenções pessoais na operação das cortes reais”, contribuindo na formação de uma imagem negativa de João (2015, p. 16. Tradução nossa).

No contexto do Interdito, João proclamou em 24 de março de 1208 o confisco de qualquer propriedade clerical em que não houvesse o serviço eclesiástico, incluindo “(...) todas as terras e bens de abades e priores e todos os religiosos e clero dessas dioceses que não celebrariam o serviço divino” (CHENEY, 1948, p. 301-302). Esta política foi observada em todo reino inglês, passando o controle dos imóveis eclesiásticos e suas posses para o domínio da coroa. A gestão das propriedades eclesiais pela administração real durante o Interdito trouxe uma grande contribuição para o aumento do tesouro real, exigindo um esforço maior dos funcionários reais e, conseqüentemente, uma tensão aguda da máquina administrativa do rei (CHENEY, 1948, p. 303). Para o clero inglês, por outro lado, foi uma limitação substancial para suas atividades.

Segundo Cheney, entretanto, esta política de João logo sofreu mutações, repercutindo principalmente aos membros do clero que fugiram do reino, algo comum entre o episcopado após a excomunhão do rei inglês em 1209 (1948, p. 303). De acordo com o autor, o primeiro confisco havia sido geral, todavia “(...) muito em breve, em muitos casos, em poucas semanas, o rei renunciou ao controle de grande parte da propriedade da Igreja. Embora, nestes casos, ele restaurou a administração da propriedade, mas não seus lucros, ele pode de fato ter abandonado ambos” (1948, p. 303. Tradução nossa). Michael Gervers e Nicole Hamonic concordam da mesma forma que o confisco da Coroa foi mais duro nos bispados vagos e nas propriedades eclesiásticas nas quais houve fuga depois do Interdito. Desta maneira:

(...) de fato, o registro de riqueza entrando no cofre real em anos posteriores, e a recompensa a seus servidores reais das receitas de cargos vagos, demonstra que a principal fonte de renda de João de terras confiscadas durante o interdito foi dos bispos que fugiram ou foram exilados (GERVERS & HAMONIC, 2011, p. 235. Tradução nossa)¹⁹.

¹⁹ Segundo os autores, os bispados vagos no início do interdito eram de Chichester, Exeter e Lincoln. Depois de alguns meses, de Durnham e Lichfield também ficaram vagos. Os bispos de Hereford, Worcester, Ely e

Como James Barefield observa, quando a excomunhão de João foi promulgada em novembro de 1209, apenas quatro bispos ainda permaneciam na ilha inglesa. Três deles optaram por exílio, entre eles o bispo de Salisbury e de Rochester que foram para a Escócia, e o bispo de Bath e seu irmão, que era bispo-eleito de Lincoln, que cruzaram o Canal da Mancha (1974, p. 11). De acordo com o autor, no Natal de 1209 apenas Peter de Winchester ainda residia no reino inglês. Por volta de maio de 1213, ou seja, ano que a excomunhão de João é anulada, havia sete bispados vagos e doze abadias sem abades (CHANEY, 1948, p. 305).

O confisco das propriedades eclesiásticas, como podemos constatar, foi limitado a uma certa extensão. Porém, além disso, todas as seções do clero inglês foram obrigadas a pagar grandes quantidades de dinheiro para o tesouro real ao longo do Interdito, como no pagamento do resgate das propriedades clericais, por exemplo. Junto a isso, o clero sofreu taxaço. O assenhoreamento das rendas de domínios eclesiásticos vagos não era, entretanto, original neste período, sendo realizada pelos monarcas ingleses muito antes. Já em 1203, Inocência III protestava contra a coroa inglesa em postergar a eleição do bispado de Lincoln, com interesse da realeza apoderar-se de suas rendas (CHANEY, 1948, p. 306). Em relação a taxaço do clero, em 1199, 1203, 1204 e 1205, já havia sido requisitado pelo rei que a Igreja inglesa pagasse algum tipo de tributo, resultando em uma cobrança mais formal e sistemática a partir de 1207 (CHANEY, 1948, p. 306).

É interessante notar que mesmo com os protestos de Inocência em 1203, reveladores de uma tradição da realeza em apropriar-se das rendas de propriedades eclesiásticas, eleições clericais ocorreram em Chichester, Exeter, Lichfield e Lincoln após 1209, ou seja, durante o Interdito. Durante este período, reitores e vigários foram institucionalizados e as ordens religiosas realizaram confraternizações (CHANEY, 1948, p. 309). Além disso, o clero secular e religioso continuou a frequentar as cortes reais em casos de disputas de propriedade e de cargos eclesiásticos vagos (CHANEY, 1948, p. 308).

Neste ponto, Joshua Tate indica que o criticismo à justiça real foi particularmente forte durante o reinado de João, muito em decorrência a suas intervenções nas operações

Londres partiram em 1208, ao passo que os bispos de Bath, Rochester e Salisbury fugiram do reino inglês no ano seguinte após a excomunhão de João. O arcebispado de York já estava sob controle real antes mesmo do interdito, e os bispos de Winchester e Norwich tiveram o retorno de suas propriedades pouco tempo depois do confisco geral de 1208 (2011, p. 235)

das cortes reais, caracterizando seu governo com uma face mais assertiva. Isso só foi reforçado com as perdas dos domínios angevinos no continente, o que obrigou o rei a permanecer no reino inglês (2015, p. 16).

Em diversas ocasiões, João interferiu nos processos de eleição de cargos eclesiásticos vagos e de disputas de propriedades clericais que eram discutidos nas cortes reais, contribuindo com suas disputas com a Igreja. De acordo com Doris Stenton:

(...) João estava realizando um antigo dever real. Mas nos últimos dez anos do século XII a administração da justiça tinha sido continuada com pouca referência ao próprio rei. Tinha sido uma época em que a corte do rei estava crescendo rapidamente em popularidade. A prática de *eyres* tinha sido elaborada e do tribunal em Westminster tornou-se o centro de um sistema judicial altamente organizado, que dependia do *justiciar*²⁰ cujo mandado era o do rei. A adesão de um rei que conhecia a Inglaterra, bem como Henrique II tinha conhecido, que estava tão interessado em problemas legais como Henrique II tinha sido, significava que o *justiciar* e juízes descobriram que tinham um mestre (STENTON, 1948, p. 86. Tradução nossa).

Para Tate, o envolvimento de João com as cortes reais foi maléfico, principalmente nos casos envolvendo litígio em relação a cargos eclesiásticos vagos. Segundo o autor:

(...) se o rei João tivesse se contentado em permitir que as cortes reais seguissem seus procedimentos padrão, o triunfo dos tribunais reais no conflito jurisdicional sobre as disputas *'advowson'*²¹ seria facilmente entendido. Como em outros contextos, no entanto, João estava propenso a intervir pessoalmente em certos casos de *'advowson'* de particular interesse para ele (2015, p.19. Tradução nossa).

No caso das medidas econômicas realizadas contra Igreja, a ação da Coroa em interferir nos recursos econômicos do clero possuía o objetivo de desencorajá-lo a seguir as demandas papais. Neste sentido, para Cheney:

(...) o próprio rei, quer merecesse ou não sua reputação de impiedade, continuou ativo em obras devocionais e promoveu a piedade cristã entre seus súditos. Sua excomunhão em 1209 não fez diferença. Não apenas os registros do tesouro real mostram que as contas regulares de "*elemosine constitute*" - assinaturas reais para propósitos de caridade - continuaram como antes. Encontramos também em 1212 uma longa lista de novos presentes para casas religiosas (1948, p. 307. Tradução nossa).

²⁰ Era um cargo parecido atualmente com o de ministro.

²¹ *'Advowson'* é o direito na lei inglesa de um patrono de apresentar ao bispo diocesano um nomeado para nomeação para um benefício eclesiástico vago ou vida na igreja, um processo conhecido como apresentação. In: <https://legal-dictionary.thefreedictionary.com/Advowson>. Último acesso em 28 de junho de 2021

As funções administrativas diárias do clero, desta maneira, não foram muito afetadas e foram realizadas sem grandes alterações. Mesmo a longa vacância de diversas sés eclesiásticas não parece ter afetado seriamente os trabalhos das administrações das dioceses, mas teve como efeito desenvolver o controle pelos oficiais e arqui-diáconos das propriedades. O ofício de *officialis* já vinha se desenvolvendo desde o início do século na maioria dos bispados ingleses, concentrando-se durante o Interdito no trabalho conectado com o clero paroquial. Em consequência, o maior impacto do Interdito caiu sobre os altos cargos eclesiásticos, especialmente, no episcopado. O maior abalo realmente as pretensões de João ocorreu com sua excomunhão, ainda que maior parte da nobreza tenha permanecido até então ao seu lado. A corte continuou a ser frequentada por magnatas, membros do clero e das ordens monásticas, incluindo bispos e abades cistercienses, membros da Ordem do Templo e do Hospital, e uma grande quantidade de sacristãos seculares (CHENEY, 1948, p. 314).

No início de 1211, contudo, João ordenou que todos os bispos e clero que saíram em exílio e ainda possuíam posses no reino inglês voltassem à Inglaterra, caso o contrário eles seriam privados de seus rendimentos. Em 05 de julho do ano seguinte, o rei inglês determinou a apreensão de todas as igrejas e suas rendas de todos os clérigos que foram instituídos por eclesiásticos que ainda permaneciam em exílio, em conjunto com sua exclusão do reino. Neste período apenas uma pequena parte do corpo clerical inglês havia optado pelo exílio, sendo que:

(...) alguns clérigos que tinham incorrido no descontentamento do rei, alguns que eram homens de caráter inflexível e princípios elevados, alguns estudiosos que podiam prosseguir seus estudos mais satisfatoriamente no exterior; eles poderiam ser contados em dezenas, não em centenas. Sua ausência significou uma diminuição, mas não a escassez de advogados e administradores eclesiásticos na Inglaterra (CHENEY, 1948, p. 312. Tradução nossa).

Por volta de 1212, o Interdito e a excomunhão de João começaram a influenciar negativamente suas ambições políticas. Neste sentido, a crescente pressão da nobreza significou uma resistência cada vez maior em participar da campanha de reconquista dos feudos perdidos no continente. Por outro lado, Inocêncio III passou a incentivar Felipe II a liderar uma campanha contra o reino inglês para depor João. De forma conjunta, nas fronteiras dos domínios ingleses, galeses e escoceses começavam a se mobilizar.

Em consequência, em novembro de 1212 o monarca inglês enviou uma embaixada para Roma buscando uma resolução, resultando na chegada do legado papal Pandulf Verraccio (m.1226) à Inglaterra no começo do ano seguinte. James Barefield observa que João se comprometeu em receber os eclesiásticos exilados, garantindo sua segurança e a restauração de todas suas propriedades (1974, p.13). Além disso, o rei inglês garantiu a restituição de uma quantia ao papado, depois de solicitado por Inocêncio. Mais importante, em maio de 1213 João editou uma carta que prometia a suserania da Inglaterra e Irlanda à Santa Sé como forma de compensação de seus pecados e de seus antepassados (BAREFIELD, 1974, p. 13-14). Segundo Barefield, portanto:

(...) de acordo com os termos da capitulação de João, um acordo final teve que ser alcançado com relação às reparações ao clero inglês antes que o próprio interdito pudesse ser relaxado. Isso não surpreendentemente provou ser difícil de arranjar, uma vez que Stephen Langton, corretamente desconfiado do rei, queria reparações completas pagas antes do relaxamento, enquanto João, planejando uma massiva campanha continental, queria sair o mais barato possível. O vencedor na luta era claramente o rei [...] no início de março, João enviou a Peter [des Roches, bispo de Winchester] uma carta que ele havia recebido de Inocêncio exigindo o pagamento de cem mil marcos em compensação antes que o interdito pudesse ser levantado, e na mesma época o rei também enviou cartas de sua autoria a todas as principais cidades inglesas pedindo um empréstimo (mais tarde chamado de ajuda e de atalhada) para ajudar a atender às demandas do papa. Os homens da cidade deviam seguir as instruções do bispo ao fornecer o dinheiro, e parece claro que, como justicário, Peter era responsável por sua coleta e arrecadação. Quando no final da primavera Inocêncio reduziu seus termos ao pagamento de quarenta mil marcos antes do relaxamento, com o restante a ser pago em parcelas semestrais de seis mil marcos, Peter foi um dos seis homens que o papa exigiu para garantir o acordo. E então, quando em julho João caiu treze mil marcos a menos do montante reduzido, Peter, junto com John de Norwich e o próprio rei, foi obrigado a garantir este pagamento também (1974, p. 15-16. Tradução nossa).

O rei João, desta forma, consente com as condições oferecidas em 1211, permitindo a entrada de Stephen Langton no reino inglês. Neste contexto, W.L. Warren observa que:

(...) diante de rebeliões incipientes e uma frota de invasão reunida por Filipe da França, João não podia ignorar a suprema arma papal, uma sentença de deposição. Ele aceitou os termos do papa para levantar as sanções e adicionalmente ofereceu seus reinos da Inglaterra e da Irlanda como feudos do papado, na verdade colocando-os sob a proteção da Santa Sé (1998, p. 381. Tradução nossa).

A excomunhão de João, conseqüentemente, foi revertida em julho de 1213 e o Interdito em julho de 1214. Os resultados do conflito entre a realeza inglesa e a Santa Sé, assim, não foram maléficis para nenhuma das partes. Para Roma, ter a submissão de um

reino inteiro para ter sido o maior triunfo de Inocêncio III (PREVITÉ-ORTON, 1973, p. 23-24). No caso de João, aumentou ainda mais seu tesouro e poder em seus domínios, com sua submissão sendo mais uma manobra diplomática contra a invasão francesa e uma revolta baronial. Nesses cinco anos, de 1208 a 1213, o clero sofreu perdas materiais e o povo ficou privado de grande parte dos serviços clericais, porém a realeza não sofreu sérias ameaças.

Sobre a questão da eleição do arcebispo da Cantuária, em que geralmente a vontade do rei prevalecia, João foi decisivamente derrotado pelo papa. Na Magna Carta, posteriormente, sua primeira promessa foi garantir eleições eclesiásticas livres na Inglaterra.

A relação entre a realeza e o papado no reino de João, contudo, faz parte de uma política centralizadora da Santa Sé, reforçando a validade da autoridade papal e da lei canônica romana na Inglaterra e no Ocidente medieval. No reino inglês, neste processo, o episcopado aderiu mais lentamente do que na França, mas os reis ingleses tiveram que ceder mais rápido do que os imperadores do Sacro Império (BROOKE, 1989, p.227-228).

O embate entre a realeza e a Igreja resultou em uma sistemática política de apropriações dos domínios eclesiásticos e suas rendas pelos funcionários reais. Esta atitude do rei inglês resultou em dois pontos: primeiramente seu impacto financeiro, ou seja, o aumento do tesouro real e conseqüentemente enriquecimento de João; por outro lado, esta política sistemática sucedeu a uma forte antipatia do clero contra o rei. Foi recorrente as tentativas da coroa de angariar fundos taxando a Igreja (1199, 1203, 1204, 1205 e 1207), postura sempre vista como ilegal por seus membros. É necessário ressaltar, todavia, que a atitude de João em relação ao poder eclesiástico foi intensificada, especialmente, por dois motivos: a perda dos territórios continentais da coroa, o que o levou a permanecer no interior da Inglaterra por mais tempo que outros monarcas ingleses; e o próprio Interdito, que orientou a um recrudescimento das apropriações dos domínios clericais e seus objetos materiais como forma de pressão para que os membros do clero não aceitassem as pretensões papais.

1.3 A MAGNA CARTA E O FIM DO REINADO DE JOÃO (1214-1220)

Com a conclusão dos conflitos com o papado, João realizou uma nova campanha no continente com o objetivo de retomar os feudos perdidos para a Coroa francesa. Com os recursos adquiridos através do uso intenso da máquina administrativa inglesa, o rei

inglês restaurou as alianças com os condes de Flanders e da Bolonha e garantiu o suporte de seu sobrinho Oto IV. A campanha, entretanto, falhou em alcançar seus objetivos, com a vitória de Felipe II contra os aliados de João na batalha de Bouvines em 27 de julho de 1214.

Após Bouvines, João evitou uma batalha contra Felipe e retornou à Inglaterra, defrontando-se com um estado de crise interna aguda. Neste contexto, a nobreza rebelou-se contra a realeza após um processo longo de desgaste entre as duas partes, auxiliada por membros importantes da Igreja, como Stephen Langton. Com a mobilização das forças rebeldes, ambas as partes concluíram um acordo no qual resultaria na confecção da Magna Carta, uma carta que preservava os direitos e privilégios tradicionais da nobreza e da Igreja, restringindo a atuação da realeza. A assinatura em 15 de julho da Magna Carta em Runnymede, portanto, constitui uma reação conservadora da nobreza e do clero.

O rei inglês, entretanto, recorreu ao seu novo suserano, Inocêncio III, que anulou a validade da carta e condenou a facção opositora da realeza. A nobreza, conseqüentemente, mobilizou-se em uma revolta armada, a Primeira Guerra dos Barões (1215-1217), apenas encerrada após a morte de João.

No tratado firmado antes da assinatura da Magna Carta, foi estabelecido que as forças mercenárias régias e alguns castelãos deveriam ser expulsos do reino, entretanto, manteve intacto o cerne das forças reais e dos castelos de João. Desta forma, ao iniciar o conflito, o rei conquistou o castelo de Rochester e liderou uma campanha no Norte do reino. Após a aliança dos barões com Luís da França, entretanto, o príncipe francês desembarcou na Inglaterra em 16 de maio de 1216 e em pouco tempo já havia dominado metade do reino, incluindo a capital Londres.

Com a morte do rei na madrugada do dia 17 de outubro de 1216, portanto, a realeza encontrava-se fragilizada, enfrentando uma rebelião da nobreza com o apoio de membros importantes do poder eclesiástico, resultando em uma invasão francesa. Se encerrava, assim, um reinado de grande turbulência na história inglesa, eminente pela assinatura da Magna Carta e por embates entre a realeza, a nobreza e a Igreja.

Após a morte de João e a nomeação de Guilherme Marechal (1146-1219) como regente de Henrique III, o grupo legalista alcançou êxito em derrotar as forças rebeldes e francesas, encerrando a guerra após as batalhas de Lincoln e Sandwich no ano de 1217. Ainda em 1216, a Magna Carta foi reafirmada pelo regente e novamente promulgada no ano seguinte, em uma versão ampliada. Após a morte de Guilherme em 1219, dois triunviratos foram estabelecidos até a maioria de Henrique em 1227, liderados pelo

nobre Hubert de Burgh e pelo bispo Peter des Roches, mas que também tiveram presença dos legados papais Guala e Pandulf.

Neste momento é importante ressaltar a manutenção das políticas de centralização administrativa iniciadas por Henrique II e continuadas por Ricardo I, mas intensificadas por João, existindo tensões próprias deste processo de centralização. O fortalecimento da realeza não excluiu os membros da nobreza ou da Igreja. Este processo, pelo contrário, possuiu uma natureza dinâmica.

Ao longo dos reinados de Henrique II, Ricardo I e João, uma nova classe de funcionários e administradores surgiu, muitas vezes de baixo nascimento, que rivalizava com grupos tradicionais de poder na influência sobre as decisões reais. No mesmo contexto, por outro lado, é observável o aperfeiçoamento do fisco e na aplicação da justiça, especialização da administração e fortalecimento do poder central, resultando em alterações na relação entre a nobreza e o rei que os nobres consideram como violação de direitos tradicionais. A centralização de poder, afeta também a posição tradicional da Igreja, especialmente em ambições reais de interferência em assuntos eclesiais. Neste aspecto, no reinado de Henrique II é notável o desentendimento entre ambas as partes, observável nas disputas entre o rei e o arcebispo Thomas Becket da Cantuária, morto na própria catedral. Além disso, as tentativas de taxaço da Igreja foram consideradas de forma profundamente negativas, política assumida, especialmente, durante os reinados de Ricardo I e João.

No reinado de João, definir o poder real era um problema central para as políticas seculares. Desde meados do século XII, os reis ingleses defenderam uma supremacia monárquica baseada na preservação da lei e dos costumes e na livre expressão da vontade real. A conduta assertiva da realeza tinha como apoio o senhorio feudal (como na França e nos reinos ibéricos), na poderosa máquina administrativa que se formava e no costume feudal.

Durante o reinado de João, entretanto, é provável que o conceito de realeza seguisse tradições anglo-saxãs de monarquia sagrada e doutrinas da autoridade dos magistrados romanos, reavivadas por estudantes do direito civil no século XII (TURNER, 1996, p.158). Desta maneira, a autoridade na qual possibilitou impor cada vez mais pesadas obrigações aos súditos ingleses, derivou cada vez menos do senhorio feudal e mais do conceito de realeza.

No reinado de Ricardo, porém, já é observável mudanças na redação de documentos reais, introduzindo um novo vocabulário de poder. Vários capelães reais,

desta maneira, a partir da lei canônica e civil, consideravam o rei como um magistrado romano, protetor do poder público ou do bem comum. Assim, os legistas reconheciam a responsabilidade real pelo *status* ou *utilitas reipublicae*, o bem comum, e a obrigação recíproca dos súditos de confiar recursos para isso (TURNER, 1996, p.161). Neste sentido, o compromisso do rei pelo bem-estar geral, o habilitava a anular a lei em caso de emergência ou necessidade e a impor taxas extraordinárias. Durante o reinado de João, deste modo, os conceitos de *necessitas* ou *utilitas*, justificavam medidas excepcionais contra a ameaça de Felipe II e do papa.

O desenvolvimento do conceito de *corona* (coroa) foi muito importante também neste aspecto. Entendida como a soma de direitos e responsabilidades que permitiam ao rei exercer seu cargo real, incluía a máquina administrativa para a aplicação dos direitos reais que muitos dos súditos ingleses consideravam oneroso e contrário aos costumes. Neste sentido, durante o reinado de Henrique II, ele aplicou o termo aos castelos reais, feudos e direitos fiscais e jurisdicionais e tal complexo de privilégios e posses reais não poderia ser alienado. Essa doutrina de inalienabilidade serviu para apoiar a proteção dos direitos e propriedade reais. Henrique, Ricardo e João, portanto, reforçaram a posição da monarquia como forma de proteger suas prerrogativas, especialmente contra as leis canônicas.

Em seu reinado, João, entretanto, estendeu o monopólio real sobre a justiça na Inglaterra e na Irlanda (1200). Mas as ações reais eram consideradas distantes dos costumes e do aceitável e as decisões judiciais como mercenárias e arbitrárias, punindo seus inimigos e recompensando seus aliados. O rei, junto com seu pai e irmão, estava transformando a remoção de uma pessoa de sua propriedade de direito *per voluntatem regis* em uma medida comum, não requerindo um julgamento na corte. Neste sentido, ele defendeu o direito de fazer cumprir suas exigências de serviços e pagamentos de seus vassallos por apreensão de bens móveis e transformou o arresto de terras *per preceptum regis*, em uma questão de rotina administrativa, especialmente por inadimplência de serviço militar.

Nesta lógica, João resguardou o direito de cobrar *scutage* (um substituto do serviço militar) sem o consentimento dos barões e impôs severas penalidades por falta de pagamento. Segundo Ralph V. Turner (1996, p.171), o que João viu como simplesmente medidas administrativas para fazer cumprir as obrigações feudais, seus barões viram como negação do devido processo legal. Em vez de tornar a justiça real mais fácil de obter, ele dificultou seu acesso. Entre 1209 e 1212, desconfiado de centros de autoridade

rivais, João fechou a bancada dos juizes de Westminster, virtualmente suspendeu os *eyres* nos condados e insistiu que todos os pedidos deveriam ser feitos no tribunal da corte itinerante do rei (CARPENTER, 2008, p.326). Isso resultou na busca de salvaguardas legais contra as ações reais, com o objetivo principal de não depender da aplicação arbitrária da vontade real, especialmente em um contexto no qual João e os funcionários reais negavam arbitrariamente posses e privilégios ou coagiam o pagamento de quantia exorbitantes.

Além disso, muitos barões se ressentiam do aumento de influência dos funcionários reais nas decisões do rei. Neste sentido, defendiam o direito dos grandes homens do reino em aconselhar a realeza, baseados no costume feudal no qual vassalos tinha o dever e o direito de dar conselhos ao seu suserano. Neste contexto, entretanto, a expansão da máquina governamental e o crescimento de uma protoburocracia aumentaram a probabilidade de o monarca consultar funcionários reais em vez dos nobres do reino. Parecia aos barões, portanto, que o novo corpo de profissionais não apenas encorajava uma centralidade do poder no reino na figura do rei, mas também desafiava sua superioridade social e econômica (TURNER, 1996, p.166).

Segundo Frank Barlow (2014, p.326), ciente da suspeita e antipatia, João era desconfiado e cuidadoso, mas apenas conseguiu despertar um medo maior. Ele possuía o domínio técnico de seu pai sobre direito e administração, o que lhe permitia interferir no governo e manter o controle sobre seus servos. Mas seu irmão lhe deixara um tesouro vazio, um povo despertando para o desencanto e uma política externa difícil e custosa. A inflação monetária contribuiu neste contexto e a guerra profissionalizada havia se tornado ruinosa para a Coroa. A situação econômica do final do século XII dificultou ainda mais o reinado de João, marcada pela expansão dos mercados europeus, a maior abundância de prata e as vastas despesas de guerra que liberavam as reservas de capital, juntamente com a expansão relativamente lenta da área de terra cultivável e o aperfeiçoamento ainda mais lento das técnicas agrícolas, que causavam no aumento de preço da produção.

A política financeira de João, com isso, foi flexível e oportunista. Quando um método deixava de ser lucrativo ou despertava muita oposição, ele tentava outro. Não se pode afirmar, portanto, que foi um reformador financeiro (BARLOW, 2014, p.321). Neste sentido, quando o baronato inglês como um todo rapidamente perdeu o interesse na recuperação dos territórios continentais, porque também temia que João ficasse muito poderoso, forçou o rei a explorar ao máximo outros meios e sua maior oportunidade ocorreu no conflito contra a Igreja.

Em seus conflitos contra os reis franceses e vassallos revoltosos, Henrique, Ricardo e João buscaram reunir o máximo de recursos. A Inglaterra, neste contexto, era valorizada por suas riquezas, mas os reis ingleses consideravam o vale do rio Loire (Anjou e Poitou) a região mais importante de suas terras. O grande problema de Henrique e seus filhos, porém, foi criar uma política coerente para todos seus territórios, garantindo a lealdade à dinastia plantageneta. O “império” angevino era mais hegemônico do que territorial, não envolvendo ocupação e administração direta, mas confiando em alianças com lideranças locais. Neste sentido, percebe-se três esferas de controle no continente: uma zona central de controle direto (Anjou e Poitou), na qual permanecia o centro das forças armadas; as zonas limítrofes (Bretanha, Maine, Touraine e Aquitânia); e a região mais ao sul na qual era mais difícil exercer controle (Toulouse). A base financeira dos reis plantagenetas, contudo, era o reino anglo-normando.

Houve poucos esforços em impor um governo uniforme em todos os territórios. Desta forma, na região norte (Inglaterra e Normandia) o rei/duque tinha uma efetiva máquina administrativa para exercer seu poder. Em Anjou Maine e Touraine, a autoridade pública estava menos concentrada nas mãos dos condes e mais fragmentada, na qual as funções públicas de administração da lei e coleta de impostos eram exercidas por senhores locais que permitiam pouca interferência externa. Na região Sul, entretanto, havia poucas instituições para reforçar a autoridade ducal sobre a nobreza belicosa e anárquica, que impedia o controle de castelos, taxaço e outros direitos de suserania que era exercidos em terras anglo-normandas.

Modelos para a administração vieram de um corpo de costumes feudais que prevaleciam no noroeste da França e na Inglaterra pós-conquista (1066), modificados para serem aplicados em uma coleção maior de principados (TURNER, 1995, p.83). Neste sentido, foi buscado formar uma rede flexível e ampla de laços familiares.

Não havia, portanto, ambições em construir um estado centralizado. Neste sentido, os reis plantagenetas não impuseram um código de leis unificado e nem unificaram a produção de moedas. Havia, assim, o reconhecimento de entidades regionais separadas. Durante o reinado de Henrique II, porém, em uma série de reformas após a revolta dinástica de 1173 e 1174, designou um senescal ou vice-rei para cada um de seus domínios e o governo de duas províncias foram transferidos para o controle de Ricardo (Aquitânia) e Geoffrey (Britânia), existindo, assim, um reforço da autoridade real. Por mais que tenha tido sucesso durante o reinado de Ricardo, entretanto, esta estrutura não

poderia ser permanente a longo prazo se não fosse construído uma identidade comum contra a Coroa francesa.

A administração das terras continentais, portanto, adotaram mecanismos rudimentares de governação. Na região sul (Angoulême, Limousin), por exemplo, a falta de controle direto resultou em impor a autoridade real através de campanhas punitivas financiadas pelo tesouro inglês. Os custos e crueldade das campanhas de Ricardo, porém, geraram descontentamento e animosidade que atingiram seu ápice durante os primeiros anos do reinado de João (TURNER, 1995, p.92). A preocupação com a guerra, desta maneira, dificultou o cultivo de qualquer senso de lealdade dinástica, impediu a construção de novas instituições governamentais e induziu um vácuo político que os senhores locais – particularmente de Poitou e ao Sul – se apressaram a preencher, consolidando blocos de poder regionais. Assim, após 1204, apenas a Inglaterra e a Gasconha, terras que não tinham laços com a Coroa francesa, permaneceram sob o domínio dos reis plantagenetas.

Outro aspecto importante na administração das terras continentais era a suserania dos reis franceses, que buscou reforçar o status subordinado dos reis ingleses e impor sua autoridade real. No final do século XII, dois tratados confirmaram a suserania da Coroa francesa sobre os territórios continentais ingleses. Com o tratado de Messina (março de 1191), Ricardo reconheceu que Felipe II era seu suserano de todos os feudos que seus antepassados governaram para a Coroa francesa. E no tratado de Le Goulet (maio de 1200), João formalmente reconheceu que sua vassalagem para a monarquia francesa significava sujeição para a *curia regis* dos reis franceses.

Os monarcas franceses, desta forma, constituíam um centro de poder alternativo, encorajando apelações para assistência de vassallos descontentes dos reis plantagenetas, incluindo dos próprios príncipes ingleses, como Henrique, o Jovem, Ricardo e Geoffrey (TURNER, 1995, p.88). Além disso, quando um conflito era iniciado, o rei francês tinha a vantagem de uma base mais compacta na Île de France, simplificando o envio de forças para atacar os castelos angevinos nos vales do rio Sena e do Loire. Os reis ingleses, em contraponto, tinham a desvantagem de defender uma fronteira maior, impactando as linhas de comunicação e a dispersão de recursos.

Por outro lado, a Coroa francesa buscou criar uma imagem de unidade nacional na figura do rei e da família real. Em contraposição ao despotismo angevino, os reis franceses cultivavam uma imagem de liberdade - principalmente em relação à Igreja – e respeito às tradições feudais (TURNER, 1995, p.93).

Podemos perceber, ainda, uma crescente necessidade de fundos pela Coroa inglesa, especialmente com a expansão de recursos dos reis franceses. Com a formação de uma economia de guerra, desta maneira, os reis ingleses recorreram de forma gradativa na eficiência do tesouro real na Inglaterra e na Normandia, resultando em uma crescente animosidade. Isso também gera uma resistência cada vez maior da nobreza inglesa em participar das campanhas de Ricardo e João no continente, perceptível na indiferença dos barões nas guerras contra Felipe II entre 1202 e 1204. O pesado fardo fiscal resultado das guerras no continente, portanto, contribuiu decisivamente na oposição da nobreza do reino inglês, originando a revolta no final do reinado de João. Além disso, a combinação de alta taxaço e as frequentes invasões dos reis franceses, foi fundamental para a alienação dos nobres e do clero normando, influenciando a perda do ducado em 1204.

Dispostos a recorrer à intimidação e à violência para coletar fundos e obrigar a realização de serviços, os reis ingleses não surpreendentemente despertaram o medo e a raiva de seus súditos. Além disso, havia cada vez mais interferência real nas sucessões das famílias nobres e nos casamentos como forma de arrecadar fundos para o erário. Como resultado, o respeito mútuo e a confiança entre o governante e os grandes barões do reino eram frágeis, e no reinado de João o medo do rei foi predominante entre os barões.

No continente, por outro lado, observa-se uma ligação crescente entre a nobreza com a Coroa francesa e um cada vez maior desinteresse em defender os interesses da dinastia plantageneta. Não havia, ainda, uma classe de administradores interessada em preservar e expandir o poder real nas regiões mais ao Sul da Normandia. Os plantagenetas, assim, não conseguiram formular nenhuma ideologia que pudesse unir seus súditos pela lealdade dinástica.

Na Inglaterra, entretanto, a manutenção do poder real criou fortes ressentimentos na nobreza. Como resultado, a difusão do governo real, a expansão da jurisdição e as crescentes demandas financeiras, tornava acusações de tirania “quase inevitáveis” (TURNER, 1996, p.163. Tradução nossa). Para D.A. Carpenter (2008, p.322), os reis plantagenetas, como seus predecessores normandos, haviam explorado a Inglaterra para sustentar suas posses continentais, e todos, confrontados com a constante erosão da renda fácil à medida que as vastas terras adquiridas pela Conquista eram doadas para recompensar os servos e apoiadores, dependiam cada vez mais de dinheiro extraído, senão extorquido, de indivíduos pelo erário real. O ritmo de exploração acelerou à medida que a ameaça à Normandia aumentava nos últimos anos do século XII e primeiros do século XIII. Neste sentido, ainda no reinado de Henrique II há a expansão da floresta real e

durante o reinado de Ricardo pesados resgates para garantir a manutenção de terras da nobreza, além de punições em multas e confisco de terra.

Desde o início de seu reinado, desta forma, João precisou lidar com diversos grupos de nobres que foram prejudicados pelas políticas de seu pai e irmão. A revolta no fim de seu reinado, portanto, tinha como objetivo abolir os “maus costumes” que Henrique II e Ricardo haviam estabelecido em detrimento da Igreja e do reino, junto com os abusos que João havia acrescentado (CARPENTER, 2008, p.322). Por mais que seus antecessores tenham adotado uma política fiscal incisiva, D.A Carpenter (2008, p.323) afirma que provavelmente em seu reinado João empreendeu a maior exploração financeira desde a Conquista.

A revolta de 1215, portanto, foi uma resposta a um sistema de governo real que se desenvolveu no século XII, em fortes fundações anglo-saxãs. Segundo Ralph V. Turner (2015, p.11), possivelmente apenas a morte de Ricardo em 1199, preveniu o rei inglês a enfrentar uma rebelião contra a realeza.

A imagem negativa de João, embora tenha sido construída e intensificada através de seu reinado, é fruto, portanto, também de um desgaste que se acumulava a partir do reinado de seu pai e irmão. Seu reinado se diferencia apenas em grau dos reinados de Henrique II e de Ricardo. Neste sentido, C. Warren Hollister observa alguns acertos e qualidades de João, descrevendo-o como um “homem altamente talentoso” (1961, p.7. Tradução nossa) e possuidor de habilidades diplomáticas, demonstradas na construção de uma rede de alianças percebidas na campanha no continente em 1214. Além disso, tinha capacidade militar, observada em conquistas na Irlanda e nas fronteiras inglesas, como também no enfrentamento dos nobres rebeldes. Neste sentido, João impôs um exigente tratado de paz para o rei escocês William (1209), marchou sobre a Irlanda e recebeu vassalagem da nobreza local (1210), invadiu Gwynedd e forçou o príncipe Llywelyn do Norte da Gália a ceder as terras entre Conwy e Dee e faria uma campanha em Gales se não fosse descoberto um plano de nobres ingleses para assassiná-lo em 1212, estabelecendo a hegemonia inglesa sobre as ilhas britânicas (CARPENTER, 2008, p.318). Seu pobre desempenho contra Felipe II, entretanto, marcou profundamente seu reinado e foi fundamental em algumas escolhas de João e na construção de uma imagem negativa do rei. Neste sentido, como o próprio Hollister (1961, p.8) observa, um rei medieval precisava de sucesso militar e mesmo seus ganhos nas ilhas britânicas não foram suficientes para que João pudesse contrabalancear suas perdas no continente.

O rei João, por outro lado, foi indulgente com a rainha e sua esposa divorciada, de mão aberta para seus homens, generosos com as igrejas e pródigo com os pobres. Para Frank Barlow (2014, p.325), entretanto, falhou como rei talvez porque ele era subdotado de virtudes populares. Neste sentido, lhe faltava as principais qualidades necessárias para o sucesso de um rei. Em contraposição, seu pai tinha um poder de atração principalmente através de seu poder e seu irmão adicionou as qualidades marciais de um herói à figura real. Embora fosse um diplomata e general inteligente, sua diplomacia geralmente ultrapassava suas possibilidades reais e suas campanhas muitas vezes fracassaram. Seu irmão também fora severo e intimidador, mas também possuía um cavalheirismo e inspirava autoconfiança, além de possuir um gênio militar que João não chegou a possuir.

Como afirma Thiago Pereira da Silva Magela (2013, p.551), o rei medieval não podia impor de forma unilateral sua vontade sobre a aristocracia, mas trata-se de uma relação mútua de interesses e jogos de poder. Os laços pessoais são chave nessa relação e a produção ideológica reforça a concepção do rei como senhor supremo. A proximidade dos homens da Igreja ao rei pressupõe, por outro lado, uma série de interesses, influenciando a legitimação ou não da monarquia.

Segundo Ralph V. Turner (2015, p.14), o rei João, entretanto, era considerado menos cortês ou cavalheiresco do que seu pai ou irmão, com sede de vingança e um toque de mesquinhez ou rancor sentir prazer em humilhar homens mais fracos, embora também se deleitasse em humilhar rivais poderosos e populares. Ele tentou coagir a nobreza à obediência, exigindo cartas de fidelidade em perspectiva que exigiam que eles entregassem suas terras caso caíssem sob suspeita ou deixassem de prestar serviços à realeza. Exigiu, ainda, os filhos dos barões como fiadores da fidelidade para com a Coroa. O enforcamento de 28 filhos de chefes galeses pelo rei em 1211, tornou a entrega de reféns mais arriscada ainda. A suspeita morte de Arthur da Bretanha não contribuiu positivamente neste aspecto. Neste ponto, a morte em cativeiro por inanição da esposa e do filho do nobre rival de João, William de Braose, foi outro acontecimento que resultou no medo e desconfiança da nobreza.

Sua residência forçada na Inglaterra significou que os súditos de João experimentaram suas extorsões financeiras em primeira mão, enquanto seus predecessores, em grande parte ausentes, conseguiram culpar funcionários reais pela opressão de seus súditos. No reinado de João, por outro lado, os barões se ressentiram com o reforço de suas obrigações e sua alienação foi completa após a derrota de Bouvines em 1214.

CAPÍTULO 2

2. O ASPECTO MODELAR DO ITINERARIUM PEREGRINORUM ET GESTA REGIS RICARDI

Com o início do século XIII, a produção escrita no Ocidente medieval vai adquirindo maior magnitude, se convertendo em um importante meio de poder referente a promoção régia. Deste modo, o discurso produzido nestas obras envolveu muitas vezes ideias que “(...) ainda que geradas num determinado contexto são imagens modelares e buscam construir modelos projetados sobre a realidade concreta” (FERNANDES, 2003, p.8). Neste contexto, a Igreja romana desempenha papel predominante nas representações do mundo e na organização das coisas, integrando o poder de coação espiritual e o domínio da escrita (SCHMITT, 2017, p.269). Buscamos, a partir disso, analisar a redação da crônica *Itinerarium*, procurando compreender as ligações entre o contexto de produção e a importância de resgatar na figura do rei Ricardo I um modelo de ação régia.

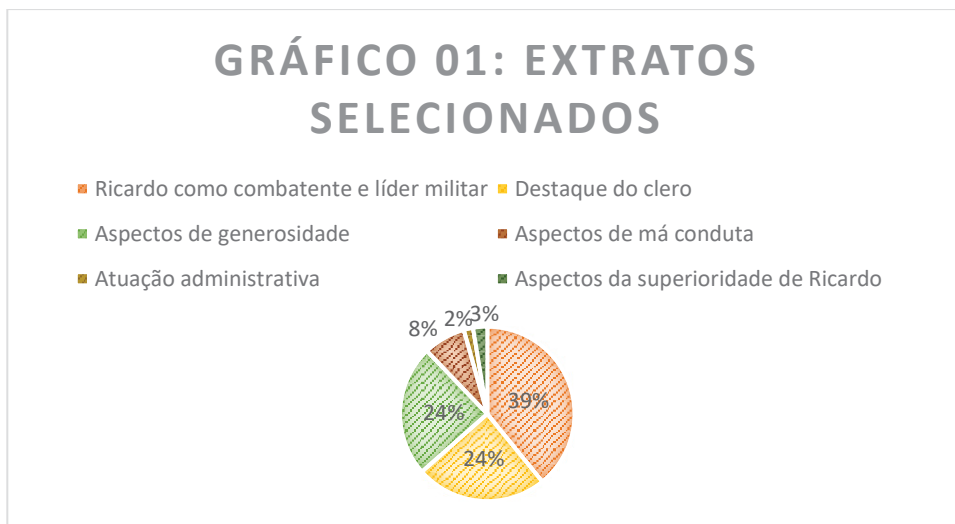
Pudemos identificar 113 passagens que mostram o caráter moral-didático da obra. Dessas, 45 são extratos que exaltam a figura de Ricardo como combatente e líder militar. Além delas, 28 passagens demonstram o protagonismo eclesiástico em funções militares, posições de alto prestígio dentro da corte, através de seu poder correcional e objetivo de expansão da fé cristã. Separamos outras 28 passagens que mostram a virtude da generosidade, exercida predominantemente por Ricardo.

Temos, ainda, seis fragmentos que contém aspectos de má conduta. Duas outras são parte da narrativa que mostram João tentando usurpar o trono. Há, ainda, duas passagens sobre a atuação administrativa do rei Ricardo. Outra narra o encontro entre João e Ricardo, exibindo a superioridade do antigo rei perante o irmão. Por fim, outras duas o autor elenca quais as virtudes que elevam Ricardo como um rei ideal.

A análise, em antemão, será pautada nos elementos mais significativos da estrutura de virtudes que sustentam a ideia de um rei ideal no pensamento do cronista e os vícios que caracterizam a má conduta. Neste sentido, nossa pesquisa identificou quatro elementos principais na caracterização de Ricardo como modelo régio: sua capacidade militar e de liderança; generosidade; cooperação com a nobreza e eclesiásticos; destaque do poder clerical em sua corte.

Nossa análise buscou captar os elementos do passado que se inserem na narrativa sobre a realeza, analisando o imaginário político em torno do rei Ricardo I. Além disso,

procurou identificar a realidade social vivenciada pelo autor da crônica, fundamental para o entendimento da necessidade de formular um modelo régio e, assim, um discurso de tutela sobre a realeza.



Antes de entrarmos na análise da fonte se mostra preciso, entretanto, analisar alguns elementos da produção escrita durante a Idade Média, particularmente sobre a redação de crônicas.

2.1 A PRODUÇÃO ESCRITA DURANTE A PLENITUDE MEDIEVAL (SÉCULOS XI-XIII)

A produção de textos historiográficos medievais, como as crônicas, incide na preocupação de preservação da memória, mas também na noção de história *magistra vitae*, conservando os bons e maus exemplos para gerações futuras, agregando um caráter didático a este tipo de produção (DIAS, 2009, p.115). Durante o medievo uma das principais preocupações na produção escrita era a manutenção da memória dos acontecimentos e dos saberes, combatendo o perigo do esquecimento. Desta forma, é possível afirmar que a sociedade medieval constituía uma sociedade de memória, imbuída, assim, por uma cultura memorial (CARRUTHERS, 1990, p.260; DIAS, 2009, p.116).

Na escrita há um processo de preservar na memória do que se achava necessário e digno para que fosse lembrado, um reduto de memória e “lembrete” para a posterioridade (DIAS, 2009, p.119). A memória se fundamentava particularmente em

duas bases: uma memória coletiva e oficial, que envolvia a manutenção dos interesses oficiais preponderantes e o intuito de manutenção para o futuro; mas também na fixação de modelos de atuação, baseando-se majoritariamente em personagens históricos, conservação dos assuntos e acontecimento mais notáveis e no interesse em cristalizar modelos de conduta, envolvendo a preservação de valores sociais e culturais (DIAS, 2009, p.119).

Para Dias, portanto, estes dois eixos articulam-se na sua maior parte em uma orientação para a preservação de uma memória positiva sobre alguém, constituindo o paradigma do modelo positivo, assegurando que haja a conservação do fato historiável “digno de memória” (2009, p.120). A escrita, então, detém uma função de estímulo de memória, promovendo a lembrança do que é considerado que não pode deixar de ser recordado. O tempo, portanto, tem influência e justifica as ações e acontecimentos do presente, recebendo uma influência decisiva da religião cristã para isso (COSTA, 2018, p.61).

A Idade Média constitui, assim, uma “(...) época que assenta de modo tão nítido numa cultura da memória, a maior ameaça, talvez até do que a má fama, só poderá ser a rasura da lembrança, ou o esquecimento” (DIAS, 2009, p.125). A promoção da redação de obras historiográficas, desta maneira, contribui para o reforço das memórias correntes dominantes, conectado aos interesses dos poderes instituídos, existindo a articulação com modelos de comportamento reconhecidos.

Para Patrick Geary, por outro lado, é preciso compreender a memória social considerando-a como o processo que permite à sociedade renovar e reformar sua compreensão de passado a fim de integrá-lo em sua identidade presente (2017, p.192). Relembra-se, portanto, o passado socialmente relevante, que legitima ou concede significado ao presente do grupo que o comemora.

Para Jacques Le Goff, neste sentido, existem fatores que interferem na consolidação da memória, levando a manipulações conscientes ou não, dos quais o próprio interesse individual, a afetividade, o desejo, a inibição e a censura (2013, p.390). O discurso, assim, serve para legitimar, reivindicar, difundir ou perpetuar algo e como ferramenta na disputa sobre a memória histórica (DEVIA, 2015, p.30-31). A memória, neste sentido, tem um importante papel na construção de identidade de um grupo. Para Devia, os grupos constroem a si mesmo a partir do discurso, estabelecendo memórias compartilhadas que fundamentam a memória social (DEVIA, 2015, p.28).

A construção de memória configura, desta forma, um importante meio na luta das forças sociais pelo poder e, neste sentido, o discurso também pode ser deslegitimador, estabelecendo um governante como tirano, por exemplo. O historiador José Carlos Reis acrescenta que:

(...) A representação do passado liga-se a uma situação presente e é nessa situação que ela ilumina a ação. Portanto, nesta perspectiva, o passado não existe em si e se confunde com a reconstituição que se faz dele (...) Ele é a possibilidade mesma do pensamento, já que toda reflexão é retrospectiva. O ser do passado é sua representação, que está no presente, que gera alguns sentimentos específicos: pesar, lembrança, reconhecimento, remorso, saudade, lamento (2012, p.29).

O passado é alçado, portanto, como legitimador de modelos, contribuindo para a criação de uma imagem de uma sociedade ideal (COSTA, 2018, p.72).

Os membros da Igreja, neste contexto, assumem uma posição privilegiada como especialistas da memória na Idade Média, tendo a função de selecionar o que era necessário ser lembrado e conservar a memória, estabelecendo-se como especialistas na função dentro da sociedade. A memória monástica era uma atividade ativa, selecionando, corrigindo e reinterpretando constantemente o passado em função das necessidades do presente (GEARY, 2017, p.196). A conservação da memória, portanto, era adaptada às estruturas religiosas, sociais e culturais do tempo presente (GEARY, 2017, p.205). Esta memória exprimia-se em um contexto social, na qual os textos permitiam transportá-la e transmiti-la, se estabelecendo como suporte de memória (GEARY, 2017, p.196; LE GOFF, 2013, p.411).

Assim sendo, a memória se estabelece como um dos elementos constitutivos da literatura medieval (LE GOFF, J. 2013, p.412), ligando-se a virtude da prudência e, assim, servindo para lembrar o quadro de virtudes e vícios para a sociedade medieval (YATES, 2007, p.80). A memória, neste caso, auxiliaria no processo de recordação do passado, na compreensão do presente e na contemplação do futuro, mostrando as semelhanças ou não com as situações do passado (YATES, 2007, p. 81).

Para José D'Assunção Barros, neste sentido, os documentos podem ou não possuir intencionalidade consciente em sua redação, isto é, formulados com o objetivo de transmitir uma determinada imagem social, para atender a determinados interesses sociais ou políticos, podendo até impor uma certa direção ou olhar sobre a realidade (2012, p.418). Podem procurar impressionar, manipular, convencer, mover e comover pessoas de sua própria época ou também de gerações futuras. É importante, desta maneira,

compreender a documentação no interior de um parâmetro ideológico, geográfico e intelectual e entender como um elemento do passado poderia ser recuperado e ressignificado de acordo com questões do período, atentando-se as formas de representação do passado, especialmente simbolicamente (COSTA, 2018, p.70-85).

Para Fernando Pereira dos Santos, portanto, é necessário compreender as finalidades e os contornos da produção escrita no medievo, que envolve múltiplos interesses de determinados grupos e valores da escrita e da memória histórica no período (2019, p.20). Assim, é fundamental observar seus elementos estruturantes, que podem apontar indícios de valores históricos, atentando-se a rede de contatos que os autores se inserem (2019, p.21). Para José D'Assunção Barros, neste ponto, a produção escrita medieval estava envolta em uma complexa rede de poderes e micropoderes, que impactava na forma de reconstrução social de memória, feita a partir de um sistema de valores e contravalores, oferecendo, assim, um padrão de moralidade e fixando parâmetros de comportamento (2010, p.62).

Para Jacques Le Goff existiria uma intencionalidade de agir sobre o outro através do documento, que pode ser denominada como 'intencionalidade inconsciente' (1990, p. 547). Para Lynn Hunt, neste sentido, "as palavras não [refletem] apenas a realidade social e política; [são] instrumentos de transformação da realidade" (1992, p. 23). A produção textual, entretanto, é impactada pela própria sociedade no qual o escritor está inserido, sua posição social e os constrangimentos que sofre (BARROS, 2012, p.419). Para Barros, compreender o autor do documento envolve assimilar na análise sua classe social, a categoria social no qual faz parte, sua família ou linhagem, posição familiar, status social, situação econômica, sua categoria profissional, posição na categoria social e perfil social. Deste modo, a análise precisa ter em consideração que o autor e a própria fonte estão inscritos em uma sociedade, mesmo uma instituição, um lugar metodológico, estético, filosófico (2012, p. 423). Seria então necessária entender estas "posições sociais" do autor como fatores interferentes na produção do discurso, criando um diálogo entre o estrato social com os objetivos do autor quanto à sua inserção na hierarquia social (2012, p. 424).

A questão da identidade é importante, pois pode modelar formas de representações de pertencer a algum grupo social, envolvendo também uma experiência ideológica criada no âmbito das relações entre os diversos agrupamentos sociais (COSTA, 2018, p.67-73). É necessário a compreensão das relações sociais entre os homens que vivem em sociedade, estando em constante transformação por relacionar ações individuais e relações pessoais e coletivas. Relacionar o local de produção e inclusão do autor, suas

ideologias e contexto do período, o convívio na comunidade, os costumes que se geram a partir disso, em conjunção aos mitos próprios dessa sociedade, elementos na formação, transformação e consolidação das identidades (COSTA, 2018, p.68-69). A redação de crônicas, neste sentido, na construção de identidade de grupo, complementando ao sentido histórico de um passado comum às pessoas que residiam no mesmo espaço político, exercendo função de agente de coesão (FERNANDES, 2009, p.296). É preciso considerar, portanto, os cronistas como agentes geradores e/ou legitimadores de suas realidades.

2.1.1 A PRODUÇÃO DE CRÔNICAS NA IDADE MÉDIA

A escrita de crônicas, em especial, foi uma das principais formas de produção escrita no medievo. Este gênero de escrita possui uma função de proposta educativa e de registros de fatos (BERTOLI, 2009, p. 36). A confecção de escritos cronísticos envolve uma intenção de registro de acontecimentos do passado, eventos considerados memoráveis de serem preservados e deixados para a posterioridade através do registro escrito, podendo o cronista ter presenciado ou não esses acontecimentos. Neste sentido, configura um “(...) gênero historiográfico, onde os feitos são datados e organizados dentro de uma cronologia cristã maior, na qual são abordados e narrados conforme os interesses vigentes, o contexto e as necessidade dos patronos das obras e seus autores” (BERTOLI, 2009, p. 38).

Este tipo de produção, entretanto, sofre um processo de regionalização, não existindo a obrigatoriedade de inserir toda narrativa dentro de uma cronologia maior, o que podemos observar no próprio *Itinerarium*. O que podemos observar, portanto, é a construção de uma “narrativa histórica, que aborda um determinado espaço/tempo, levando em conta a verdade dos acontecimentos e pessoas que marcaram um momento histórico e, por isso, não eram puramente ficcionais e literárias” (BERTOLI, 2009, p. 38). Ela contém um repositório de prática e representações vigentes no período em que foram escritas, havendo um caráter modelar e pedagógico baseado na tradição.

O gênero cronístico, para Guimarães, envolve uma perspectivação do passado e uma justificação narrativa baseada na tradição (2012A, p.70). Entendida como uma realização discursiva narrativa, ou seja, uma constituição histórica de sentido, a cronística fundamenta-se em pressupostos de uma tradição literária cristã, tendo um papel de legitimação e servindo de modelo (exemplos e contraexemplos) (2012B, p.54).

Desta forma, seu estudo envolve elementos como foco, espaço, tempo, personagens, enredo, figuras e intertextualidade, tornando-se necessário “analisar a maneira como o cronista narrou: seus juízos, interferências, interlocução, metáforas e natureza das compilações realizadas” (2012A, p.74).

É preciso considerar também que existem operações de formação de sentido na narrativa, envolvendo um processo de seleção, julgamento e hierarquização, respeitando regras de composição e elementos da tradição cultural do período, havendo um vínculo entre a ação e a narrativa, como também uma compreensão de mundo do cronista. Para Raimundo Meneghello Matte, a escrita envolve uma forma de compreensão e interpretação da realidade, projetando simultaneamente uma idealizada (2018, p. 29)²². Assim, a realidade idealizada fundamenta-se em representações mentais de um grupo que deseja representar-se, sendo reflexo de uma ideologia, pensamento ou interesse do autor ou do grupo do qual pertence (2018, p.30-32). Para Leonardo Funes, portanto, a escrita de crônicas possui três aspectos: ideológico, político e literário (2010).

A crônica medieval incorpora elementos de uma forma de concepção de mundo cristão, contendo a pretensão de transmitir a verdade sobre o que narram. A cronologia se torna um dos pilares para atestar a veracidade da narrativa. A redação em latim, o uso de outras obras e o relato cronológico das ações monárquicas nos campos político-administrativo e militar formam, desta forma, um sistema que atesta tanto a veracidade do que é narrado como sua função pedagógica (SANTOS, 2019, p.39-45).

Fernando Pereira dos Santos aponta a existência de diversas micronarrativas no interior das crônicas, auxiliando na composição de um panorama maior e havendo uma ênfase narrativa centrada no monarca, fazendo a associação entre rei e sua capacidade de governança. Há, assim, a criação de um efeito de espera de que algo ocorrerá para compor o desfecho dos eventos, aproximando-se ao modelo dos romances de cavalaria (SANTOS, 2019, p.47). Os eventos individuais, desta forma, são destacados e ganham credibilidade por estarem dentro de eventos maiores de conhecimento notório por parte da sociedade da época. A rememoração da participação do rei Ricardo I na cruzada, neste sentido, é pertinente pois é um dos melhores momentos para destacar as virtudes e glórias do monarca, mostrando o rei inglês atuando na defesa e expansão da Cristandade.

²² O autor utiliza o conceito de mentalidade como ferramenta para a compreensão da produção de crônicas. A definição do conceito adotada por Matte define mentalidade como um elemento comum aos membros de uma civilização, servindo como um laço de união e de identidade (2018, p. 29).

A crônica medieval constitui em instrumento ideológico de afirmação geralmente identificado com projetos nobiliárquicos, régios e clericais. A partir de uma série de virtudes e vícios, se construía modelos de conduta, caracterizando e distinguindo os bons dos maus monarcas, formulando e utilizando um imaginário²³ próprio ou importando elementos culturais da sociedade ou de outras obras, destinando-se a fornecer a partir dos reis do passado um rol de exemplos significativos para os monarcas do presente e do futuro. Para Marcella Lopes Guimarães, tais virtudes seriam autorizadas a cada contexto, lembradas a partir de exemplos práticos (2015, p.88).

A formas de narrativa das crônicas, portanto, não poderia se deslocar de forma ampla de sua própria realidade, isto é, da mentalidade e contexto cultural do cronista²⁴, podendo ocupar-se não só na glorificação de um passado, mas também na afirmação de um presente e na compreensão deste (FONTOURA, 2014, p.124-126).

Em diversas crônicas a construção deste modelo régio demandava a presença e colaboração de uma nobreza ideal e, poderíamos acrescentar, destaque do clero. Deste modo, neste processo de idealização seria necessário realçar algumas tonalidades edificantes dos protagonistas ou buscar uma justificativa que pudesse explicar seu fracasso, singularizando a trajetória do modelo (FERNANDES, 2009, p.297). A escrita, portanto, partia da necessidade de cristalizar um relato histórico para a garantia da manutenção da memória, servindo como legitimação da produção da obra. Para Fátima Regina Fernandes, a idealização do rei guerreiro nas crônicas medievais, em particular, integra o interesse da nobreza em preservar seus privilégios, como também exalta sua capacidade de liderança por meio de ações heroicas (2009, p.292).

No *Itinerarium*, por exemplo, o fracasso do rei Ricardo na Cruzada é justificado pelos interesses de outras lideranças cristãs que divergiam dos objetivos da cruzada, mais ainda do que pelos êxitos dos próprios muçulmanos de resistir aos cristãos ou das falhas de Ricardo. Mesmo comportamentos execráveis do rei são justificados, como na execução dos prisioneiros em São João d'Acre, motivado pela demora da parte de Şalāh ad-Dīn de cumprir seus termos no acordo firmado após a conquista da cidade. Com isso,

²³ Para Sandra Pesavento, o imaginário pode ser entendido como um “sistema de imagens e ideias de representação coletiva que os homens em todas as épocas construíram, dando um sentido para si e para o mundo” (2004, p.43). Ele envolve tanto fontes literárias e artísticas e constitui um sistema de valores e códigos ideológicos, sendo uma forma de expressão de aspirações e normas da sociedade medieval. Além disso, envolve questões de representação, ligando-se ao simbólico e ideológico.

²⁴ Na Idade Média, as principais fontes consultadas por cronistas eram: tradição historiográfica greco-romana; tradição historiográfica em romance; textos de caráter religioso, doutrinário e filosófico; documentos oficiais (FRANÇA, 2007, p.140).

mesmo com diversos atos e demonstrações de heroísmo e bravura do rei Ricardo, a cruzada não atingiu seu objetivo de reconquistar Jerusalém, ainda em posse dos muçulmanos.

A partir do século XIII, com a ampliação dos processos de centralização monárquicas no Ocidente medieval houve uma clara influência na produção de crônicas do período. A cronística passou a buscar demarcar o espaço social diante de um processo de centralização, criando um modelo de medição ou ação régia na qual o rei é impulsionado ou assessorado por um corpo de nobres e/ou de clérigos que o aconselhavam. A má realeza seria mal assessorada, mas o bom rei fazia-se acompanhado da nobreza e do clero (BARROS, 2009, p. 39).

Esta ‘autoridade compósita’ estabelece, portanto, mecanismos de coesão e de identificação da realeza com os grandes grupos sociais, assimilando parâmetros oriundos da cultura nobiliárquica (geralmente identificadas com valores da cavalaria) e integrando o ideário cavaleiresco com o sistema de rede que caracteriza a solidariedade nobiliárquica (BARROS, 2009, p.42). O rei revela-se, deste modo, “mais um nobre entre nobres – mesmo que na situação ideal ele é o mais valioso dos nobres” (BARROS, 2009, p.43).

A crônica medieval, desta forma, serve para integrar, identificar e promover os sentimentos de pertencimentos dos membros de uma comunidade (MATTE, 2018, p.33). Era importante demonstrar que a monarquia precisava do auxílio e apoio de seus nobres mais valorosos e da Igreja, buscando limitar os comportamentos desviantes a partir de personagens referenciais (MOCELIM, 2013, p.211-222). Esta solidariedade entre realeza, nobreza e sacerdócio, portanto, era um fator determinante para garantir o bem comum. E é desta forma que compreendemos a redação do *Itinerarium*, como um instrumento de reafirmação eclesiástica, apresentando uma narrativa que realça a posição de destaque de seus membros durante o reinado do rei Ricardo I, constituindo-se, desta maneira, uma tentativa de resgate no passado dos privilégios e destaque do poder clerical.

Cabe destacar, neste ponto, a redação de crônicas foi feita majoritariamente por indivíduos com formação religiosa, ligando-se ao estabelecimento de parâmetros próprios para o registro, enfatizando certos elementos em detrimento de outros e existindo a expectativa sobre certas virtudes, atentando-se principalmente ao registro da guerra e seus desdobramentos (SANTOS, 2019, p.56-78).

O que se pode notar também é a existência de certos lugares comuns (*topoi*), influenciando as escolhas sobre o que, por que e como a narrativa deveria ser elaborada, constituindo uma forma de legitimação da crônica (SANTOS, 2019, p.79-80). A função

memorialista das crônicas liga-se, assim, a preceitos que tornaria a narrativa digna de credibilidade.

Há a elaboração de estratégias para enfatizar o poderio e a influência de um grupo, traçando em muitos casos suas origens na memória coletiva, uma tradição constituída sobre um passado ideal, servindo como exemplo (SANTOS, 2019, p.84). Existe, portanto, o desejo de demonstração de poderio e perenidade através da confecção de uma narrativa que convergisse para criar uma figura respeitável diante da sociedade do período (SANTOS, 2019, p. 107).

Há, assim, idealizações no modo como estes indivíduos entendiam seu mundo. O emprego e valorização da noção de coragem se destaca neste aspecto, sendo considerada parte das quatro virtudes cardeais (coragem, prudência, justiça e moderação), necessárias para se atingir o bem maior, envolvendo a defesa do reino e a disseminação e manutenção desse preceito (SANTOS, 2019, p.119-121). Existe, desta maneira, destaque ao elemento honorífico dos guerreiros, elevando a coragem e a honra como elementos centrais. Elementos nobiliárquicos e cavaleirescos, deste modo, delimitam o que será selecionado para figurar nas narrativas dos cronistas (SANTOS, 2019, p.124-129).

A construção de narrativa sobre as vitórias envolve a ideia de justa governança e grande habilidade administrativa, indicando a aptidão guerreira de seu protagonista, fornecendo a estrutura sobre a qual se apoia a figura do monarca. Além disso, a delimitação dos contornos da monarquia estava em estreita ligação com o acolhimento dos interesses da nobreza e do poder clerical, justificando a exaltação da generosidade como virtude. As narrativas de cronistas, assim, constituíam o depósito de uma forma comum de pensamento do período sobre os privilégios da nobiliarquia e do clero, seu lugar e funções sociais (SANTOS, 2019, p.175).

2.1.2 APROXIMAÇÕES ENTRE GÊNERO CRONÍSTICO E O GÊNERO DE ESPELHO DE PRÍNCIPE

O *Itinerarium* apresenta uma feição de uma obra modelar, mas não compartilha a mesma estrutura de um espelho de príncipe. Mesmo assim, por semelhanças entre os tipos literários, vamos abordar alguns aspectos mais gerais deste gênero e mostrar que a obra de Richard de Templo apresenta, sim, uma feição de espelho de príncipe.

Não nos sentimos seguros, entretanto, em afirmar de forma categórica que o *Itinerarium* pertence a esse gênero, pois não há precedência nenhuma na historiografia

deste tipo de afirmação e porque em muitos casos as obras de espelho de príncipe não chegam a nomear especificamente uma figura em particular para fundamentar amplamente o modelo de conduta ideal. Mesmo assim, percebemos o objetivo de apresentar o rei Ricardo como um modelo régio.

Para Adriana Mocelim, há uma aproximação entre o texto cronístico e o gênero de espelho de príncipe, especialmente com a proliferação de obras deste tipo a partir do século XIII, reflexo da afirmação do poder político das monarquias (2013, p.173). Isabel Almeida, por outro lado, ao analisar os livros de cavalaria portuguesa, afirma que sem se resumir a um espelho de príncipe, nem o pretender de forma sistemática, reúne também ensinamentos e críticas capazes de se fazer semelhantes instrumentos pedagógicos. Neste sentido, Flávio Antônio Fernandes Reis afirma que os espelhos de príncipe “configuram um gênero, fundado em fontes de invenção comuns, com matérias similares e mesmo fim, embora variem na disposição, na elocução e nos tipos textuais” (2014, p.21). Aproveitamos, portanto, a oportunidade para expor alguns elementos que são observados no gênero de espelho de príncipe e que contribuem na análise do *Itinerarium*.

Os espelhos de príncipe têm sua produção no Ocidente medieval desde ao menos o século IX durante o império carolíngio, tendo a intenção de lembrar as virtudes inerentes a função monárquica, fundamentada nas virtudes da justiça, prudência, misericórdia e humildade (ZIERER, 2009, 124). A redação de um espelho de príncipe busca estabelecer então as virtudes necessárias ao ofício do rei, construindo a imagem de um governante perfeito. Para Ana Isabel Buescu, é preciso singularizar um discurso que “tem por objeto a representação do perfeito soberano, ou seja, a construção de um modelo ideal, constituindo, nesse sentido, uma das múltiplas possibilidades de autorrepresentação e de legitimação que a literatura oferece ao poder político” (1997, p.33). As virtudes que elevam o indivíduo a posição de modelo de conduta, neste ponto, apresentam uma dimensão política e um alcance ideológico (1997, p.33).

O espelho de príncipe age como suporte ideológico da realeza, tendo papel de legitimação do príncipe e de um poder central em construção, estabelecendo os próprios limites do poder régio, integrando um discurso mais geral sobre a realeza.

O gênero, assim, constitui uma reflexão moral sobre o poder laico, utilizando de modelos de comportamentos sociais, atitudes, regras e condutas, irradiando-se aos círculos mais próximos do príncipe (MUNIZI, 2001, p.90-95). De tal forma, os espelhos de príncipe reúnem saberes autorizados sobre a realeza, o reino, as virtudes, a paz, a guerra, a preservação e expansão territorial (REIS, 2014, p.17).

Ana Isabel Buescu, neste sentido, adiciona que “como já foi observado, os pontos de vista teóricos, ainda que diferenciados, sobre o poder, inscrevem-se num quadro literário organizado em função de estereótipos e códigos metafóricos próprios dos grupos – letrados e homens da Igreja – que os produzem” (1997, p.34). Mesmo sendo um discurso que se pretende ordenador de uma realidade, há um desajuste entre a norma instituída e a realidade. Os espelhos de príncipe acabam, deste modo, privilegiando um plano de exemplaridade que configura modelos e práticas de comportamento considerados idealmente virtuosos. O retrato exaltado detém um caráter atemporal, existindo uma adequação retórica e simbólica.

Existe tradicionalmente três modelos de conduta: o bíblico, o aristotélico e o clássico, no que resulta em uma importância ideológica conferida à constituição de um discurso sobre a monarquia (BUESCU, 1997, p. 41-42). Deste modo, inscreve-se uma dimensão cristã ao ofício régio através de uma concepção de exemplos e heróis, constituindo-se mecanismos de interiorização e de reprodução de normas sociais (BUESCU, 1997, p. 45). O príncipe é apresentado, assim, como um exemplo de continuidade, reunindo em si uma dupla função de objeto de inspiração e modelo de conduta (REIS, 2016; SANTANA, 2013, p.501). Desta forma, as construções destes modelos teóricos de comportamento intencionavam a assegurar o bem e a prosperidade do reino, buscando garantir o autocontrole e autogoverno do príncipe e conseqüentemente de seu círculo próximo (SANTANA, 2013, p. 500-501).

Os espelhos de príncipe constituem, assim, obras de conselhos morais e políticos, apresentando uma finalidade didática básica, fundamentando-se em exemplos de conduta individual e pública (REIS, 2016, p. 242). Estes exemplos foram em diversas ocasiões retirados em autoridades antigas, consideradas orientações legítimas. Segundo Adriana Zierer, os modelos muitas vezes apresentados como modelos de conduta eram os reis do Antigo Testamento, procurando realçar o papel do monarca de defensor das igrejas e dos clérigos (2009, p. 125).

Os reis da antiguidade e da bíblia são entendidos como dignos de memória e espelhos de virtude e sabedoria política. O passado, desta maneira, é alçado como repositório das doutrinas de virtudes, de excelência ética e modelos de conduta (REIS, 2016, p. 249).

Com a influência da Igreja, houve uma difusão de valores e princípios do cristianismo, existindo uma longa transformação nos modos de produção cultural, que ao se encontrar com uma tradição anterior fundamentada no individualismo levou a fusão de

símbolos mitológicos de tradições antigas com valores cristãos, resultando em duas culturas: uma cultura essencialmente cristã e outra cultura híbrida, envolvendo elementos de tradições anteriores e valores cristãos (MAGALHÃES; TESTA; TEIXEIRA, 2006, p.52).

Entretanto, com o início do processo de centralização monárquica a partir do século XII, ocasionando na ampliação dos poderes reais, resulta também no choque entre monarquia e poder eclesiástico. A partir disso, os membros do clero passaram a intentar reformar a sociedade através da educação dos monarcas (ZIERER, 2009, p.133). Havia, todavia, outros modelos de conduta além do clerical. Um deles, o modelo arturiano, originado nas obras de Chrétien de Troyes, apresentava um padrão de comportamento que realçava o valor guerreiro, sendo o lendário rei Artur o modelo a ser imitado. Desta forma, valorizava-se a invencibilidade guerreira, a corte valorosa, a capacidade de ser bom e justo e a fidelidade dos cavaleiros ao rei (ZIERER, 2009, p. 132). Por outro lado, havia um terceiro modelo, que enfatiza as qualidades cortesãs, isto é, a lealdade, fidelidade, bondade, doçura, alegria, largueza, glória e renome, tendo a cavalaria como principal instituição social (ZIERER, 2009. p.133).

Além disso, o resgate de obras de filosofia aristotélica²⁵ a partir do século XII influenciou grandemente a confecção de espelhos de príncipe, sendo utilizado tanto na busca de elementos de afirmação da superioridade do governante em relação ao poder eclesiástico, como na busca de elementos de contenção do poder régio e submissão ao poder espiritual (SANTANA, 2013, p. 507-508). Neste ponto, é perceptível como a construção da figura do rei Ricardo I acaba reunindo vários elementos dos três modelos

²⁵ Na Grécia antiga a virtude (*areté*) constituía o centro do modelo de educação aristocrática. Para Aristóteles (384-322 a.C), existiriam dois tipos de virtude: a moral e a intelectual. As virtudes morais eram entendidas como a disposição estável em praticar o bem, tendo as outras virtudes se agrupando em torno delas, sendo as quatro virtudes cardeais a fortaleza, temperança, justiça e prudência. As virtudes intelectuais, por outro lado, seriam a arte, ligada a racionalidade produtiva, e a prudência, sendo a melhor forma de atingir um fim perseguido como bem, constituindo-se a virtude fundamental no agir ético. Existiriam outras virtudes morais, como a coragem (meio-termo entre a temeridade e a covardia), a temperança, a liberalidade, a magnificência, a amabilidade, a modéstia, entre outras. Destaca-se, entretanto, a virtude da justiça novamente, alçada a virtude cardeal, ligando-se a relação entre homens mediada pela ação política (bem coletivo). A injustiça, no entanto, relaciona-se ao não cumprimento da lei, a ambição e ganância para receber mais do que merece. A prudência, por outro lado, constitui a base do sistema ético, pois rege as virtudes morais, incidindo nos meios mais eficazes para atingir o fim desejado. Entre os pensadores gregos, por outro lado, Hesíodo (m. séc. VIII a.C) entendia que a virtude nascia do esforço, sendo conquistada através do trabalho. Sócrates (469-399 a.C), entretanto, via a virtude como conhecimento racional e científico, envolvendo a vida política. Já Platão (428/427-348-347 a.C) alçou a prudência, a fortaleza, a temperança e a justiça como virtudes cardeais, voltadas aos ideais éticos do homem para a vida coletiva. Para saber mais: SILVA, S.L. **A ética das virtudes de Aristóteles**. 78f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Setor de Ciências Humanas. Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2008.

apresentados. Ricardo é um rei que defende a Igreja e a Cristandade ao ir à cruzada, se mostrando imbatível, leal, bondoso e generoso, cobrindo-se em glória e renome.

A criação destes padrões, para Zierer, constituem uma resposta ao processo de centralização régia, que resultava na perda de uma série de privilégios da nobreza e do poder eclesiástico, afetando o sistema de dom e contra-dom que envolvia a generosidade real. Assim, a concepção de monarca ideal se fundamentava em ser justo, poderoso, cristão, expansionista e amado pela corte (ZIERER, 2009, p. 136). Nisto, segundo Carlos Eduardo Zlatic, a função de chefe militar durante o período feudal constituiria um atributo central dos governantes (2013, p. 68).

O gênero de espelho de príncipe se especifica, então, como um gênero real e aristocrático, fundamentada então nos “costumes tradicionais”, buscando atingir um nível de excelência moral (REIS, 2014, p.21). George Duby sublinha este fato, afirmando que “o costume sustenta a ordem do mundo” na sociedade medieval (1988, p.17). Neste ponto, o rei que se afastasse dos tradicionais valores de realeza sofreria da impopularidade, dissensão e até rebelião, como podemos perceber com João I.

A produção de espelhos de príncipe constitui o esforço de seus autores em representar e delimitar o poder, utilizando para isso metáforas organicistas, sendo comum alegorias do monarca como condutor de navio no mar tempestuoso, garantindo a segurança da embarcação através da tempestade, recursos que no final garantiriam o bem comum do reino (HANSEN, 2006, p.142-143).

Observa-se também a comparação com modelos de ação que tiveram sucesso em casos análogos, recorrendo a exemplos, sentenças, fábulas, apólogos, parábolas, provérbios, textos históricos e poéticos, atuando na definição de princípios éticos e teológicos-políticos (HANSEN, 2006, p.144).

Os espelhos de príncipe retiram no costume, portanto, sua fundamentação, buscando em autoridades bíblicas, filosóficas, jurídicas, históricas e poéticas, base para sua argumentação, fazendo a definição do poder monárquico e seus deveres (HANSEN, 2006, p.146).

Essa delimitação da boa realeza fundamenta-se em um quadro de virtudes, mas que geralmente acabam se adequando à ocasião na qual o autor do espelho se insere, apoiando-se, assim, em juízos normativos e reprodutivos das normas de conduta da sociedade do autor.

Os espelhos de príncipe se constituem, deste modo, em textos moralizados, com preocupações relacionadas na conservação da honra, glória e fama da realeza, e críticas ao orgulho, ira e venalidade dos maus governantes (HANSEN, 2006, p.154-160).

2.2 A IMAGEM DO MONARCA

Entre 1150 e 1250 surge no Ocidente medieval a chamada realeza administrativa, unindo as três imagens existentes da monarquia: Coroa, território e lei (LE GOFF, 2002, p. 395). O rei medieval era ligado a imagem do próprio Deus, estabelecendo a ideia do *rex imago Dei* (LE GOFF, 2002, p. 395). A partir disto, era seu dever defender a fé e seu povo, respeitando a Igreja e ser dependente dela. Ademais, existia entre a realeza e a nobreza uma ligação que demandava da monarquia a preservação dos privilégios nobiliárquicos. O rei, por outro lado, se estabelece como um conservador e fiador do passado, uma garantia de estabilidade para o presente e para o futuro e responsável pelo respeito dos costumes vigentes (LE GOFF, 2002, p. 402; MOCELIM, 2013, p.173).

No “Dicionário da Idade Média”, organizado por H.R. Loyn, a realeza é descrita como a combinação de autoridade militar, civil e religiosa, sendo limitada até certo ponto pela ideologia aristocrática e eclesiástica (1997, p. 727-728). Além disso, o rei era subordinado à lei, estando aberto para o aconselhamento e criando um canal de comunicação entre realeza e aristocracia. O rei deveria legislar para o bem comum, havendo equanimidade, senão havia possibilidade de ser renunciado os laços de fidelidade, sendo que a aristocracia só se propunha a ser obediente se a realeza respeitasse as leis e seus privilégios. Existe, assim, a criação de ferramentas de tutela das realezas a partir de reflexões fundamentadas nos conceitos de virtudes cardeais (SANTOS, 2016, p.1).

Para Jacques Le Goff, com isso, as principais virtudes do rei medieval cristão ideal constituiriam em obedecer à Deus e servir à Igreja, assegurar a justiça e a paz ao seu povo e prover às necessidades deste (2002, p. 401). Há de se destacar também a existência de uma função de prosperidade da realeza, baseados em um sistema de doação/contradoação (2002, p. 402). Assim, segundo Le Goff, existiria a partir disso as figuras do rei esmoler e do rei despenseiro, dos quais devem manifestar sua generosidade e sua liberalidade (2002, p. 402).

Para Raimundo Meneghello Matte, a figura do monarca medieval é fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e religiosas do Ocidente medieval

(2013, p.34). Para Caio de Barros Martins Costa, por outro lado, a figura do rei medieval tinha um caráter unificador, relacionando-se com a noção de bem comum, que envolve questões de paz e ordem, aglutinando diversos ideais e tradições (2018, p.78-100). Neste ponto, de acordo com Matte, a construção da monarquia neste contexto é fundamentada em três aspectos: nas tradições hebraicas e cristãs, em uma herança romana e em costumes germânicos (2013, p.34).

Com o reflorescimento do direito romano a parti do séc. XII, novas funções e alcances da realeza são estabelecidos, utilizando as Sagradas Escrituras como a principal referência para a compreensão do poder (2013, p.37). Neste aspecto, tinha-se o entendimento que na defesa da Cristandade a Igreja constituía o braço espiritual, enquanto a monarquia é considerada o braço temporal. Deste modo, uma aliança entre ambas garantiria o equilíbrio necessário para a paz e prosperidade (MATTE, 2013, p.40).

O rei medieval, desta maneira, devia ser justo e piedoso, como também um líder militar capaz, havendo na vitória militar um aspecto de legitimação do monarca, fornecendo um duplo aspecto de união do povo e defesa da fé, da qual alimenta-se na tradição veterotestamentária, especialmente nas figuras de Saul e Davi (MATTE, 2013, p.37-41). Desta maneira, a liderança do rei na guerra considerada justa atravessa a ideia de sacrifício, envolvendo a proteção de seus súditos e da Igreja.

Para Matte a partir do século XIII, o crescimento da redação de espelhos de príncipe incorporou uma série de virtudes de validação do rei, entre elas a piedade, a justiça e valor, existindo também uma noção de unidade da qual haveria a continuação de um passado guerreiro glorioso da Cristandade. As crônicas medievais, portanto, entre outros tipos de produção, foram destacadas em criar um discurso de legitimação bélica, apresentando o monarca como líder militar na condução da vitória junto com o auxílio divino (MATTE, 2013, p.49).

O rei, assim, deveria estar a serviço de Deus, da Igreja e das virtudes, sendo considerado um bom monarca aquele que honrasse seus juramentos, defendesse o território, engrandecesse seu reino a partir de obras arquitetônicas e de piedade, aumentasse seus domínios e defendesse a Igreja (MATTE, 2013, p.54). O desenvolvimento da figura real agrega, então, a responsabilidade dos reis pela ordenação da sociedade, garantia do bem comum, defesa da Cristandade, promoção da paz e justiça, constituindo-se em um exemplo das virtudes cavaleirescas (MOCELIM, 2013, p.142).

Tanto em outras crônicas ou obras como espelhos de príncipe e no *Itinerarium* também, a virtude da generosidade na realeza recebe uma visibilidade e importância

muita grande. Considerada a virtude feudal por excelência, a generosidade exerce uma função política ligando a aristocracia e a realeza. Segundo Jean Flori, ela conserva traços da caridade de origem cristã e eclesiástica e da ostentação aristocrática, relacionando-se com a soberba (2002, p.424).

A generosidade realiza múltiplas funções: econômica, política, religiosa, social e ideológica (FLORI, 2002, p.425). Ela liga os grandes senhores feudais e o grupo de cavaleiros em um laço de solidariedade, uma condição de dupla necessidade, visto que o dinheiro concedido aos cavaleiros permitia manter seu padrão de vida enquanto forneciam combatentes aos senhores feudais. Neste aspecto, a generosidade possuía a importância de distribuição de tesouros e bens, ligada a necessidade de o senhor exercer sua largueza com seus vassallos (DUBY, 1988, p.26-29). Para Jean Flori, desta maneira, esta virtude era “reflejo de la formación de una ideología aristocrática y nobiliaria que reunía detrás de los reyes y los grandes príncipes a todos los que vivían de sus espadas” (2002, p.426).

É possível perceber um reforço mútuo da importância da generosidade entre a produção literária e a sociedade medieval, demonstrando uma mentalidade comum. Neste sentido, foi algo “(...) elogiado en los príncipes por sus alegados que eran beneficiarios habituales, los eclesiásticos y los cortesanos” (FLORI, 2002, p.424).

Havia, entretanto, momentos específicos de grandes demonstrações de generosidade, os momentos importantes da vida social, como a coroação, bodas, entrada à cavalaria, entre outros. Assim, existia uma preocupação para elevar ou preservar o prestígio aristocrático ou real. A largueza, portanto, auxiliava no processo de reunir mais indivíduos sob a bandeira de um senhor e/ou instaurar sua distinção social, ligando-se a aspectos de munificência e prodigalidade, havendo a existência de uma liberalidade extravagante e necessária (DUBY, 1988, p.120-152). Além disso, cabe destacar que:

(...) a magnanimidade para a Igreja parece ter sido geralmente respeitada, mesmo quando nem sempre foi observado. Um padrão de nobre foi estabelecido uma conduta que incentivava a renovação e reforma eclesiástica. Talvez nesse padrão possam ser encontrados antecedentes dos elementos religiosos que passou a figurar com destaque no ideal cavaleiresco (HOWE, 1988, p.334. Tradução nossa).

No *Itinerarium*, especificamente, há duas formas de largueza: a caridade e a generosidade. A caridade possui uma natureza providencialista, enquanto a generosidade, por outro lado, apresenta um caráter ligado ao esforço de guerra (recompensa aos

guerreiros que lutavam sob a bandeira do rei Ricardo, entre outros) e ostentação do rei inglês.

Há, desta maneira, referências a “misericórdia divina” (Livro 5, p.261. Tradução nossa²⁶) do rei, convertendo o rei Ricardo a um instrumento da vontade divina. O cronista realça a natureza facultativa em diferentes passagens que contenham esta referência de caridade, enfatizando a “bondade de coração” do rei inglês por sua “generosidade voluntária” (Livro 5, p.272. Tradução nossa) ao ter cuidado dos necessitados durante o percurso da Cruzada, caracterizado atitude semelhante em outro momento como “piedosa e necessária” (Livro 5, p.272. Tradução nossa). Esta ajuda piedosa aos necessitados e sua bondade contribuíram, deste modo, a própria conservação da unidade cristã.

Em outro ponto da narrativa, há referência a uma grande manifestação da enorme generosidade de Ricardo que, “estimulado pela compaixão e pela boa reputação do rei Guy, conferiu-lhe, por nada, o governo da ilha de Chipre” (Livro 5, p.286. Tradução nossa)²⁷. É preciso ter em mente, entretanto, que a manutenção deste território tão longe da própria Inglaterra se fazia quase impossível, assim sendo, era muito interessante doar Chipre para Guy, que residia na Terra Santa a anos e, além disso, vinha de uma família vassala a realeza inglesa: os Lusignans. Em outro trecho, o cronista faz referência ao “espírito brilhante e sublime” do rei Ricardo, quando resgata o cavaleiro William des Préaux, capturado durante a cruzada, mesmo que “os turcos teriam de bom grado gastado uma quantia infinita de dinheiro para manter o dito William”, ressaltando também a preocupação do monarca com sua reputação, pois “(...) não condescenderia a ser caluniado em qualquer aspecto”, algo diversas vezes repetido na obra (Livro 6, p.342. Tradução nossa)²⁸. Em outro momento, por exemplo, Ricardo oferece mais dinheiro aos cavaleiros que combatessem sob sua bandeira, excedendo o rei francês Felipe II (1165-1223). O rei inglês, desta maneira:

(...) soube que o rei da França pagava a cada cavaleiro três moedas de ouro por mês e, como resultado, ganhara o favor e a gratidão de todos. O rei Ricardo não queria que ninguém parecesse superior a ele ou até mesmo igual em qualquer tipo de transação. Ele ordenou uma proclamação para ser feita a todo o exército que ele pagaria uma taxa fixa de quatro moedas de ouro por mês

²⁶ Todos os trechos citados do *Itinerarium peregrinorum et Gesta regis Ricardi* foram traduzidos do inglês para o português. É nossa responsabilidade quaisquer erros na tradução.

²⁷ (...) prompted by compassion and by King Guy's good reputation, conferred on him for nothing the government of the island of Cyprus.

²⁸ The Turks would willingly have spent an infinite sum of money to keep the said William, but the king's brilliant and lofty spirit would not condescend to be denigrated in any respect.

para cada cavaleiro que queria emprego, independentemente do país de origem (Livro 3, p.189. Tradução nossa)²⁹.

Na mesma passagem o autor faz questão de exaltar o “nobre caráter” do rei inglês, ressaltando também os méritos e a graça do monarca, complementados por sua generosidade. Foi declarado, portanto, “que ele superou todos, não apenas em seus méritos e graça, mas também nos presentes que ele deu e seu nobre caráter” (Livro 3, p.189. Tradução nossa)³⁰.

Ao final da cruzada, por outro lado, rei Ricardo solicita a todos os seus credores na Terra Santa para que fossem recolher o que o rei inglês devia, não deixando margens para que fosse difamado quando voltasse à Inglaterra. Ele decidiu, assim,

(...) assegurar que nem mesmo um traço permanecesse de qualquer coisa que pudesse prejudicar a perfeição de suas grandes façanhas, garantindo que não houvesse motivo para calúnias ou queixas surgissem mais tarde sobre coisas que haviam sido tomadas ou requisitadas pela autoridade real” (Livro 6, p.342. Tradução nossa).³¹

Podemos perceber, portanto, uma forte preocupação do rei inglês em preservar a imagem e dignidade real imaculada e de forma alguma inferior

A generosidade do rei Ricardo possui uma função de inspiração também, motivando a generosidade em outros nobres e inspirando seus subordinados através de recompensas. A ajuda financeira aos dependentes constitui uma própria função da realeza. É possível observar, neste ponto, a concessão de benesses e donativos em diversas ocasiões na crônica. Exemplo da generosidade do rei Ricardo é sua atuação na reconstrução da fortaleza de Ascalon, ao sul de Jerusalém, na qual “(...) desempenhou um papel proeminente no trabalho como ele fez em todas as suas operações. Ao construir com as próprias mãos, incentivando os outros a distribuir dinheiro, ele ajudou o trabalho a avançar de maneira mais eficaz” (Livro 5, p.265. Tradução nossa)³². Com isso “(...)

²⁹ He later learnt that the king of France paid each knight three gold coins a month, and as a result had won the favour and gratitude of everyone. King Richard did not wish anyone to seem superior to him or even his equal in dealings of any kind. He ordered a proclamation to be made to the whole army that he would pay a fixed rate of four gold coins a month to each knight who wanted employment, regardless of country of origin.

³⁰ (...) he surpassed everyone, not only in his merits and grace but also in the gifts he gave and his noble character.

³¹ (...) he decided to ensure that not even a trace should remain of anything which could detract from the perfection of his great exploits. So he gave orders through a public crier that all his creditors should come and all his debts would be paid to the full and beyond. This would ensure that there would be no grounds for slander or complaint to arise later over things which had been taken or requisitioned by royal authority.

³² The king played a prominent part in the work as he did in all his operations. By building with his own hands, urging others on and distributing money he helped the work to advance more effectively.

cada um dos chefes e magnatas assumiu a responsabilidade por completando uma parte do edifício, cada um de acordo com seus meios” (Livro 5, p.265. Tradução nossa)³³.

O cronista relata que “(...) se algum deles abandonasse o trabalho por falta de dinheiro, o rei de mente nobre, cujo coração era maior do que seu posto, lhes daria tudo o que precisassem de seus próprios recursos” (Livro 5, p.265. Tradução nossa)³⁴. O trabalho, portanto, “(...) avançou tanto em seu aceno, com sua persuasão, através de seus esforços e despesas, que foi dito que ele era responsável por completar a reconstrução de três quartos da cidade” (Livro 5, p.265. Tradução nossa)³⁵.

Quando foi restituído ao rei Ricardo o dote de sua irmã Joana, por outro lado, a atuação generosa do rei ao distribuir o tesouro é vista pelo cronista como “pura liberalidade” (Livro 2, p.153. Tradução nossa), excedendo até as expectativas. O cronista, neste sentido, afirma que “(...) embora não estivesse vinculado aos termos da aliança para dividir o dinheiro recebido pelo dote de sua irmã, ele desejava fazê-lo por pura liberalidade. Isso lhe trouxe glória e aprovação e eliminou a inveja de seus inimigos em algum grau” (Livro 2, p.153. Tradução nossa)³⁶. Além disso, os tesouros saqueados em Messina foram devolvidos aos habitantes da cidade. Neste caso, a atuação do arcebispo Walter de Rouen foi fundamental. O cronista relata que:

(...) com o conselho do venerável Walter, arcebispo de Rouen, foi proclamado que todo o ouro e prata e qualquer tipo de dinheiro que a força vitoriosa tivesse saqueado dos cidadãos deveriam ser completamente restaurados para eles, sob pena da maldição da igreja. Tudo foi restaurado e a paz foi feita, pelo menos para a aparência externa. Os cidadãos se alegraram em segurança, os peregrinos se alegraram em paz e tranquilidade (Livro 2, p.153. Tradução nossa).³⁷

Ressalta-se a “munificência” do rei Ricardo, sua “incomparável superioridade” e “generoso caráter” durante sua coroação (Livro 2, p.136. Tradução nossa). O cronista narra que:

³³ (...) each of the chiefs and magnates took on responsibility for completing a part of the building, each according to their means.

³⁴ If any of them abandoned the work because of their lack of money, the noble-minded king, whose heart was greater than his rank, would bestow on them whatever they needed from his own resources.

³⁵ So the work advanced so much at his nod, with his persuasion, through his efforts and expense that it was said that he was responsible for completing the rebuilding of three quarters of the city.

³⁶ Although he was not bound by the terms of the alliance to divide the money received for his sister’s dowry he wished to do so out of pure liberality. This brought him glory and approval and wiped out his enemies’ envy to some degree

³⁷ On the advice of the venerable Walter, archbishop of Rouen, it was proclaimed that all the gold and silver and any sort of money which the victorious force had looted from the citizens should be completely restored to them, on pain of the Church’s curse. So everything was restored and peace was made, at least to outward appearance.

(...) depois de três dias de banquetes dignos de um rei no palácio real em Westminster, o rei Ricardo, munindo-se de munificência, distribuía presentes além do número ou do preço para cada um de seus convidados, proporcionalmente à sua posição, encantando todos os seus súditos com suas ações e sua incomparável superioridade (Livro 2, p.136. Tradução nossa).³⁸

Neste sentido:

(...) o governador das Eras lhe conferira um generoso caráter e dotou-o de virtudes que pareciam pertencer a uma idade anterior. Nesta época atual, quando o mundo está envelhecendo, essas virtudes dificilmente aparecem em alguém como se todos fossem como cascas vazias; e então eles são maravilhosos e memoráveis nas poucas pessoas em que aparecem (Livro 2, p.136. Tradução nossa).³⁹

O cronista crítica, portanto, a falta de generosidade de sua época, ressaltando a virtuosidade de Ricardo. É destacado a distribuição de presentes pelo rei Ricardo em outros trechos da crônica também, como no pagamento e a distribuição de saques aos cavaleiros e homens de armas que se juntassem a hoste do rei inglês. Em conjunto com espírito bélico de Ricardo, são aspectos que demonstram uma forte ligação entre a realeza inglesa e a cavalaria.

No cerco a São João d’Acre o rei “(...) decidiu que a melhor maneira de despertar entusiasmo nos jovens era oferecer uma recompensa ao invés de forçá-los por comandos, porque todos são atraídos pelo cheiro do dinheiro” (Livro 3, p.196. Tradução nossa)⁴⁰. Resolveu, portanto, que um pregoeiro público deveria anunciar a todos que retirassem uma pedra da muralha da cidade, receberia duas moedas de ouro. Mais tarde “(...) ele prometeu três moedas de ouro, finalmente quatro: de modo que para cada pedra que alguém tirasse do muro, recebiam quatro moedas de ouro como pagamento” (Livro 3, p.196. Tradução nossa)⁴¹. A ação generosa do rei Ricardo, como resultado, atraiu reconhecimento, consideração e até serviço.

³⁸ After three days of feasting worthy of a king in the royal palace at Westminster, King Richard with fitting munificence distributed gifts beyond number or price to each of his guests in proportion to their rank. He delighted all his subjects with his actions and his incomparable superiority.

³⁹ The Governor of the Ages had conferred on him a generous character and endowed him with virtues which seemed rather to belong to an earlier age. In this present age, when the world is growing old, these virtues hardly appear in anyone as if everyone were like empty husks; and so they are wonderful and memorable in the few people where they do appear.

⁴⁰ He decided that the best way to arouse enthusiasm in the young was to offer a reward rather than to force them by commands, because everyone is attracted by the smell of money.

⁴¹ Later he promised three gold coins, finally four: so that for each stone that anyone took from the wall they received four gold coins in payment.

Destacando sua “destreza aberta” o cronista elogia a distribuição de presentes na estadia do rei inglês na Sicília, afirmando que “cada um teve mais do que suficiente”, caracterizando esta ação como uma “generosa distribuição de presentes” que conquistou o “favor de todos” (Livro 2, p.154. Tradução nossa). O cronista afirmar que Ricardo “costumava a se arrepender de ter perdido um dia em que não havia dado algo” (Livro 2, p.155. Tradução nossa)⁴², comparando-o em outros momentos ao imperador romano Tito ou ao rei bíblico Davi (Livro 6, p.314). Segundo o cronista, portanto:

(...) o rei Ricardo superou todas as esperanças com sua destreza aberta. Ele deu tantos presentes para todos os necessitados de acordo com sua classificação que cada um teve mais do que suficiente (...) [os cavaleiros foram] grandemente consolados por esta generosa distribuição de presentes de ouro, prata e outras coisas (...) as mulheres nobres palestinas, viúvas e virgens que haviam sido privadas de suas heranças e exiladas de sua terra natal, também recebiam abundantes riquezas (Livro 2, p.154. Tradução nossa)⁴³.

O rei Ricardo, desta maneira:

(...) recebeu a gratidão e o favor de todos. Sim, ele até concedeu pelo menos 100 xelins à infantaria e aos homens de armas menores! (...) [influenciado por Ricardo] o rei da França deu muitos presentes a seu povo. Então alegria floresceu novamente nas pessoas, e aqueles que tinham sido despedaçados pela tristeza, foram levantados pela bem-vinda generosidade (Livro 2, p.154. Tradução nossa)⁴⁴.

Na Páscoa o rei também mostrou sua generosidade. Lê-se no *Itinerarium* que:

(...) quando a grande festa de celebração terminou, o rei Ricardo dispunha de vários tesouros excepcionais e valiosos. Em homenagem ao rei da França, ele o obrigou - de maneira amigável - a escolher o melhor deles para si mesmo (...) o rei Ricardo deu a cada pessoa presentes de valor incalculável, de acordo com sua posição (Livro 2, p.155. Tradução nossa).⁴⁵

⁴² He used to regret that he had wasted a day when he had not given anything.

⁴³ King Richard surpassed all hopes with his regal open handedness. He gave so many gifts to all those in need according to their rank that each had more than enough. The knights were greatly consoled by this generous distribution of gifts of gold, silver and other things. Noble Palestinian women, widows and virgins who had been deprived of their inheritances and exiled from their homeland, also received copious wealth.

⁴⁴ Because of this action King Richard received everyone's gratitude and favour. Yes, he even bestowed at least 100 shillings on the infantry and lesser men-at-arms! His example also prompted the king of France to give many gifts to his people. So joy blossomed again in the people, and those who had been shattered by sorrow were raised up by welcome largess.

⁴⁵ When the great feast of celebration was over, King Richard had various exceptional and valuable treasures laid out. In honour to the king of France, he compelled him – in a friendly way – to choose the best of them for himself. No less, to round off the festival perfectly King Richard gave each person gifts of incalculable value in accordance with their rank.

Após a captura de uma rica caravana na Palestina, o cronista afirma que “(...) o rei munificente distribuiu seus camelos, os melhores já vistos, para seus cavaleiros. Aqueles que ficaram para proteger o exército receberam a mesma parte daqueles que acompanharam a expedição” (Livro 6, p.314. Tradução nossa)⁴⁶. O rei Ricardo, portanto, “estava imitando o poderoso rei guerreiro Davi, de modo que aqueles que ficassem no acampamento devessem ter a mesma participação daqueles que foram para a batalha” (Livro 6, p.314. Tradução nossa)⁴⁷, compartilhando os animais de carga capturados entre os homens de armas.

Se existe uma expectativa em relação a generosidade da realeza, o rei Ricardo excede esta expectativa e, deste modo, é uma das principais características do modelo régio que o cronista formulou na obra. Em momentos de carestia, o rei agiu benevolmente, auxiliando os mais fragilizados, entre viúvas, donzelas virgens, homens de armas, cavaleiros e nobres. Além disso, e talvez mais importante, a caracterização de Ricardo o eleva ao posto de rei provedor, exercendo sua generosidade como forma de incentivo e recompensa, trabalhando para a defesa da Cristandade e para o aumento do prestígio real.

Para Jean Flori este tipo de comportamento foi adotado continuamente dentro da corte inglesa entre os reis angevinos: “(...) Su adopción por esta corte servía entonces a sus intereses políticos confiando su causa a la aristocracia y la caballería contra Felipe Augusto, considerado (o más bien mal considerado) como um rey burgués que traiciona los intereses e ideales de la caballería” (2002, p.426). Isso ajuda a compreender a proximidade entre o rei Ricardo e a cavalaria na crônica e sua adoção de valores cavaleirescos. Era necessário para o cronista, portanto, uma aproximação entre ambas as partes.

A cavalaria medieval valorizou a virtude da generosidade. Junto à fidelidade a palavra dada e lealdade perante todos, proteção e assistência aos que delas precisam, obediência à Igreja, defesa de seus ministros e de seus bens, formava os principais elementos éticos deste grupo (LE GOFF, 1983, p. 48). A *largesse* e cortesia, neste sentido, são elevadas a condição de virtudes fundamentais para um cavaleiro. A *largesse*, especificamente, é ligada a generosidade e prodigalidade (1983, p.48).

⁴⁶ There the munificent king distributed his camels, which were the best ever seen, to his knights. Those who stayed behind to guard the army received the same share as those who accompanied the expedition.

⁴⁷ (...) he was neatly imitating the mighty warrior King David, in that those who stayed with the stores were to have the same share as those who went into battle

Entendemos, portanto, que o interesse do cronista em exaltar um rei que adotasse a ética cavaleiresca está ligada também ao propósito de subordinação da cavalaria à Igreja, algo abordado em diversas obras clericais. O comportamento generoso e as virtudes militares do rei Ricardo contrabalanceiam aspectos criticados no reinado do rei João, criticado justamente por não possuir ou não exercer mais frequentemente estes elementos. Neste ponto, cabe destacar uma passagem específica, na qual se lê que “(...) nenhum outro príncipe estava mais preparado do que ele [Ricardo] para mostrar favor e respeito ao clero e aos eclesiásticos” (Livro 6, p.346. Tradução nossa)⁴⁸, constituindo um aspecto fundamental na caracterização de Ricardo como modelo régio.

A partir disto, a exaltação da virtude da generosidade não pode ser vista como despreziosa. A construção da imagem do rei cruzado, em nossa análise, é uma crítica direta as ações centralizadoras de seu irmão, o rei João. A eficácia do fisco real inglês durante seu reinado, as políticas de taxação da Igreja e o uso intensivo de forças mercenárias, privando a nobreza de papéis de maior destaque em seu reinado, contribuíram a se criar um discurso que considerava João como um tirano ou mau governante. A posição de Richard de Templo na Igreja inglesa, portanto, é fundamental na análise da construção de um modelo régio no qual tem na generosidade uma de suas virtudes fundamentais em sua estruturação.

No reinado do rei João, mas também do rei Henrique II e Ricardo I, a realeza inglesa defendeu o direito da Coroa de taxar o clero inglês, muitas vezes assumindo o controle de propriedades eclesiásticas e suas rendas em períodos de vacância. Todo o clero inglês, entretanto, foi obrigado a pagar grandes quantidades de dinheiro durante o Interdito entre 1208-1214. Isso é fundamental na construção de um modelo régio generoso na obra.

Em nossa análise, o reforço constante do cronista de ressaltar a generosidade na representação da realeza simboliza um nível de nobreza mais elevado do rei Ricardo em relação ao seu irmão. Neste contexto, a virtude da generosidade, elemento fundamental na ética cavaleiresca e condição de nobreza, é uma das principais qualidades nobiliárquicas e liga-se ao exercício do poder régio.

A representação feita de Ricardo, neste sentido, reforça uma imagem ideal que deveria ser repetida, ou seja, não um rei que taxa, mas um que demonstra generosidade com a Igreja.

⁴⁸ No other prince was ever more ready than he to show favour and respect towards the clergy and ecclesiastics

Cabe destacar, além disso, como em certas ocasiões, principalmente quando o rei inglês esbanja sua generosidade, estamos analisando a prodigalidade de Ricardo, elemento fundamental na nobreza e na realeza. Isto é, a necessidade de esbanjar ou desperdiçar sua riqueza de propósito, como podemos observar em diversas passagens na crônica. Isso faz parte de um projeto ideológico do autor, que idealiza o passado como uma alternativa aos governantes do presente, ou seja, que Ricardo sirva de exemplo para os reis que o precederam

Outro aspecto é a virtude da coragem. A coragem do rei Ricardo possui a função de inspirar, encorajar e motivar, ligada ao seu papel como líder.

Na crônica o rei inglês é descrito como um campeão da Cristandade e vingador dos cristãos, um “rei inconquistável” (Livro 6, p.323. Tradução nossa) e proeminente em relação a personagens mitológicos, como Aquiles⁴⁹. Sua coragem é sua maior virtude, ele motiva os guerreiros cristãos em numerosos ocasiões, liderando-os e alcançando vitórias. Além disso, o rei Ricardo é descrito como leal, honrado, ligado a solidariedade cavaleiresca e sensato em diversas conjunturas. Esta caracterização aproxima-se aos valores da ética cavaleiresca e é repetida em outras obras sobre o rei Ricardo, alcançando o status de rei-cavaleiro.

Segundo Jean Flori a cavalaria desenvolveu uma ética particular baseada na fama, na qual valorizava-se a busca por glória e fundamentando-se nas virtudes da coragem, audácia e temeridade (2005). Há também uma grande importância a questão da solidariedade, integrada ao companheirismo cavaleiresco e ligada a laços de sociabilidade, que envolvia a nobreza, realeza e cavalaria através de laços de sangue, ancestralidade e a adoção de uma mesma ética de conduta (BARTHÉLEMY, 2017).

Por volta do ano 1000 existe uma aproximação entre a nobreza e os *militēs*, contexto do qual houve um esfacelamento do poder real no Ocidente medieval e a função militar dos nobres passou a ter grande importância. A nobreza⁵⁰, neste período, não se configurava em uma categoria sociojurídica, mas se constituía em uma qualidade familiar e de linhagem. Podemos perceber, então, a aproximação da cavalaria a condição de categoria aristocrática, construindo seu espaço enquanto ideologia característica da

⁴⁹ Aquiles, na mitologia grega, foi um herói que participou da Guerra de Troia e é o personagem principal e maior guerreiro da obra *Iliada*, de Homero.

⁵⁰ Ser nobre envolvia uma dignidade de comportamento, baseada na excelência moral e na notoriedade social, isto é, no reconhecimento do valor. Compreendia ser percebido e considerado como tal. Mais importante, a nobreza envolvia efetivamente o exercício do poder. Para Jean Flori “nascimento, poder, riqueza, autoridade, rede de alianças familiares ou amigáveis, generosidade, fasto e até arrogância acompanham esta nobreza e contribuem para defini-la e delimitá-la” (2005, p. 116).

facção dominante (AGUIAR, 2018, p.566). Houve, assim, uma busca por parte da nobreza por uma ética particular para se diferenciar de outras camadas sociais, formulada, então, a partir de um código de virtudes (ZIERER, 2018, p.109).

A cavalaria, deste modo, adiciona-se como um dos elementos estruturantes do grupo aristocrático, fornecendo sinais de identificação e de relação entre os aristocratas e auxiliando na coesão interna (AGUIAR, 2018, p.581). O cavaleiro medieval era estimulado a adotar uma postura ativa e buscar atos de heroísmo, chamando a atenção para si e inspirando os demais através de suas ações. A noção de *preudomme* alimenta, então, os ideais de prudência, força, coragem e afabilidade, lealdade ao seu suserano, amigos e subordinados. É preciso agir com valor, conduzindo-se sem considerar o perigo e de forma corajosa.

Neste contexto, a Igreja, valoriza a atividade guerreira também. Para o poder clerical, faziam parte da missão monárquica defender as igrejas, proteger a Santa Sé e seus fiéis, combatendo seus inimigos e ajudando e protegendo as viúvas e os órfãos, havendo, deste modo, o elogio a guerra contra os inimigos da fé, constituindo o que Adriana Zierer nomeia de “cristianismo de guerra”, surgindo a noção de *miles christi* (2018, p.102). Alguns desses elementos depois passariam também a integrar a ideologia cavaleiresca.

O poder eclesiástico tenta intervir na cavalaria e tem influência na construção da ética cavaleiresca. Neste ponto, as Cruzadas são o ponto culminante na tentativa de colocar a cavalaria a serviço do poder eclesiástico, mas não atinge seu objetivo (FLORI, 2005, p.136-137). No séc. XIII houve, entretanto, a introdução de valores cristãos na cavalaria, entre eles manter e defender o cristianismo, vencer os inimigos da fé e pacificar a sociedade (VIANNA, 2008, p.195). Destaca-se a importância de São Bernardo de Claraval (n.1090-m.1154) neste processo, especialmente sua obra *De laude novae militiae*, na qual há a separação dos conceitos de *milita* e *malitia* (VIANNA, 2008, p.195).

Surge na literatura entre os séculos XII e XIII, também, obras como a Canção de Rolando, as canções de gesta e as obras do ciclo arturiano, ficções em que há a valorização de modelos de conduta cavaleiresca. Neste sentido, personagens como Artur, Lancelot, Galaaz, Percival e Rolando são modelos de comportamento cavaleiresco, ajudando a formar o imaginário da época (BARTHÉLEMY, 2017). Na idealização de Artur, por exemplo, há a valorização da busca por proezas, em Rolando, por outro lado, realça-se a bravura e os laços de vassalagem e em Lancelot o valor guerreiro. Nestes romances, desta

forma, instiga-se os cavaleiros a provar continuamente sua valentia, força, honra, submissão à amada e a busca por aventuras e proezas (ZIERER, 2018, p.109).

Os romances de cavalaria tinham, portanto, a função social de proporcionar modelos exemplares e de exortações (MOCELIM, 2013, p.143). Sob a influência de tradições orais, as canções de gesta criam situações cativantes e um discurso de ação, no qual os heróis são submetidos aos imperativos de uma moral de honra (BARTHÉLEMY, 2017, p.466-468). Neste ponto, a coragem é alçada no fundamento principal da ideologia cavaleiresca, existindo um desprezo pela morte, envolvendo a ideia de honra cavaleiresca.

Há, deste modo, a busca pela proeza gratuita e a valorização da procura por aventuras e fama, que cobrem o cavaleiro de glória. A “(...) proeza, a coragem, o brilho, as façanhas, a lealdade, o cumprimento da palavra dada, a misericórdia, a reprovação da covardia e da traição, a generosidade” constituem, portanto, os principais valores exaltados na ética cavaleiresca, fornecendo um sentido de honra (FLORI, 2005, p.186).

Na relação entre literatura e cavalaria, “(...) os romancistas, poetas e eclesiásticos (...) nos entregam sua própria visão de mundo e da sociedade, do papel que eles atribuem à cavalaria, investida de toda maneira de uma missão multiforme de alcance social, moral, e até escatológico” (FLORI, 2005, p. 171). As crônicas, desta maneira, usam valores da cavalaria como forma de elogio e reforço da realeza, utilizando moldes cavaleirescos para contar uma versão dos acontecimentos e louvar os personagens que assumem o protagonismo nas narrativas (AGUIAR, 2018, p.576).

A delimitação das virtudes e deveres da cavalaria atende, portanto, a necessidade de alguns grupos sociais, repercutindo também na representação da realeza (ZIERER, 2018, p.118). A construção de uma imagem de rei e de nobreza nestas obras constitui uma ferramenta de transmissão ideológica, fornecendo um modelo de estruturação interna e definindo o bom e mau rei (MOCELIM, 2013, p.142). A influência do código da cavalaria medieval nas crônicas é sentida, desta maneira, na própria definição de personagens e na recriação do ambiente no qual se movimentam, apresentando um modelo de agir.

Podemos notar, portanto, que a obra de Richard de Tempo segue alguns pontos aqui mostrados sobre a cavalaria e outras obras que lhe abordam. Na crônica é percebido a importância da ética cavaleiresca na caracterização do rei Ricardo, principalmente nas virtudes guerreiras e relacionada a virtude da generosidade. Neste sentido, a narrativa sobre a participação do rei inglês na cruzada é muito oportuna, relacionada ao papel de aliado da Igreja e protetor da Cristandade. A figura do rei Ricardo, portanto, é elevada a posição de *miles Christi* em nossa leitura.

No *Itinerarium*, a batalha de Jaffa (a.1192) ao final da cruzada é o local no qual a narrativa sobre as virtudes militares do rei Ricardo atinge seu ápice. Consideramos a possibilidade do destaque desta batalha em oposição a batalha de Arsuf (a.1191), ser resultado do ataque decisivo da cavalaria cristã não ter sido iniciativa do rei Ricardo, mas de outros cavaleiros, como o líder da Ordem dos Hospitalários. Em Jaffa, portanto, o rei inglês foi a única liderança dos cristãos contra as forças muçulmanas que sitiavam a cidade e era mais razoável enaltecê-lo nesta situação.

Durante a batalha o cronista realça que “(...) nunca outro guerreiro de qualquer credo foi tão proeminente por uma coragem tão singular, nem mesmo nos feitos antigos, nas tradições dos contadores de histórias ou nos escritos históricos de tempos antigos, como o rei Ricardo naquele dia.” (Livro 6, p.324. Tradução nossa)⁵¹. O rei foi um

(...) gigante em batalha, conhecido por sua coragem única. Entre tantos milhares de inimigos, ele se virou tão vigorosamente em tantas direções diferentes, e suportou-se tão finamente enquanto cavalgava, quase desacompanhado. Ele estava por conta própria, sem nenhum exemplo a seguir. Mesmo um homem de grande superioridade, um príncipe corajoso ou poderoso, seria razoavelmente considerado muito inferior a ele (Livro 6, p.329. Tradução nossa).⁵²

O rei Ricardo é elevado a uma posição acima de heróis do passado e da mitologia, como Aquiles, Anteu⁵³, Alexandre, Judas Macabeu e Rolando, enfrentando milhares de inimigos sozinho. Neste ponto, o cronista narra que diversos inimigos foram mortos pelo rei inglês, que ora aparecia em um local da batalha, depois em outro, fazendo-se presente em todo o campo de batalha. Segundo o cronista:

(...) E o rei, um homem cercado por muitos milhares? Os dedos ficam rígidos para escrevê-lo e a mente fica maravilhada ao pensar nisso. Quem já ouviu falar de alguém como ele? Sua coragem era sempre firme, ele "não podia ser dominado pelas ondas hostis da vida" ele estava sempre cheio de coragem e, para resumir em poucas palavras, sempre vigoroso e incansável na guerra [...]. **Não sei como ele permaneceu invencível e invulnerável entre todos os inimigos; talvez por proteção divina.** Seu corpo era como bronze, inflexível para qualquer tipo de arma. Sua mão direita brandiu sua espada com golpes rápidos, cortando o inimigo atacante, cortando-o em dois quando ele os

⁵¹ Never was another warrior of any creed so prominent for such unique courage, not even in the deeds of old, the traditions of storytellers or historical writings from times long ago, as King Richard was that day

⁵² He was like a giant in battle, renowned for his unique courage. Among so many thousands of the enemy he turned himself so vigorously in so many different directions, and bore himself so finely as he rode, almost unaccompanied. He was one on his own, without any example to follow. Even a man of great superiority, a courageous or powerful prince, would reasonably be regarded as much inferior to him.

⁵³ Anteu, na mitologia grega e na mitologia berbere, era um gigante filho de Poseidon e Gaia. Extremamente forte quando estava em contato com o chão, ficava extremamente fraco se fosse levantado ao ar

encontrou, agora deste lado, agora naquele (Livro 6, p.331. Tradução e grifos nossos).⁵⁴

Assim, Ricardo:

(...) sustentou com vigor indescritível e coragem sobre-humana a massa dos turcos, não dando as costas para ninguém, espalhando e esmagando tudo o que encontrou. "Ele corta o inimigo com uma espada como se estivesse colhendo-os com uma foice". Pode-se dizer com justiça de seus golpes memoráveis que quem encontrou um deles não precisou de um segundo! Enquanto ele se enfurecia, parecia que sua coragem resoluta se alegrava por ter encontrado um meio de expressão. Impulsionada por sua poderosa mão direita, sua espada devorava carne onde quer que ele se voltasse. Ele cortou cavaleiros em dois do topo de suas cabeças para baixo e cavalos também, sem distinção. Quanto mais ele se encontrava separado de seus companheiros, mais calorosamente se esforçava para lutar. Quanto mais amargamente o inimigo tentava esmagá-lo, disparava dardos, mais sua coragem era despertada e seus impulsos ardentes tomavam conta dele (Livro 6, p.331-332. Tradução nossa)⁵⁵.

Com esta narrativa, portanto, o cronista estabelece os parâmetros que resultam na imagem do rei Ricardo não apenas como um grande guerreiro, mas o maior dos guerreiros, mesmo acima de personagens reconhecidos por sua valentia e bravura como Rolando ou outros. Neste sentido, o autor constrói sua narrativa de forma que a batalha seja o ápice da obra e mostre as virtudes do rei inglês. Ao comparar a figura do rei inglês com personagens mitológicos o cronista legitima a imagem idealizada de Ricardo, buscando referências no imaginário da época e em modelos de comportamento cavaleiresco. Valoriza-se, assim, as proezas, a bravura e o valor do rei inglês.

O *Itinerarium*, porém, possui outros trechos que ajudam nesta construção. Podemos ressaltar o discurso de um capelão não identificado pelo autor ao rei, após notícias que João estava tentando tomar-lhe o trono. A narrativa então estende-se sobre as conquistas do rei inglês. Lê-se, portanto, sobre as vitórias contra os *brabaçons*, o conde de St. Giles e no assédio ao castelo de Hautefort, a conquista da ilha de Chipre em apenas

⁵⁴ What of the king, one man surrounded by many thousands? The fingers stiffen to write it and the mind is amazed to think of it. Who has heard of anyone like him? His courage was always firm, he 'could not be overwhelmed by the hostile waves of life', he was always full of courage and, to sum up in a few words, always vigorous and untiring in war [...] I do not know how he remained invincible and invulnerable among all enemies; perhaps by divine protection. His body was like brass, unyielding to any sort of weapon. His right hand brandished his sword with rapid strokes, slicing through the charging enemy, cutting them in two as he encountered them, now on this side, now on that.

⁵⁵ He bore himself with indescribable vigour and superhuman courage into the mass of Turks, not turning tail for anyone scattering and crushing all he met. 'He mows the enemy with a sword as if he were harvesting them with a sickle.' It could justly be said of his memorable blows that whoever encountered one of them had no need of a second! As he raged it seemed as if his resolute courage was rejoicing that it had found a means of expression. Driven by his powerful right hand, his sword devoured flesh wherever he turned. He sliced riders in two from the top of their heads downwards and horses too, without distinction. The further he found himself separated from his comrades, the more hotly he urged himself to fight. The more bitterly the enemy tried to crush him by firing darts, the more his courage was stirred up and its ardent impulses took control of him.

quinze dias e da cidade de Messina na Sicília, a destruição de um navio muçulmano que transportava 800 ‘turcos’ a caminho de São João d’Acre, a rápida conquista da cidade costeira após anos de assédio e do castelo de Darum em apenas quatro dias. Por outro lado, ainda, a narrativa possui um caráter providencialista, destacando a predileção divina sobre o rei inglês, auxiliando-o em seus combates e conquistas e prosperando suas ações, transformando o monarca em um agente divino. Neste sentido, o cronista afirma:

(...) Todos concordam em dizer que você [Ricardo] é o pai de todos, **o patrono e defensor da Cristandade**. Se você a abandonar, será o mesmo que se você a deixasse destruída por seus inimigos. Ó poderoso rei, como você começou, suporte por mais tempo! Traga ajuda para essas pessoas que esperam com atenção em você como seu protetor! E com a ajuda de Cristo, prossiga e prospere (Livro 5, p.293-294. Tradução e grifos nossos).⁵⁶

Constrói-se, portanto, uma imagem de um rei conquistador e invencível. Isso dialoga bastante com a narrativa sobre a batalha de Jaffa. A cruzada, conseqüentemente, é mais uma situação na qual ele confirma suas virtudes militares, mas não a única, como o autor demonstra de maneira ostensiva. Talvez isso ocorra resultado do fracasso em retomar Jerusalém e, por isso, o cronista desejasse expor os feitos do rei Ricardo na França ou na própria cruzada.

O caráter providencialista permeia a obra, mas é neste trecho que o cronista o expõe mais nitidamente. Há, ainda, uma menção a sucessão ao trono, da qual, em nossa análise, pode ser ligada aos problemas que o rei João enfrentou antes de ser coroado.

2.2.1 AS VIRTUDES DE UM REI IDEAL: COMENTÁRIOS SOBRE AS PRINCIPAIS VIRTUDES DO REI RICARDO I

Analizamos até este momento aspectos da generosidade e das virtudes militares do rei Ricardo em diversos fragmentos da crônica. Nesta seção é trabalhado alguns trechos nos quais o autor escreve de forma explícita as virtudes do rei inglês, entre as quais há menção, novamente, de sua generosidade e habilidades guerreiras, formalmente colocadas como os principais elementos de sua conduta. Além disso, temos que mencionar também o carisma – ligado principalmente a boa oralidade e a previsão em dar conselhos – e a distinta relação com a Igreja.

⁵⁶ What more shall I say? Everyone agrees in saying that you are the father of all, the patron and defender of Christendom. If you desert it, it will be the same as if you left it to be destroyed by its enemies. ‘O mighty king, as you began / endure longer! / Bring help to this people / Who hope attentively in you / as their protector! And with Christ’s help / Go on and prosper.’

São elementos que compõe o rol de virtudes do rei inglês e, em decorrência, constituem aspectos do caráter ideológico da narrativa. Neste sentido, entendemos que a crônica traz uma narrativa conservadora e de transformação de um presente considerado condenável, buscando idealizar uma imagem régia como forma de contraposição ao estilo de realeza exercida até então na Inglaterra como forma de reivindicar uma relação mais harmoniosa com os outros grupos de poder, principalmente a Igreja, adequando-se a sua visão de monarca ideal: generoso, sujeito à Igreja e vitorioso.

Como comentado, o *Itinerarium* possui duas passagens nas quais o autor estabelece formalmente as virtudes do rei Ricardo. O primeiro trecho refere-se ao elogio do bispo Hubert Walter de Salisbury, futuramente arcebispo da Cantuária, ao rei durante sua conversa com Şalāḥ ad-Dīn ao final da cruzada. A outra passagem encontra-se no posfácio da obra, na qual o cronista enumera as virtudes do rei Ricardo, apresentando os elementos que fazem do rei um modelo régio. Começemos discutindo o primeiro trecho.

No elogio do bispo Hubert Walter ao rei Ricardo, o bispo relaciona as virtudes do rei. Isto é feito na presença de Şalāḥ ad-Dīn, após o sultão indagar sobre o rei inglês. Lê-se, portanto:

(...) ‘O que posso dizer verdadeiramente sobre o rei, meu senhor’, respondeu o bispo, “e o que pode ser dito com justificativa, é que **não há cavaleiro no mundo que seja igual a ele em questões militares, nem igual a ele em notável coragem, nem em doações generosas**. Ele é certamente notável em ter um personagem cheio de todas as graças louváveis (Livro 6, p.339-340. Tradução e grifos nossos).⁵⁷

As habilidades militares e generosidade são ressaltadas e aqui temos que mencionar mais uma vez a ligação entre a representação de Ricardo e a cavalaria. A atenção clerical sobre a ética cavaleiresca no contexto dos séculos XII e XIII implicou em sua utilização como padrão de moralidade para se referir às obrigações e deveres que governam a ação individual. Compreendemos, portanto, o interesse do autor da crônica em modular seu perfil régio ideal com valores vistos como ideais pela Igreja para a cavalaria, principalmente em um contexto no qual é percebido uma fragilidade militar da realeza. Neste sentido, em contraposição com o rei João, este foi criticado por suas derrotas e até por um comportamento covarde em algumas situações. Durante seu reinado,

⁵⁷ ‘What I can say truly about my lord the king’, the bishop replied, ‘and what can be said with justification, is that there is no knight in the world who is his equal in military matters, nor equal to him in outstanding courage, nor in generous giving. He is certainly remarkable in having a character full of all commendable graces.

entretanto, é possível observar ganhos militares e territoriais significativos na Irlanda, resultando na hegemonia inglesa sobre as ilhas britânicas. Estas vitórias não foram, pelo menos na visão de observadores do período, suficientes para compensar as perdas no continente.

No reinado do rei João, ainda, existem registros sobre distribuição de benefícios a casas religiosas, mesmo no período do Interdito. Apesar disso, o imaginário consolidado sobre o rei inglês retrata-o como mesquinho, o que marca evidentemente uma distinção entre Ricardo e João. Neste sentido, é importante ressaltar o papel da memória histórica na redução de eventos a categorias e de indivíduos em arquétipos, neste caso, João como tirano e cruel e Ricardo como valente e honrado.

O desenvolvimento da figura do rei Ricardo, neste sentido, é semelhante ao modelo de herói do romance cortês, principalmente na valorização da vitória militar e na realização de feitos heroicos. Neste ponto, a figura do rei Artur aparece nos romances medievais como um rei-guerreiro, sábio, astuto, cristão e justo com seus vassalos. É preciso, portanto, desempenhar o papel de governante justo e guerreiro hábil. É possível, neste sentido, observar algumas semelhanças entre Artur e Ricardo na narrativa da crônica, principalmente na adoção da ética cavaleiresca pelo rei inglês, na noção de lutar nobremente e uma maneira específica de se portar, condizente com o seu status social. Neste sentido, é importante ressaltar a influência da corte inglesa no desenvolvimento da matéria arturiana durante a dinastia plantageneta, até como forma de contraposição a ligação construída entre a realeza francesa e o imperador Carlos Magno (n.748-m.814/r.774-814).

O posfácio do *Itinerarium*, por outro lado, detalha o retorno do rei Ricardo ao reino da Inglaterra, após ser libertado do cativo na corte do imperador Henrique VI (r.1186-1197). Além disso, o cronista apresenta a atuação administrativa do rei, unificando pesos e medidas, como igualmente o encontro entre o rei Ricardo e João. Concentrando-se as virtudes do rei, lê-se:

(...) o rei Ricardo exibiu três virtudes surpreendentes e notáveis, que raramente são encontradas juntas em uma pessoa. **Ele era extremamente ativo em armas, mostrava previsão em dar conselhos e era eficaz com as palavras.** Cada um deles certamente glorifica uma pessoa, mas ele foi dotado de todas elas. Ele empregou cada um deles de acordo com as circunstâncias, usando armas contra seus inimigos, conselhos para seus amigos e palavras para todos. **Nenhum outro príncipe estava mais preparado do que ele para mostrar**

favor e respeito ao clero e eclesiásticos (Livro 6, p.345. Tradução e grifos nossos).⁵⁸

Mais uma vez a importância das virtudes guerreiras e da generosidade são mencionadas. É possível observar também como o rei Ricardo é considerado confiável e bom orador também. Este último aspecto é desenvolvido em outras partes da crônica, particularmente em momentos em que as forças cristãs estão desunidas e em processo de fragmentação.

Isto ocorre, principalmente, após ambas as vezes no qual tentou-se de avançar sobre Jerusalém fracassaram (a.1191 e 1192). A ação do rei, portanto, foi fundamental para a união dos cristãos. Em outro momento da crônica, também nesta perspectiva, o autor destaca os conflitos entre as forças de Pisa e de Gênova que levaram a um conflito armado na cidade de São João d’Acre (a.1192). A ação do rei Ricardo nesta situação foi também indispensável para restabelecer a paz entre ambas as partes.

O carisma do rei Ricardo, portanto, é ressaltado como um elemento fundamental para a união dos cristãos e nos momentos de êxito na cruzada. A boa oralidade, neste sentido, está relacionada com a construção de uma figura carismática do rei. Não obstante, a capacidade de reunir um grande séquito – não apenas por sua generosidade – e os diversos momentos que sua figura tem uma função inspiradora, compreendem também os elementos que estabelecem a imagem de um rei carismático. O rei João, por outro lado, foi um rei pouco carismático, principalmente com a nobreza e entre os eclesiásticos. Reflexo disso foi o emprego exacerbado de mercenários ou de indivíduos de origem comum na crescente máquina administrativa real, algo muito criticado no período por grupos que perderam posições tradicionais de poder, principalmente a nobreza. Em ambos reinados do rei Henrique II e do rei Ricardo, entretanto, há o amplo emprego de forças mercenárias em suas campanhas ou de indivíduos em altos cargos administrativos que não possuíam origens na nobreza, mas tal prática sofreu veementes críticas principalmente no reinado do rei João.

O último aspecto que temos que mencionar, talvez o mais importante, é o fato de o cronista descrever o rei Ricardo como um grande benfeitor da Igreja. Isso é, em nossa

⁵⁸ King Richard displayed three astonishing and remarkable virtues, which are very seldom found together in one person. He was extremely active in arms, showed foresight in giving advice, and was effective with words. Each of these certainly glorify a person, but he was endowed with all of them. He employed each of them according to circumstances, using arms against his enemies, advice for his friends, and words for everyone. No other prince was ever more ready than he to show favour and respect towards the clergy and ecclesiastics.

leitura, uma nova referência ao reinado de João, resultado dos confrontos entre a realeza e o poder eclesiástico no período. Na caracterização do rei Ricardo, sua preocupação com o bem-estar da Igreja e doação de benefícios e presentes, podemos observar um dos principais elementos da construção de um rei ideal na crônica. Em conjunto com o protagonismo do clero na obra, aspecto analisado também neste trabalho, resulta na formulação de um projeto de poder do cronista, membro por sua vez da Igreja inglesa, para o futuro da instituição no reino. Para isso, busca resgatar na tradição, isto é, no rei Ricardo, as bases desse projeto e sua legitimação.

Ao analisarmos os reinados do rei Ricardo e do rei João, entretanto, não há grandes diferenças na relação entre a realeza e o poder eclesiástico. Existe em ambos, políticas que visavam apoderar-se das propriedades clericais ou de sua produção e indicações para cargos eclesiásticos vagos, mantendo uma relação próxima e de controle da Igreja. Além disso, nos dois períodos, como em outros reinados, membros da instituição eclesiástica foram membros da corte real e da administração real e conselheiros dos reis.

Resultado do fortalecimento real durante o processo de centralização e expansão e consolidação da corte real, o desgaste entre o poder eclesiástico, a nobreza e realeza não foi exclusivo do reino inglês. Na península ibérica, por exemplo, resultou no choque entre realeza e poder eclesiástico nas intervenções reais em assuntos eclesiásticos e colocar os membros da Igreja como vassalos da coroa, algo que influenciou a produção cronística também.

No *Itinerarium*, neste sentido, há passagens que confirmam a nomeação para cargos eclesiásticos em vacância no reinado do rei Ricardo. A primeira, localiza-se antes da cruzada, na qual mostra os preenchimentos dos bispados vagos de Londres, Winchester, Salisbury e Ely, ou seja, cargos importantes da estrutura eclesiástica inglesa. Segundo a crônica:

(...) Alguns dos bispados já haviam caído vagos e haviam sido mantidos nas mãos de seu pai [Henrique II]. No comando do rei Ricardo, os bispos foram eleitos e depois entronizados com o consentimento do rei. Richard [fitz Neal] o tesoureiro foi eleito bispo de Londres, Godfrey de Luci para Winchester, Hubert Walter para Salisbury e William Longchamp para Ely. O rei também por último fez o seu chanceler e *justiciar*⁵⁹ de toda a Inglaterra. De maneira similar, o mesmo rei mandou os bispos para os bispados vagos em suas outras terras (Livro 2, p.137. Tradução nossa).⁶⁰

⁵⁹ Algo como oficial de justiça. Na Inglaterra medieval e na Escócia, o chefe *justiciar* era equivalente a um primeiro-ministro moderno, exercendo a função de ministro-chefe do rei.

⁶⁰ Some of the bishoprics had earlier fallen vacant and had been held in his father's hand.²⁰ At King Richard's command, bishops were elected and then enthroned with the king's consent. Richard [fitz Neal] the treasurer was elected to be bishop of London, Godfrey de Luci to Winchester, Hubert Walter to

Além disso:

(...) Quando ele [Ricardo] foi libertado da prisão e voltou para a Inglaterra, ele estava preocupado com o prestígio real. Por isso, esforçou-se para lucrar com a posteridade tanto quanto o que precedeu. Ele acreditava que, dessa maneira, ele estaria servindo a Deus e beneficiando seu povo e reino, como o sábio escreveu: 'Um rei prudente é a âncora de seu povo' [Sabedoria de Salomão cap. 6 v. 24]. **Então ele queria que pessoas competentes fossem legitimamente nomeadas sem demora para os bispados e abades vago** (Livro 6, p.347. Tradução e grifos nossos).⁶¹

Podemos perceber, portanto, que tal prática era usual pela realeza inglesa. Neste ponto, no reinado de Henrique II vários bispados haviam sido mantidos sob controle da realeza e tal prática foi utilizada em todo território pertencente à coroa inglesa. Era de grande interesse aos reis ingleses, como em outros reinos, manter sob controle estes cargos a partir da nomeação de indivíduos próximos ao rei, garantindo a lealdade a realeza. Foi esta tradição que o rei João procurou manter, mas por circunstâncias diversas não alcançou êxito nesta questão

Devemos notar como o cronista ressalta a rapidez para o preenchimento de cargos eclesiásticos vagos. Neste ponto, em 1204 o papa Inocêncio III (r.1198-1216) já havia alertado sobre a demora nas eleições eclesiais, protestando a interferência do rei inglês em prol para a postergação das eleições, algo que o permitia administrar as propriedades eclesiásticas e fontes importantes de renda para o tesouro real.

No posfácio, por outro lado, o cronista relata por fim o encontro entre João e o rei Ricardo. Desta forma:

(...) novamente, assim que desembarcou na Normandia, encontrou seu irmão João, que era então um conde. Este último atirou-se aos pés do rei, buscando misericórdia por seus crimes. O rei imediatamente o perdoou. Sua excelência de mente não se dignava a punir um inferior, achando suficiente que ele tivesse o poder de se vingar (Livro 6, p.348. Tradução nossa).⁶²

Salisbury, and William Longchamp to Ely. The king also made the last his chancellor and justiciar of the whole of England.²¹ In a similar way the same king had bishops ordained to the vacant bishoprics in his other lands.

⁶¹ When he had been released from prison and returned to England, he was concerned about royal prestige. Therefore he endeavoured with care to profit posterity as much as he preceded it. He believed that in this way he would both be serving God and benefitting his people and kingdom, as the wise man wrote: 'A prudent king is the anchor of his people' [Wisdom of Solomon ch. 6 v. 24]. So he wanted competent persons to be legitimately appointed without delay to the vacant bishoprics and abbeys.

⁶² Again, as soon as he landed in Normandy he met his brother John, who was then a count. The latter threw himself at the king's feet, seeking mercy for his crimes. The king immediately pardoned him. His excellence of mind did not deign to punish an inferior, thinking it sufficient that he had the power to avenge himself.

O autor mostra de maneira explícita o caráter superior do rei Ricardo em relação ao seu irmão, ao mesmo tempo que realça sua misericórdia. A atitude de João está muito afastada daquela considerada digna, prostando-se aos pés de seu irmão e rei.

Em nossa análise, portanto, o cronista resume o antagonismo entre o rei Ricardo e o rei João no posfácio da obra. As críticas ao reinado de João estão relacionadas a falta de generosidade, confiabilidade, liderança e virtudes militares, principalmente em sua ausência em situações que resultaram nas perdas territoriais no continente. O rei João, para observadores da época e para historiadores modernos, agiu timidamente contra o rei Felipe II, retornando para o reino inglês e permitindo que as guarnições leais defendessem sozinhas o avanço das forças reais francesas. A relação de ambos os reis ingleses com a Igreja foi conflituosa e marcada por várias ingerências dos governantes nos assuntos eclesiásticos, principalmente em relação a cargos vagos, e em políticas de taxaço, oriundas da necessidade de angariar fundos para os conflitos contra a Coroa francesa. Contudo, o rei João precisou enfrentar a oposição de um dos maiores expoentes da primazia papal na figura de Inocêncio III e de Stephen Langton. Isso é fundamental, em nossa análise, nos acontecimentos da segunda metade do reinado de João e na criação de uma imagem tirânica e cruel do rei, uma vez que os principais agentes de memória do medievo são parte da Igreja.

Então, neste sentido, é importante construir uma imagem de governante ideal no rei Ricardo no ambiente da cruzada, considerada uma das formas de guerra mais justa, como forma de contraposição ao reinado de João. O fracasso em reconquistar Jerusalém, o principal objetivo da cruzada, é justificado na imoralidade e corrupção dos cristãos, resultando na fragilidade e divisão das forças cruzadas. O objetivo de Richard de Templo com isso, portanto, foi explicar o fracasso da cruzada e garantir que a culpa não recaísse sobre o rei Ricardo. Existe, assim, uma necessidade de incluir uma explicação para a aparente falta de realizações do rei Ricardo no exterior. Neste sentido, o cronista glorifica os feitos do rei inglês quando ele se dispôs a corrigir os desastres que afligiam os estados cruzados e relembra também suas façanhas antes da cruzada.

Desta forma, “(...) para manter a imagem de um rei quase perfeito, Richard de Templo procurou atribuir o fracasso da cruzada a elementos decididamente além do controle de Ricardo I: a saber, o pecado endêmico na região, no qual cairiam vítimas mesmo aqueles com as melhores intenções” (ELST, 2019, p.206. Tradução nossa). É importante notar, neste ponto, que aqueles apontados como moralmente falhos pelo autor

foram rivais do rei inglês em algum ponto da cruzada e contestaram sua liderança ou decisões.

O autor afirma que “(...) demoraria muito para descrever seus assassinatos, roubos e adultérios, e não faz parte do nosso esquema, que é descrever eventos e não escrever um tratado moral” (Livro 1, p.30. Tradução nossa)⁶³. O que podemos perceber, porém, é a construção de uma narrativa com fundo moral-didático e na idealização da realeza.

O cronista afirma no início da obra, desta maneira, que:

(...) Às vezes acontece que, com o passar do tempo, até mesmo feitos notáveis e extraordinários desaparecem da memória e caem no esquecimento. Desse modo, a glória de vários reis se esvaiu, embora seus feitos magníficos fossem famosos em sua própria época. Quando novas, suas façanhas foram tidas em alta estima pública como uma inspiração para o povo; mas agora eles desapareceram com eles na sepultura (Livro 1, p.28. Tradução nossa).⁶⁴

Complementando:

(...) Quem saberia da jornada de Jasão, os trabalhos de Hércules, a glória de Alexandre ou as vitórias de César se não tivéssemos os benefícios da escrita? Além disso, se a Antiguidade consciente da verdade não nos tivesse deixado histórias para ler, ninguém se inspiraria a imitar os feitos dos Santos Padres, a quem a Igreja frequentemente elogia e comemora. Na verdade, quando os oradores exaltavam os reis dos tempos antigos, o maior desejo dos reis era que eles chegassem ao conhecimento da posteridade por serem celebrados por seus próprios contemporâneos (Livro 1, p.29. Tradução nossa).⁶⁵

O *Itinerarium*, portanto, tem como objetivo mostrar virtudes e comportamentos que se perderam e deveriam ser resgatados. Neste sentido, é principalmente na figura do rei Ricardo que são mostrados tais elementos, o que, em nossa análise, está ligado ao fim do reinado de João e no período de minoridade de Henrique III, quando a obra foi escrita.

2.3 SOBRE A MÁ CONDUTA: EXEMPLOS NA CRUZADA

⁶³ It would take a long time to describe their murders, robberies and adulteries, and it is not part of our scheme, which is to describe events and not to write a moral tract.

⁶⁴ It sometimes happens that with the passing of time even notable and extraordinary deeds fade from memory and pass into oblivion. In this way the glory of numerous kings has withered away, although their magnificent deeds were famous in their own time. When new, their exploits were held in high public esteem as an inspiration to the people; but now they have vanished with them into the grave.

⁶⁵ Who would know of the journey of Jason, the labours of Hercules, the glory of Alexander or the victories of Caesar if we lacked the benefits of writing? Furthermore, if truth-conscious Antiquity had not left us histories to read no one would be inspired to imitate the deeds of the Holy Fathers, whom the Church frequently commends and commemorates. Indeed, when orators extolled the kings of ancient times, the kings' greatest desire was that they would come to the notice of posterity through being celebrated by their own contemporaries.

Trabalhamos até agora as principais características do rei Ricardo como modelo régio no *Itinerarium*. Iremos discutir a partir daqui sobre a conceituação da má conduta e até de tirania na crônica. Os três principais antagonistas do rei Ricardo na narrativa são figuras cristãs, entre eles o marquês Conrado de Monferrato (n.1140-m.1192), o imperador do Chipre Isaac Ducas Comneno (n.1155-m.1196) e João. São nesses personagens que podemos observar os vícios que contrapõe a figura do rei Ricardo na obra de Richard de Templo.

Na Idade Média a tirania era entendida como a violação sistemática de procedimentos legais, a prática do poder de forma arbitrária e o governo baseado nos próprios interesses (TURCHETTI, 2013). Muitos autores medievais escreveram sobre a tirania, como o frei Álvaro Pais [*Espelho de reis*] (n.1280-m.1350), Ramon Llull [*Árvore imperial*] (n.1232-m.1316), Diogo Lopes Rebelo [*De republica per regem gubernanda*] (m.1498), Paride da Pozzo [*De syndicatu*] (n.1411/1413-m.1493), Álvaro Pelayo [*De statu et plancto Ecclesiae; Speculum regum*] (n.1275/1280-m.1349) e João de Salisbury [*Policratus*](n.1115-m.1180) (COSTA, 2000; COSTA, 2001; GILLI, 2015; NEDERMAN, 2007; REIS, 2014). Em resumo, ela é caracterizada como o exercício privado do bem público. O poder é exercido de forma orgulhosa, um governo sem lei e de oposição à justiça, utilizada de maneira indevida. O povo é oprimido, reduzido a servidão e teme seu governante.

O tirano teria excesso de poder, muitas vezes alcançado pela usurpação e traição. Além disso, possui um caráter vicioso, caracterizado pela malícia, a audácia, a desonra e dissimulação. O tirano age fora da lei, busca apenas seu benefício e não de seu povo.

A principal oposição entre o tirano e o bom governante é o respeito à lei. A imagem do rei ideal é edificada e reforçada a partir da oposição filosófica ao tirano. Neste sentido, o rei representa a unidade e a conservação da paz (COSTA, 2001, p.345)

O príncipe ideal é considerado como um instrumento de paz social e justiça, está aberto ao aconselhamento e seu governo é mais participativo (COSTA, 2000, p.357). É um modelo de virtudes, entre elas a prudência, fortaleza, honra, verdade e misericórdia. Defende corajosamente o bem comum e busca o benefício de seu povo, distribuindo recompensas e encargos de forma justa e em concordância da lei (NEDERMAN, 2007, p.27).

Analisando o *Itinerarium*, nas passagens que fazem referência a João, ele aparece tentando usurpar o trono do irmão, alienando os tesouros do reino inglês, não escutando

seus conselheiros e governando sozinho e aliando-se com o inimigo do reino, o rei Felipe II.

Em certo momento da narrativa, o cronista afirma que um cônego do priorado de Hereford na Inglaterra levou uma carta ao rei Ricardo em nome do bispo Guilherme de Ely. Ela informa que William Longchamp, o chanceler do rei, e outras autoridades designadas para governar o reino da Inglaterra enquanto o rei Ricardo estivesse ausente haviam sido expulsos do reino e outros que o apoiavam foram mortos nos distúrbios que estavam ocorrendo na Inglaterra.

A carta revelava que:

(...) através das ações do irmão do rei, João, que era então um conde [de Mortain], o chanceler do rei havia sido expulso da Inglaterra, e nenhum dinheiro permaneceu no tesouro real ou em qualquer lugar, exceto apenas um pouco que foi mantido escondido com dificuldade nas igrejas. O prior acrescentava que, depois de muitos problemas e ferimentos, o mesmo chanceler, sacerdote, bispo e prefeito de todo o reino fugira para a Normandia; e a citada contagem exigia firmemente dos condes e nobres dos juramentos de lealdade e submissão do reino e da custódia dos castelos. Ele [João] também estendeu a mão para usurpar os pagamentos anuais para o tesouro real, que são chamados de "pagamentos de dinheiro público" (Livro 5, p.275. Tradução nossa).⁶⁶

Em outra passagem, o cronista afirma que outro mensageiro enviado da Inglaterra chegou novamente ao rei, um homem chamado John d'Alençon. Ele relatou que "(...) a Inglaterra foi levada à desordem pelo conde João, o irmão do rei, que não seria persuadido por sua mãe, a rainha, nem por ninguém mais, mas estava agindo de acordo com seus próprios caprichos" (Livro 5, p.290. Tradução nossa)⁶⁷. João tinha formado uma aliança com o inimigo do rei Ricardo, o rei francês Felipe II, e a relação entre ambos havia atingido tal grau que "(...) a menos que algo restringisse essa traição abominável, havia o perigo de que muito em breve a Inglaterra fosse tirada da autoridade do rei Ricardo" (Livro 5, p.290. Tradução nossa)⁶⁸.

⁶⁶ Through the actions of the king's brother John, who was then a count [of Mortain], the king's chancellor had been expelled from England, and no money remained in the royal treasury or anywhere except only a little which was kept hidden with difficulty in the churches. The prior added that after many troubles and injuries the same chancellor, priest, bishop and prefect of the whole kingdom had fled to Normandy; and the aforesaid count was firmly demanding from the earls and nobles of the kingdom oaths of loyalty and submission and the custody of the castles. He had also reached out his hand to usurp the annual payments into the royal treasury, which are called 'Exchequer payments'

⁶⁷ England had been thrown into disorder by Count John, the king's brother, who would not be persuaded by his mother the queen nor anyone else but was acting according to his own whims. He was being encouraged by the king of France, and messengers kept running back and forth between them.

⁶⁸ He asserted that matters had already gone so far that unless something restrained this abominable treachery there was a danger that very soon England would be taken from King Richard's authority

Por outro lado, Isaac Ducas Comneno, o ‘falso’ imperador do Chipre, como é descrito por Richard, é o único personagem que o cronista refere como abertamente como tirano. Isaac teria usurpado o poder imperial e se feito governante do Chipre. Ele era perverso, não crente e perseguidor dos cristãos e amigo dos infieis, feito um pacto com Şalāḥ ad-Dīn. Ele é descrito como um traidor, que não respeita os laços de obediência, que prende e rouba os peregrinos, escraviza os pobres, é medroso, orgulhoso e temperamental. Seu povo o desprezava, usava táticas covardes e não cavaleirescas em combate, atirando flechas envenenadas em Ricardo. Isaac não honrava seus juramentos, não tendo apoio da aristocracia e era vingativo. Para o cronista, portanto, o governo de Isaac foi um dos maiores infortúnios que acometeram a Palestina. Ele afirma que:

(...) uma coisa superou tudo isso. Refiro-me à ilha de Chipre, da qual a terra de Jerusalém costumava receber pouco benefício a cada ano. Mas agora, por causa do tirano que usurpara o poder imperial na ilha, ele jogara fora o jugo da obediência e se recusara a dar qualquer coisa. Esse homem se chamava Cursac [Kur Isaac, ou seja, lorde Isaac] e era o mais perverso de todos os homens maus. Ele superou Judas na falta de fé e Ganelon na traição. Ele perseguiu todos os que professavam a religião cristã com determinação descarada. Dizia-se que ele era amigo de Şalāḥ ad-Dīn e que eles haviam bebido o sangue um do outro como sinal e testemunhado de que eram aliados (...) A confiança do tirano foi aumentada por essa aliança e ele rejeitou toda a obediência que devia, usurpando falsamente o título de imperador. Ele costumava capturar todos os peregrinos que chegavam à ilha, por vontade própria ou soprados por ventos violentos, e extorquir resgates dos ricos e escravizar os pobres (Livro 2, p.161. Tradução nossa)⁶⁹.

O governante do Chipre “(...) orgulhava-se grandemente da posição imperial que usurpara; exuberante por ter permanecido impune por tanto tempo, ele agora achava que poderia fazer o que quisesse” (Livro 2, p.165. Tradução nossa)⁷⁰. No conflito contra o rei Ricardo, entretanto, o “(...) medo da perseguição foi aumentado pelo fato de que ele [Isaac] não podia confiar em receber assistência dos habitantes locais, porque eles o

⁶⁹ One thing surpassed all these. I mean the island of Cyprus, from which the land of Jerusalem used to receive no little benefit each year. But now because of the tyrant who had usurped the imperial power in the island, it had thrown off the yoke of obedience and refused to give anything. This man was named Cursac [Kur Isaac, i.e. Lord Isaac: his name was Isaac Ducas Comnenus], and was the most wicked of all bad men. He surpassed Judas in faithlessness and Ganelon in treachery. He pursued all who professed the Christian religion with shameless determination. He was said to be friendly with Saladin, and that they had drunk each others' blood as a sign and witness that they were allies, as if by external mingling of their blood they really became related by blood. (...) The tyrant's confidence was increased by this alliance and he cast off all the obedience he owed, falsely usurping the title of emperor. He used to capture all the pilgrims who came to the island, either of their own accord or blown by violent winds, and extort ransoms from the wealthy and enslave the poor ones

⁷⁰ He prided himself greatly on the imperial rank which he had usurped; exuberant at having remained unpunished for so long, he now thought he could do whatever he liked.

odiavam” (Livro 2, p.169. Tradução nossa)⁷¹. Em outra passagem, após um acordo de paz foi estabelecido entre ambos os governantes, afirma-se que “(...) alarmado, o imperador deixou suas tendas, seus excelentes cavalos de guerra e todo o seu equipamento doméstico e fugiu ao anoitecer para sua cidade de Famagusta. Quando o rei [Ricardo] ouviu isso, começou a segui-lo em suas galés, declarando que havia quebrado o juramento e violava a fé” (Livro 2, p.171. Tradução nossa)⁷².

Além disso tinha um comportamento temperamental. Na obra, o cronista afirma que “(...) quando o imperador ouviu isso [das conquistas de Ricardo], ficou fora de si em fúria. Ele deteve o maior número possível de nosso povo e arrancou um de seus olhos, ou cortou o nariz ou um braço ou mutilou um pé, exigindo qualquer vingança que pudesse para acalmar seu rancor” (Livro 2, p.172. Tradução nossa)⁷³. Como resultado de seu comportamento tirânico, o rei Ricardo “(...) recebeu homenagem dos gregos mais nobres, que pareciam desprezar o jugo do imperador por vontade própria” (Livro 2, p.172. Tradução nossa)⁷⁴.

Cabe destacar o interesse do cronista em frisar o aspecto tirânico de Isaac, o que acaba justificando a conquista de Chipre por Ricardo. A captura da ilha se torna um dos temas mais polêmicos entre os cronistas da época e historiadores modernos que escreveram sobre a cruzada, existindo alguns pontos que dividem tanto os cronistas como os historiadores atuais. Há, como exemplo, o debate se existia a intenção por parte de Ricardo em tomar Chipre antes mesmo de chegar na ilha, ou, principalmente, se o tempo usado em sua conquista minou os reais objetivos da cruzada, isto é, a reconquista de Jerusalém. Existe no próprio *Itinerarium* um trecho que narra a chegada de alguns emissários cristãos vindos de Acre à ilha, que repreendem Ricardo pela sua campanha de conquista que postergava sua chegada ao cerco da cidade, da qual os cristãos necessitavam de auxílio, mas que é rebatida pelo rei inglês ao destacar o modo ímpio no qual foram tratados os naufragos ingleses que chegaram na ilha e o modo tirânico de

⁷¹ His fear of the king's pursuit was increased by the fact that he could not rely on receiving assistance from the locals, because they hated him.

⁷² The emperor, alarmed, left his tents, his excellent warhorses and all his household equipment and fled at nightfall to his city of Famagusta.

When the king heard this he began to follow him in his galleys, declaring that he had broken his oath and was in breach of faith.

⁷³ When the emperor heard this he was beside himself with fury. He had as many of our people as he could seized and had one of their eyes put out, or their nose cut off, or an arm or foot mutilated, exacting whatever revenge he could to soothe his rancour.

⁷⁴ The king received homage from the most noble Greeks, who seemed to throw off the emperor's yoke of their own volition.

governar do imperador. Descrever Isaac como um tirano, deste modo, justifica o tempo empreendido na conquista do Chipre, marcando sua captura como legítima e necessária.

Sobre o marquês Conrado, enfim, ele é praticamente alçado como um dos principais fatores para o insucesso da cruzada, sendo caracterizado como um homem de muita ambição, ganância e arrogância. A ele é descrito o único exemplo da “má generosidade”, usada para fins escusos ao tentar comprar a simpatia do clero para obter uma decisão favorável para desposar a herdeira do reino de Jerusalém, mesmo já sendo casado, e assim usurpar o trono legítimo do rei Guy. Por fim, ele tentaria alienar a nobreza do reino para conseguir a coroa de Jerusalém.

O cronista escreve, deste modo, que mesmo com o acordo entre o rei Guy e Conrado sobre a disposição dos territórios cristãos na Palestina, “(...) a ambição precipitada sempre leva um coração ganancioso e iníquo a se desviar: queimando com o desejo de conquistar o reino, ele [Conrado] quebrou sua palavra juramentada. Ele fingiu ser um amigo enquanto ocultava sua inimizade” (Livro 1, p.75. Tradução nossa)⁷⁵. Em outro momento, no qual se discute sobre a sucessão sobre o reino de Jerusalém, Richard afirma que:

(...) para preservar as aparências, a menina [Isabel]⁷⁶ foi colocada nas mãos dos sequestradores, enquanto um tribunal clerical debateu o caso do divórcio. Então o marquês aproximou-se do clero com presentes e astúcia. Ele conversou com todos aqueles em quem ele acreditava que o apoiavam; ele derramou enorme generosidade para corromper a integridade judicial com o encantamento do ouro (Livro 1, p.101. Tradução nossa).⁷⁷

Por fim, o cronista realça a falta de apoio de Conrado para com os cruzados, perseguindo apenas suas ambições. Na crônica lê-se que “(...) sua presença certamente parecia essencial para o progresso nesses assuntos. Ele aspirava obter o reino, mas estava fugindo de consegui-lo, e aqueles que traziam alimentos pelo mar precisavam de passagem livre por Tiro, mas o marquês costumava impedir sua entrada no porto” (Livro

⁷⁵ But headlong ambition always leads a greedy and wicked heart astray: burning with the desire to gain the kingdom, he broke his sworn word. He pretended outwardly to be a friend while concealing his enmity within.

⁷⁶ O autor faz referência a Isabel, irmã da rainha Sibila, governante do extinto reino de Jerusalém. Com a morte de Sibila durante o cerco de São João d’Acre, Isabel se tornava teoricamente a herdeira do trono, mesmo que o rei consorte Guy ainda vivesse. Conrado buscou se casar com Isabel para fortalecer suas pretensões ao trono de Jerusalém, mesmo ambos sendo casados, o que escandalizou parte do clero.

⁷⁷ But headlong ambition always leads a greedy and wicked heart astray: burning with the desire to gain the kingdom, he broke his sworn word. He pretended outwardly to be a friend while concealing his enmity within.

4, p.213. Tradução nossa)⁷⁸. Deste modo, “Em nome do rei Ricardo, eles [os mensageiros] pediram firmemente ao marquês que viesse em seu auxílio na Síria - como ele mesmo esperava obter o domínio daquele país. Ele respondeu rude e arrogantemente, afirmando que de modo algum ele viria, mas cuidaria de sua própria cidade” (Livro 4, p.213. Tradução nossa)⁷⁹.

Para Richard, portanto, o principal motivo do fracasso em retomar Jerusalém foi a desintegração entre as forças cristãs. O cronista narra e ressalta em diversos momentos a falta de auxílio do marquês Conrado, mesmo tendo condições e se comprometendo em fazê-lo, e a volta de Felipe II para a França, vista como uma atitude covarde e interesseira do rei francês, fazendo referência aos ataques realizados por Felipe contra os territórios angevinos. Segundo Richard, Conrado chegou a negociar com Şalāḥ ad-Dīn uma aliança, buscando também alienar as forças francesas remanescentes na Palestina contra o rei inglês, minando os esforços de Ricardo na Cruzada. Devemos, entretanto, ressaltar o interesse do cronista, que ao destacar a falta de apoio dos próprios cristãos à Ricardo, justifica seu fracasso na Cruzada, não sendo seu demérito e culpa não ter conseguido reconquistar Jerusalém, mantendo, assim, imaculada a figura do rei inglês, garantindo que permanecesse um modelo ideal de monarca.

Na Inglaterra, contudo, a percepção sobre certos monarcas foi definida a partir de um sentimento popular, ligado, de forma direta ou não, com as atividades religiosas, como monasticismo, culto aos santos, heresia e participação nas Cruzadas. Em relação ao reinado de João, o sentimento popular ficou muito ligado a um julgamento moral, generalizando uma definição negativa sobre João, “(...) que roubou os mosteiros, raramente se comunicava, era suspeito de heresia e falhou em participar de uma cruzada” (GALBRAITH, 1945, p. 120. Tradução nossa).

A produção cronística, exaltava um modelo de realeza que se destacasse por sua força e que fosse conquistadora. Segundo V.H. Galbraith, porém, “(...) bem cientes do valor dos governantes fortes e da "boa governança", eles (os cronistas) estavam cegos para o fato de que esses mesmos fins envolviam resistência à invasão papal, que a política dos reis para com a igreja era uma herança, tão inescapável e tradicional quanto dos

⁷⁸ His presence certainly seemed essential for progress in these matters. He aspired to obtain the kingdom but he was running away from getting it, and those bringing foodstuffs in by sea needed free passage through Tyre, yet the marquis used to prevent their entering port.

⁷⁹ On King Richard's behalf they firmly requested the marquis to come to their aid in Syria – as he himself hoped to gain the lordship of that country. He replied rudely and arrogantly, asserting that in no way would he come, but would take care of his own city.

papas” (1945, p. 123-124. Tradução nossa). Assim, os cronistas julgavam a realeza em padrões que não eram mais aceitáveis, isto é, o modelo de comportamento da realeza não se adequava a realidade a partir do século XII, no qual intensificou-se o processo de centralização monárquica, especialmente durante a dinastia plantageneta. Existe, portanto, uma inadequação ao analisar os reis que possuísem qualquer traço de “*states-manship*” (estadismo) (1945, p.124)⁸⁰. Em vista disso, para o autor:

(...) para os cronistas, portanto - e eles representavam razoavelmente a opinião mais educada da época - um rei era "bom" na medida em que, primeiro, ele agia corretamente e até mesmo generosamente pela igreja; e em segundo lugar, na medida em que martelou seus inimigos em uma guerra bem-sucedida. Por trás desses critérios fundamentais estava um problemático meio do que agora devemos chamar de moralidade pessoal. Muito, quase tudo, poderia ser perdoado a um homem por muitos assassinatos como Cnut, cuja piedade pessoal estava acima de qualquer reprovação e que se saiu tão bem pela Igreja; não tanto, mas ainda algo, para pecadores sexuais como Henrique II e Eduardo III, que fizeram as pazes com a Igreja e que eram pelo menos gloriosos nas armas; absolutamente nada para Rufus e João, que eram tanto anticlericais quanto imorais. (1945, p.124. Tradução nossa).

Ricardo I, entretanto, recebeu bastante apreço pelos cronistas, influenciados fundamentalmente por sua participação na cruzada. Segundo V.H. Galbraith, “(...) o extraordinário espaço atribuído pelos cronistas a Ricardo I nos adverte que nenhuma estimativa muito equilibrada deve ser esperada sobre o homem que lutou para resgatar o Santo Sepulcro” (1945, p. 125. Tradução nossa). João, todavia, foi percebido como não amigo do clero e é representado negativamente nas crônicas, especialmente nas obras de Roger de Wendover e Matthew Paris⁸¹. É preciso realçar, no caso destes dois autores, sua ligação a interesses aristocráticos e a uma forte suspeita dos esforços empreendidos de centralização pela realeza. João I, desta forma, seria capaz de uma política consistente de construção de estado para V.H. Galbraith, mesmo que de forma mais teórica, seguindo a mesma linha que seu pai Henrique II. Para o autor:

(...) desde a época de J. R. Green, os historiadores têm sido cada vez mais levados, embora de má vontade, a reconhecer as grandes habilidades do Rei João; posso até dizer, seus grandes serviços a seu país. Mesmo que ignoremos sua engenhosidade política, que teve seus triunfos e seus fracassos, há muito que pode e deve ser dito em seu nome. A administração, dizem, foi "incrivelmente ativa" em seu reinado, e sua mola mestra foi o próprio João. Ele

⁸⁰ O autor usa o termo “*states-manship*”.

⁸¹ Roger de Wendover foi um monge e cronista da Inglaterra nos séculos XII e XIII. Viveu na Abadia de Santo Albano e foi um dos mais importantes historiadores da escola de Santo Albano. Seus escritos mais conhecidos são *Flores Historiarum* e partes da *Chronica Majora*. Matthew Paris foi um monge beneditino, iluminador, escultor, cartógrafo, hagiógrafo e historiador nascido na Inglaterra. Viveu na Abadia de Santo Albano no século XIII

foi servido lealmente até a morte por grandes ministros como Hubert Walter, Geoffrey FitzPeter, Guilherme o Marechal e Hubert de Burgh; e foram os homens de João que dominaram a minoridade de Henrique III (1216-32). Sua reforma da moeda, seu desenvolvimento do comércio, da marinha e da defesa e da autogestão municipal, até mesmo seus expedientes "parlamentares", constituem um legado de realizações positivas que é inegável. No entanto, Stubbs⁸², que sabia de tudo isso ou quase tudo, diz categoricamente que João estava "poluído com todos os crimes que poderiam desonrar um homem" e que 'em geral não havia um traço redentor'. João I parece tão incapaz de receber uma boa impressão quanto de levar a efeito uma solução sábia e assim por diante durante as páginas. O veredicto de Stubbs, que é realmente independente do que qualquer historiador hoje chamaria de "fatos", equivale a isto: porque João era um monstro de maldade, nada além do mal poderia ter vindo de seu reinado se seu povo não tivesse se levantado contra ele. Esta é apenas a visão medieval apresentada nas páginas de Roger Wendover e Matthew Paris (1945, p.128. Tradução nossa).

A partir dessas informações, é necessário compreender o *Itinerarium* na escrita cronística de seu tempo, não sendo coincidência, para nós, o resgate de uma figura régia forte em Ricardo, um monarca que participou de uma cruzada, em detrimento de João, mesmo que Richard de Templo utilize outros personagens também para estruturar os vícios que possivelmente deveriam ser evitados.

A partir dessa exposição podemos notar diferenças fundamentais entre a realza ideal e o mau governo/tirania no pensamento do cronista Richard de Templo. O tirano é o governante que alcança seu poder de forma ilegítima, usurpando ou tentando usurpar a coroa de seu legítimo dono. A má governança é esquematizada por diversos vícios em comparação as virtudes do modelo régio. O mau governante, portanto, é arrogante, ganancioso, orgulhoso, covarde, não honra a palavra dada, não permite acesso ao poder ao poder nobiliárquico, é traidor e se alia aos inimigos do reino, persegue os cristãos, tenta alienar as riquezas de seu povo. O rei ideal, por outro lado, é agraciado com a benção divina, é justo, corajoso, honrado, leal, lidera seus guerreiros à vitória, é generoso e tem um governo participativo. Além disso, é valoroso e virtuoso, magnânimo, justo, astuto, piedoso, bondoso, provedor, exerce a caridade, participa da cruzada, deve ser energético e comandante capaz e possuir alguns dos valores da cavalaria, cultivando uma reputação pessoal de guerreiro.

Há um destaque aos méritos de Ricardo no *Itinerarium*, ao mesmo instante que se mantém fora da narrativa os aspectos e ações ruins do rei inglês e concede menos espaço para o que é menos glorioso em sua participação na cruzada. Deste modo, existe uma exaltação extensa de suas virtudes, reunindo alguns pontos em comum com a produção

⁸² William Stubbs foi um historiador que viveu no século XIX.

dos panegíricos medievais, que apresentavam semelhantes características. Além disso, é perceptível alguns traços análogos com os romances e canções de gesta, visto que nestas obras também há um elogio exagerado, apresentando um herói solo e realização de façanhas singulares.

É preciso destacar o interesse de Richard na confecção do *Itinerarium*, que mesmo havendo um interesse legítimo em cristalizar os feitos de Ricardo I na Cruzada, recebe influência do período no qual foi escrita, ou seja, um contexto que se ressalta os conflitos entre a Coroa inglesa com a nobreza e o poder eclesiástico no reino. O *Itinerarium*, assim, é em nosso entendimento uma resposta as políticas de centralização da monarquia, que minava os privilégios tanto da Igreja inglesa quanto dos barões. Existe, deste modo, alguns objetivos subliminares na redação da crônica, neste caso, a idealização de um monarca ideal estruturando uma série de virtudes que compõe este modelo, como também a construção de antimodelos de comportamento, resultando no modelo régio descrito acima. Queremos frisar, desta forma, que o que foi realizado é uma construção da interpretação do sentido e intenção do *Itinerarium* por parte de seu autor em relação ao seu contexto.

O *Itinerarium* é composto por uma estrutura de atitudes e referências, na qual há a definição de valores morais e sociais na tentativa de estabelecer uma ordem social idealizada, baseando-se na ideia de continuidade. Há, em nosso entendimento, uma clara construção da narrativa de forma que contraponha Ricardo I e João I. Deste modo, enquanto o primeiro é um monarca vitorioso no campo de batalha, que reverencie a Igreja e se mostre generoso, o outro é visto como um usurpador, mesquinho, indigno para governar. Assim, evidencia-se uma visão de futuro particular ao cronista estabelecida na ideia de tradição, concedendo um aspecto ideológico em sua narrativa.

CAPÍTULO 3

3. A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE PODER CLERICAL

Temos, a princípio, analisado os elementos que compõem a idealização do rei Ricardo, formulando um modelo de ação monárquico exemplar. A partir daqui iremos analisar alguns extratos do *Itinerarium* nos quais consideramos existir o protagonismo de homens do clero. O destaque desses indivíduos atravessa diversas modalidades, sendo apresentados como combatentes, líderes militares, guardiões da justiça, conselheiros, pacificadores e guias espirituais. A virtude da generosidade, tão estimada pelo cronista, também compõe o rol de elementos que caracterizam estas pessoas, destacando seu altruísmo e exaltação à generosidade entre os cristãos. O destaque é colocado principalmente no episcopado, por mais que há fragmentos da narrativa que foquem em outros indivíduos.

Entendemos que o objetivo do cronista de construir um protagonismo do clero em conjunto da elaboração de um modelo régio, traduz a reivindicação de uma parcela de poder maior do poder eclesiástico no reino da Inglaterra. Como iremos mostrar, os membros da instituição eclesiástica são idealizados em uma forma que são melhores preparados ou atuam de forma mais efetiva do que alguns nobres, o que, em nossa análise, significa uma posição mais próxima da realeza e, por consequência, com maior poder de influenciar as decisões reais. Esta idealização da narrativa sobre o clero faz parte, portanto, de um projeto de atuação mais enfática da Igreja no reino inglês.

O discurso ideológico do cronista estabelece, assim, um programa de ação com base em um passado idealizado. Neste sentido, representa uma imagem de um clero ativo e protagonista.

Na Idade Média, a Igreja foi a principal responsável na confecção de discursos. Se observa, portanto, a ordenação de certas narrativas e imagens, unidas com um vocabulário particular a estes indivíduos, consolidando sua situação dominante. Estas representações geraram uma imagem simplificada da realidade da organização social, acentuando as hierarquias e antagonismos, dissimulando as tensões entre as categorias sociais e justificando as desigualdades entre as camadas sociais (DUBY, 1974, p.140-141). Estas formulações apresentam uma visão maniqueísta de mundo, mas portam

dinamismo, apresentando uma ideia de marcha do povo de Deus em direção à luz na qual os membros da Igreja teriam papel de liderança (DUBY, 1974, p.141).

Na sociedade medieval a relação entre clérigos e leigos foi marcada por seu dinamismo. Um dos fatores que fundamentaram este dinamismo é a instituição eclesial agir no próprio seio da sociedade circundante e não em um espaço à parte (SCHMITT, 2017, p.269). Havia, deste modo, uma noção de complementariedade das funções das diferentes esferas, temporal e espiritual, resultando na ideia de intercâmbio entre bens espirituais e temporais.

Na Idade Média, o ofício do bispo pode ser considerado como um dos mais importantes cargos governamentais na sociedade medieval (GILCHRIST, 1971, p.85). Era preciso manter relações com outras autoridades eclesiais e com as autoridades seculares, possuir a capacidade de lidar com o poder político ligado a posse de largos territórios e jurisdições, além do envolvimento em altos cargos administrativos e judiciais dentro dos reinos medievais. Além disso, em alguns casos tinham o dever de serviço militar ou seu equivalente monetário junto aos reis e ao imperador, além de taxas, presentes, ajuda e aconselhamento que também são requeridas sobre o episcopado (GILCHRIST, 1971, p.86). Os grupos aristocráticos constituem o principal fornecedor de homens para estes cargos, um resultado do sistema da igreja proprietária (HOWE, 1998, p.329). No Sacro Império Romano Germânico, por exemplo, os bispos eram comumente grandes senhores feudais (HOWE, 1998, p.329). Os bispos, desta maneira:

(...) eram barões, e os dois não podiam ser separados por decretos judiciais. Eles deviam lealdade e, às vezes, homenagem ao rei e recebiam homenagens e lealdade de seus próprios vassalos. Eles presidiram os tribunais locais, atuaram como juizes em disputas, e eles tratavam da aplicação dos direitos nas cidades sob seu controle. Eles cobravam impostos, pedágios e muitas vezes cunhavam moedas. Eles forneciam serviço militar, e eles poderiam ser ameaçados de excomunhão por transgressões políticas (CROSBY, 2013, p.11. Tradução nossa).

O bispo se inseria em uma rede de obrigações junto a governantes, arcebispos e ao papado. Estes homens conseguiam perseguir agendas próprias, mesmo com as pressões de magnatas laicos, da realeza e do próprio clero.

Estes indivíduos, portanto, se constituem como figuras políticas e possuem habilidades intelectuais e administrativas, além do comprometimento com as leis canônicas, não apenas por interesses acadêmicos, mas também resultado do próprio ofício episcopal (RUNCIMAN, 2019, p.11-13). Existia uma necessidade e expectativa dos bispos assumirem certos deveres, seja como pastores, conselheiros, apoiadores dos

governantes, além de serem arquitetos, líderes militares, fundadores de mosteiros, patronos das artes, homens letrados e colecionadores (RUNCIMAN, 2019, p.30).

A identidade episcopal baseada no dever pastoral se mostrava multifacetada, sendo sua autoridade fundamentada tanto ao ofício espiritual quanto a posição como senhores feudais, trabalhando tanto na intercessão e na mediação de matérias políticas e espirituais (RUNCIMAN, 2019, p.31). Existe, assim, a ligação entre os deveres pastorais e outros aspectos do ofício episcopal, isto é, a absorção de funções políticas e administrativas ao aspecto pastoral (RUNCIMAN, 2019, p.31). Desta maneira:

(...) Uma vez no cargo, o papel do bispo era complexo e multifacetado. Ele tinha obrigações com sua família e amigos, seus paroquianos, capítulo da catedral⁸³, o clero de sua diocese, o metropolitano da província, o papa, seus inquilinos, o rei e sua própria alma. (...) Os bispos eram tão propensos a entrar em disputas amargas com seus capítulos da catedral quanto com o rei. Não era inevitável que servir a todos esses partidos levasse a confrontos, embora às vezes acontecesse. Era inevitável que o bispo tivesse que priorizar (RUNCIMAN, 2019, p.40. Tradução nossa).

A importância do bispo na comunidade cristã se fundamenta, desta maneira, em suas funções seculares e espirituais. A natureza do ofício episcopal, contudo, se transformou durante o medievo. A autoridade episcopal que era oriundo do sacramento passa a ser uma autoridade delegada pelo papa, resultado do movimento reformista do século XI e XII, que levaria a uma ‘profissionalização’ do ofício episcopal (RUNCIMAN, 2019, p.31).

O episcopado é também um importante agente político na sociedade medieval por efeito de um processo de acumulação fundiária eclesial, compondo um vasto complexo de estados, vilas, cidades, igrejas, florestas e castelos (CROSBY, 2013, p.2). A Igreja reúne diferentes direitos e privilégios lucrativos, resultando em uma acumulação de poder, dinheiro e prestígio, além da reunião de forças militares consideráveis e fortalezas estratégicas, sendo um dos aspectos a serem levados em consideração ao se analisar a atuação do clero em atividades bélicas.

Para Leandro Rust é preciso considerar o clero como categoria social, perceber suas disputas internas de poder que se sustentavam em redes de alianças e dependências, por meio de núcleos familiares e vínculos vassálicos, e no controle sobre as fontes de riqueza e prestígio (2018, p.185). Além disso, é preciso considerar as contestações da

⁸³ Um capítulo da catedral é um colégio de clérigos formado para aconselhar um bispo e, no caso da sede episcopal estiver vaga, para governar a diocese durante este período.

liderança episcopal, de linhagens e magnatas laicos e do próprio clero. Neste ponto de vista, pressões e conflitos contribuíam para modelar a identidade episcopal, guiando as maneiras de conduzir-se, influenciando os valores e comportamentos e a capacidade de moldar-se nos conflitos.

O ingresso no clero, de outra forma, não marcava uma ruptura nas identidades sociais, mas é preciso pensar na existência de uma cultura maior que atingia as aristocracias laicas e eclesiásticas. Neste sentido, o episcopado e a aristocracia integravam a mesma cadeia de dominação. O estudo sobre o episcopado necessita, assim, da compreensão e análise dos usos de poder, destacando a relação entre Igreja e Estado, existindo uma dependência mútua no interior das estruturas políticas, composta por reis, nobres, bispos, cônegos e monges (CROSBY, 2013, p.1).

No desenvolvimento político e econômico das estruturas da Igreja, o episcopado passa a deter uma série de habilidades práticas, das quais administrativas, financeiras, judiciais e de gestão fundiária, destacando sua importância tanto à Igreja como às monarquias. Na Inglaterra, por exemplo, os bispos atuavam como homens do rei, formando um governo em parceria. Neste contexto, “longe de prejudicar seu caráter religioso, a estreita aliança o aprimorou” (CROSBY, 2013, p.12). O governo real inglês se constituía em um governo patrimonial, no qual havia o compartilhamento do poder real junto a bispos, barões, condes e sheriffs⁸⁴, existindo uma série de vínculos de lealdade em relação ao poder monárquico, que pressupunha um conjunto de obrigações e dívidas (CROSBY, 2013, p.12-13). Assim:

(...) As forças políticas e econômicas que fizeram do bispado um ativo valioso no dom do rei era tão forte e persuasivo, e os deveres seculares e eclesiásticos tão parte do mesmo tecido, que a maioria dos homens que foram nomeados, qualquer que seja sua formação, poderiam aceitar o cargo com facilidade e segurança. A nomeação para um bispado não foi feita para transformar o homem em um modelo de piedade, mas para recompensá-lo e torná-lo útil. No relacionamento certo, uma forte igreja era essencial para uma forte monarquia. Mas a ideia de um poder secular em oposição a um poder espiritual só foi gradualmente resolvida por alguns escritores no final do século XI e XII, com a recuperação dos princípios do direito romano. Não foi dada definição como conceito legal até o século XIII, com a elaboração do argumento aristotélico para o estado, e nunca foi completamente aceito na teoria ou na prática (CROSBY, 2013, p.16. Tradução nossa).

A oposição dos bispos à monarquia inglesa durante o séc. XII, desta maneira, foi escasso e a cooperação com a realeza era vista como a chave para o sucesso (CROSBY,

⁸⁴ É um oficial legal responsável por um condado, sendo responsável pela manutenção da paz e auxiliar na cobrança de impostos.

2013, p.263). Entretanto, existem abundantes representantes do corpo eclesiástico que protagonizaram acirradas disputas com a coroa, inclusive personagens que ocupavam cargos importantes na hierarquia eclesial, de modo especial Thomas Becket (1118-1170), arcebispo da Cantuária, como outros. No século seguinte o episcopado inglês vai se estabelecer como origem de diversos indivíduos que se oporiam a realeza, principalmente em temas que estavam conectados com a liberdade da Igreja, contendo um papel ativo na confecção e imposição da Magna Carta em 1215, como também em outros eventos políticos no decorrer do século.

3.1 PROTAGONISMO MILITAR DO CLERO – EXEMPLOS NA CRUZADA

Muitas vezes prelados carregaram consigo a responsabilidade de pacificar a sociedade terrena. Contudo, pacificar também se referia ao combate, repressão e punição. O combate, deste modo, não era mais uma conduta paralela à dignidade episcopal, mas a guerra tornou-se um elo de identidade, um atributo que passava a caracterizar publicamente o lugar da liderança episcopal. A distinta posição dos bispos no reino germânico e itálico são representativas deste processo. Desta forma, a realeza otônida projetou seu poder sobre a península itálica desde o século X estabelecendo o controle sobre os maiores bispados e mosteiros, fortalecendo a posição política clerical. Neste contexto, o clero itálico pode reter o poder pertencente ao rei e exercê-lo em seu nome, consolidando sua posição como co-fundadora da ordem pública. O apoio militar dos bispos, assim, sustentou o governo imperial no reino itálico. Mas esta posição resultou em ressentimento e conflitos com outros grupos sociais. O processo de apropriação episcopal da guerra provocou um acúmulo de tensões sociais, no desafio de sua legitimidade. Sendo assim:

(...) Resultado da ascensão clerical no controle das prerrogativas públicas, a característica (destreza bélica) se difundia rapidamente, sendo incorporada por muitos com uma virtude sacerdotal. Porém, a proeminência dos bispos guerreiros não era a auréola de uma supremacia incontestável. Na realidade, o efeito foi o inverso. A escalada do poder episcopal no interior do reino itálico acarretava mudanças drásticas. Diferentes grupos sociais – e não só as elites aristocráticas – sentiam-se diretamente atingidos (RUST, 2018, p.94-95).

Na sociedade medieval, portanto, “(...) o bispado já não era uma instância que ingressava na ordem pública local como uma parte que se encaixava no todo. Era um espaço onde uma ordem era redefinida, ajustada, recriada” (RUST, 2018, p.64). A

manutenção da paz preservou um espaço importante nas considerações de prelados, identificando a necessidade da adoção de meios contundentes para assegurá-la e extirpar a fonte dos vícios. Desta maneira, pacificar nem sempre era o mesmo que tolerar, aceitar ou perdoar, mas “(...) arrancar a ferro e sangue dos espíritos violadores da lei divina” (RUST, 2018, p.66).

Os eclesiásticos, portanto, não eram apenas guias morais e espirituais, mas figuras fundadoras e agentes que atuavam no mundo. O engajamento militar eclesiástico é percebido como um dever apostólico e, assim, os bispos não eram meros coadjuvantes das campanhas militares ou apenas mentores ideológicos que as exaltavam. Era dever do bispo, deste modo, redimir a vida pública através da guerra. O bispo, conseqüentemente, assume um papel de pacificador, mas em suas mãos a “*violentia* tornava-se útil, restauradora”. A violência “(...) foi [usada] como instrumento de combate ao mal, como castigo contra os destruidores da unidade e da ordem pública” (RUST, 2018, p.85). A guerra, deste modo, integra a conduta eclesial. O estudo sobre o envolvimento clerical na guerra não deve, portanto, entender este engajamento como algo à parte dos deveres clericais. Neste sentido Rust afirma que:

(...) Ora, se a belicosidade formava a psicologia individual, se os assaltos ao corpo e sangue alheios eram a regra básica no contato entre pessoas e grupos, por que o engajamento eclesiástico em tais práticas teria sido tabu? Por que, ao olhar para aquela época, deveríamos esperar que todo o clero se demitisse de tais rotinas? Elas tornavam a espiritualidade menos autêntica? Mas a espiritualidade não é igualmente histórica, marcada pela época, talhada por um contexto? Acaso a túnica sacerdotal e o hábito monástico enjaulavam a espontaneidade que rugia no íntimo de cada um? (2018, p.15).

O perfil beligerante não diminuía o fervor espiritual e iniciativas para purificar a fé com a contemplação, disciplina e obediência, faziam parte do zelo dos ensinamentos cristãos.

O poder episcopal era dependente da guerra no contexto itálico, mas da mesma maneira mantém uma relação próxima em outros espaços, como no reino germânico e nos reinos ibéricos. Estabelecida como um pilar da “fé”, a força das armas justificava, legitimava e restaurava. A redenção poderia ser alcançada por meio das armas e, assim, “(...) ferir, mutilar e matar era pecar. Todavia, nesse mundo imperfeito, tortuoso, onde a justiça e a paz possuem naturezas compulsórias, tais atos se tornam úteis. Conduzidos em estrita obediência, eles edificavam, purificavam” (RUST, 2018, p.113).

Mas o engajamento militar de prelados não ficou isento de críticas, percebidas nas diversas proibições do porte de armas e do derramamento de sangue nos concílios eclesiais. Neste sentido, nos movimentos de Paz e Trégua de Deus nos séculos X e XI, havia a expectativa do afastamento de eclesiásticos do mundo militar. Ao mesmo tempo, contudo, a preservação da paz resultou na organização e liderança clerical de grupos armados para sua manutenção, inclusive na participação de prelados nos combates. Mas o receio do prelado não se distinguir de seu rebanho era genuíno.

O emprego da violência e da guerra, entretanto, é estabelecido como um meio para alcançar um bem superior. Neste sentido as Cruzadas, por serem consideradas uma guerra legítima e santa, permitia o engajamento militar de prelados, mas não podemos considerar esta atividade como algo exclusivo de um contexto cruzado, ao mesmo tempo que este engajamento era realizado antes mesmo do fenômeno das cruzadas e mesmo após seu término.

Para Craig M. Nakashian, neste ponto, há o perigo de apresentar esses clérigos como um fenômeno amplamente baseado nas cruzadas ou como, de alguma forma, um fenômeno mais comum neste contexto do que na Cristandade ocidental. Desta forma:

(...) enquanto as cruzadas certamente complicaram o discurso sobre os clérigos guerreiros, e trouxeram em argumentos adicionais sobre a legitimidade, tais clérigos existiam antes e depois das cruzadas, e sua recepção básica pelos contemporâneos não parece ter sido excessivamente influenciada pelas guerras santas que se sucederam (NAKASHIAN, 2016, p.16. Tradução nossa).

Como as Cruzadas eram encaradas de uma maneira mais favorável, a participação de eclesiásticos como combatentes recebia proporcionalmente mais avaliações positivas de seus contemporâneos. Essa aprovação, entretanto, consiste mais porque as Cruzadas eram entendidas como uma das formas de guerra mais lícitas, e isso determinava na aprovação de participação de todos os combatentes, não apenas clérigos. A aprovação da participação de eclesiásticos em conflitos armados atravessa, deste modo, a necessidade de ter um motivo legítimo e, neste caso, a Terceira Cruzada constituiu uma campanha amplamente aceita por seus contemporâneos (NAKASHIAN, 2016, p.13-16).

Na obra de Richard de Templo, portanto, o envolvimento de membros da Igreja em atividade militares não é conflitante. A princípio realçamos que essa faceta do sacerdócio recebe mais destaque durante o cerco à cidade de São João D'Acree, entre 1189 e 1191. Levantamos a hipótese de que isto ocorre em decorrência da ausência do rei Ricardo durante a maior parte do cerco, criando o momento mais propício para destacar

o aspecto guerreiro de homens da Igreja. O cronista constrói sua narrativa levando a crer que na ausência do rei inglês foi o poder eclesiástico que teria sido responsável por organizar e liderar os cristãos na cruzada, situando-os acima da própria nobreza no comando militar em alguns trechos da narrativa.

Motivados com a proclamação de uma cruzada para retomar a Terra Santa, o cronista realça a participação de clérigos entre os que fizeram os votos de cruzado. Desta maneira, o autor aponta que “mesmo os sacerdotes e o clero também, cuja profissão não exige que eles portem armas, assumiram o dever de lutar por enquanto” (Livro 1, cap. 09. Tradução nossa), levando os homens da Igreja a tomarem a cruz com o resto. Neste sentido, “(...) um grande número passou do claustro para o acampamento, tirou os capuzes, vestiu camisas de malha e tornou-se cavaleiro de Cristo num novo sentido, substituindo esmolas por armas” (Livro 1, cap.17. Tradução nossa).

Antes mesmo da proclamação de uma Cruzada, entretanto, o cronista já havia apontado o dever assumido de clérigos para lutar em defesa dos cristãos, indicando que durante o ataque muçulmano à Jerusalém homens da Igreja tiveram que pegar em armas e auxiliar na defesa da cidade. Existia, todavia, uma percepção diferente para os homens da época entre organizar e dirigir um contingente de combatentes na guerra e participar pessoalmente dela, sendo que provavelmente a maioria dos prelados não combateu pessoalmente (REUTER, 1992, p.80-81). Mas como podemos perceber no *Itinerarium*, o autor não julga negativamente o engajamento de clérigos na luta contra os infiéis, talvez justificada por ser considerada integrante na defesa da Cristandade. Neste sentido, Richard enfatiza a ampla participação de eclesiásticos em funções militares, inclusive no combate armado.

Nesta perspectiva, o cronista narra também o papel do clero na construção e manutenção das armas de cerco utilizadas no cerco à São João D’Acre. Neste aspecto, vemos o arcebispo de Besançon (Thierry de Montfauçon) financiar e organizar a construção de um enorme aríete nomeado de ‘carneiro’ por seu movimento perpendicular, responsável por causar danos significativos à muralha da cidade (Livro 1, p.94). Em sua construção, o arcebispo fez com que ele fosse coberto com placas de ferro, empregando-se muito dinheiro e esforço em sua construção, mas que ajudaria os cristãos no combate.

Além disso, a crônica narra a importância de outros clérigos neste tipo de situação, por exemplo a construção e manutenção de uma catapulta nomeada ‘Catapulta de Deus’, que seria responsável por destruir uma das principais torres de São João D’Acre, a ‘Torre Amaldiçoada’ (Livro 3, p.192). A pregação e cuidado de um padre em especial permitiu

a conservação de tal arma, contratando pessoalmente serventes para recolher material para munir a referida catapulta.

No *Itinerarium*, o cronista comenta também sobre a atuação do arqui-diácono de Colchester (Ralph d'Hautrey), notável por suas qualidades eclesiásticas e militares. O autor menciona que:

Nossos príncipes ouviram o rugido e viram a carnificina, mas fingiram não notar. Duro, desumano e impiedoso! - viram seus irmãos sendo despedaçados diante deles, mas não fizeram nenhuma tentativa de resgatá-los da morte, embora seu único crime foi terem deixado o acampamento depois de terem sido proibidos de fazê-lo. Alguns se contiveram mais por covardia do que por sua ofensa. No entanto, o arqui-diácono de Colchester, Ralph d'Hautrey, ajudou os aflitos e os que tropeçavam. Ele era um homem de notável altura e aparência, agraciado com uma coroa de louros dupla, notável tanto nas milícias eclesiásticas quanto nas seculares, pois era conhecido tanto por sua erudição quanto por seus feitos de armas. Mais tarde, depois de realizar muitos feitos notáveis neste mesmo cerco, ele partiu desta vida com uma morte feliz e louvável (Livro 1, p.83. Tradução nossa)⁸⁵

A passagem ressalta por um lado a falta de empatia da nobreza, enquanto enfatiza a virtude do arqui-diácono. Em outras passagens é percebido também críticas à nobreza, não apenas em relação à moral, mas também na ação militar. Em nossa análise, este tipo de representação faz parte de um projeto que defende um protagonismo maior do clero em relação à nobreza no reino inglês, isto é, uma maior parcela de poder.

Existe ainda o destaque a um certo padre durante o mesmo cerco, que “(...) assediava o inimigo constantemente e incansavelmente com tiros de sua besta” (Livro 1, p.84. Tradução nossa)⁸⁶, mas é interessante que este tipo de armamento foi alvo de diversas condenações por parte do clero durante o período medieval. A participação de prelados em ambientes militares, desta maneira, precisa ser considerada como parte integrante do dever clerical para alguns eclesiásticos. Entendemos que isso ocorra na narrativa para reafirmar o papel ativo do clero na sociedade, não apenas em assuntos eclesiásticos, mas também relacionados ao mundo secular.

⁸⁵ Our princes heard the roar and saw the carnage, but pretended not to notice. Hard, inhuman and pitiless! – they saw their brothers being cut to pieces in front of them yet made no attempt to rescue them from death, although their only crime was that they had left the camp after they had been forbidden to do so. Some held back out of cowardice rather than because of their offence. Yet the archdeacon of Colchester, Ralph d' Hautrey, assisted the afflicted and helped the stumbling. He was a man of remarkable height and appearance, graced by a double laurel wreath, outstanding in both the ecclesiastical and secular militias, for he was renowned both for his learning and his feats of arms. Later on, after he had performed a great many remarkable feats in this same siege, he departed this life with a happy and praiseworthy death.

⁸⁶ There was also a certain priest who harassed the enemy constantly and tirelessly with shots from his crossbow.

O envolvimento de prelados em funções militares na Idade Média, entretanto, passou por transformações sensíveis. A proibição de atividades bélicas e do porte de armas por clérigos já era proclamada ainda nos séculos IV e V, mas ainda era possível, entretanto, a direção de operações militares e a defesa das terras episcopais.

Entre os séculos V e IX, porém, há ao menos sete concílios em que haja a condenação do uso de violência e do porte de armas por clérigos. No concílio de Nicéia (325) há a condenação de quem exercer funções militares, no concílio de Caledônia (451) condena-se o serviço militar clerical e no concílio de Mâcon (583) é condenado o porte de armas por prelados. Contudo, há semelhante proibição nos concílios de Toledo (633), Bordeaux (663/675), Losne (673/675) e de Lérída (833). Desta maneira, forma-se uma interdição ao serviço militar e ao porte de armas por prelados, evitando o derramamento de sangue. Mesmo assim, a defesa de cidades e a organização de grupos armados não tinham condenações explícitas (DUGGAN, 2018, p.504).

No mesmo período, todavia, os bispos reúnem funções temporais em conjunto com seus deveres espirituais. Nos reinos germânicos este episcopado assume o dever de fornecer homens e/ou suprimentos para as hostes reais, acompanhando também as forças do rei nas campanhas. Este suporte requerido à Igreja se estabeleceu tanto em assuntos litúrgicos e no auxílio militar, resultando na ligação de prelados nas guerras carolíngias contra os saxões, ávaros, eslavos, árabes e bizantinos (ARNOLD, 1989, p.162).

Após a morte de Carlos Magno (742-814), entretanto, uma reação se deu contra essas tendências. Sínodos em Meaux e Paris, em junho de 845 e fevereiro de 846, respectivamente, proibiram o porte de armas por prelados sob pena de excomunhão. Um conselho em Ticino em 876 proibiu qualquer porte de armas em expedições militares por todos os integrantes de ordens sagradas e outro em Metz em 888 interditou o porte de armas a todos clérigos (DUGGAN, 2018, p.506). Porém, este mesmo contexto se caracterizou por uma nova onda de invasões no Ocidente medieval, constituindo uma ameaça comum as instituições reais e eclesiásticas (GILCHRIST, 1988, p.175). Assim:

(...) Curiosamente, essa reação ocorreu precisamente no momento em que a Europa estava experimentando uma segunda onda de invasões de todas as direções nas mãos de Nórdicos, magiães e sarracenos do final do século VIII até o décimo primeiro. Em todos os lugares, mais prelados e clérigos do que nunca apareceram no campo de batalha e participaram de combates. No entanto, a Igreja parece ter permanecido implacavelmente hostil ao derramamento de sangue, mesmo por leigos, mesmo em batalha (DUGGAN, 2018, p.506-507. Tradução nossa).

Com a desintegração do Império franco e o contexto de desordens a partir do século IX, eclesiásticos acabaram assumindo parte da responsabilidade na defesa do território e na liderança de grupos armados, notabilizando-se na fortificação e defesa de cidades (ARNOLD, 1989, p.162). Mas durante o século XI há mais uma vez novas condenações ao porte de armas em concílios em 1049 e 1078 sob pena de excomunhão, e novamente no próprio concílio de Clermont-Ferrand em 1095. Entretanto, se nos atentarmos a legislação dos conselhos e sínodos de todo o Ocidente medieval a partir de então, ocasionalmente, proibições simples de porte de armas clericais podem aparecer, mas cada vez mais encontramos exceções permitidas, especialmente para viagens e autodefesa, e apenas condenações específicas, principalmente sobre agressões armadas (DUGGAN, 2018, p.510-511). A partir do papado de Alexandre III (1159-1181), entretanto, a lei da Igreja passa a permitir efetivamente o uso de armas por clérigos para fins legítimos e de defesa (DUGGAN, 2018, p.513).

Na crônica, neste sentido, enfatiza-se as diversas funções assumidas pelos eclesiásticos na área militar, sendo indicado a virtuosidade destes indivíduos que permitia os equiparar aos cavaleiros, além de exercerem a liderança no campo de batalha e a administração dos assuntos religiosos.

Assim, segundo o cronista, combateram fielmente pela Fé. Os bispos e abades, neste sentido, lideraram seus guerreiros na luta e assumindo o comando militar junto aos nobres (Livro 1, p.98). Deste modo, o clero “(...) não reivindicou uma pequena parcela da glória militar lutando fielmente pela Fé, os abades e os bispos lideraram suas coortes e contenderam com alegria pela Lei de Deus” (Livro 1, p.98. Tradução nossa)⁸⁷.

De acordo com a crônica o já idoso arcebispo Baldwin da Cantuária também não se eximiu de batalhar contra os muçulmanos, superando todos os outros cristãos na contenda. Ele era “(...) velho e enfermo, de modo que a ação militar era difícil para ele, mas sua virtude perfeita lhe permitia transcender sua fraqueza natural” (Livro 1, p.98. Tradução nossa)⁸⁸. Além disso o arcebispo havia reunido um séquito extenso e “digno”, liderando 200 cavaleiros e 300 homens de armas. Desta maneira, “(...) ele assumiu o comando do campo em conjunto com o duque da Suábia (Frederico) e o conde Teobaldo

⁸⁷ The clergy claimed no small share of military glory. Fighting faithfully for the Faith, abbots and bishops led out their cohorts and joyfully contended for God's Law.

⁸⁸ He was old and infirm, so that military action was difficult for him, yet his perfect virtue enabled him to transcend his natural weakness.

de Blois” (Livro 1, p.98. Tradução nossa)⁸⁹, cumprindo também os deveres do patriarca Heraclius de Jerusalém, que se encontrava enfermo, absolvendo e abençoando todos os cruzados.

O “heroico” bispo de Salisbury e futuro arcebispo da Cantuária, Hubert Walter, teve também um papel importante na cruzada e desempenhou um “(...) papel honroso na guerra” (Livro 1, p.98. Tradução nossa)⁹⁰. Suas virtudes “(...) fizeram dele um cavaleiro em batalha, um líder no campo e um pastor em assuntos eclesiásticos” (Livro 1, p.98. Tradução nossa)⁹¹. Os membros do clero, desta forma, são caracterizados como figuras virtuosas, alçando-os a uma posição de destaque, assumindo semelhante ou até mesmo maior realce do que a nobreza neste ambiente essencialmente militar. Interessante é que a representação de prelados na documentação medieval em geral, como afirma Duggan (2018), constrói em diversos casos um modelo de prelado ideal, realçando as virtudes episcopais, formulando padrões de moralidade, como podemos observar nas figuras de Baldwin e Hubert Walter.

Neste ponto, a figura de Hubert Walter é estabelecida como ideal, constituindo um modelo de prelado cumprindo seus deveres clericais exemplarmente. Deste modo, outros fragmentos da crônica integram o discurso sobre a excelência militar do bispo de Salisbury. Desta maneira, quando os cristãos estão situados na cidade de Betenoble, uma batalha teria ocorrido em seus arredores entre cruzados franceses e as forças muçulmanas. A contenda, entretanto, não estava se mostrando favorável para os cruzados até a chegada do bispo de Salisbury, que liderou os reforços cristãos e auxilia na vitória contra os muçulmanos. Desta maneira, “(...) durante muito tempo a disputa ficou em dúvida e em ambos os lados eles suaram, cada lado atacando seus oponentes com igual determinação” (Livro 5, p.297. Tradução nossa)⁹², porém “(...) nosso lado estava exausto pelo peso da batalha e começava a vacilar, quando, pela providência de Deus, o conde de Perche chegou depois de ouvir o alvoroço do encontro!” (Livro 5, p.297. Tradução nossa)⁹³.

A chegada do conde, segundo o cronista, não fez efeito algum, pois o nobre não agiu energicamente para auxiliar os franceses, mas apenas com a vinda de Hubert Walter

⁸⁹ He took charge of the camp in conjunction with the duke of Swabia [Frederick] and Count Theobald of Blois.

⁹⁰ He played an honourable role in the war.

⁹¹ (...) his virtues made him a knight in battle, a leader in the camp, and a pastor in ecclesiastical matters.

⁹² For a long time the contest was in doubt, and on both sides they sweated, each side attacking their opponents with equal determination.

⁹³ Our people were already exhausted by the weight of battle and beginning to waver, when, by God's providence, the count of Perche arrived, after hearing the uproar of the engagement!

que a vitória foi alcançada. Assim, “(...) ele agiu timidamente (o conde de Perche) e se o bispo de Salisbury e sua hoste não tivesse vindo rapidamente à sua ajuda os franceses teriam sido derrotados naquele dia” (Livro 5, p.297. Tradução nossa)⁹⁴, atribuindo um providencialismo a intervenção do bispo na batalha. Hubert Walter, além disso, ganhou destaque em ao menos mais uma ocasião, ainda durante o cerco à Acre. O cronista narra que os cristãos estavam empenhados em adentrar na cidade a partir de uma brecha na muralha, formando um grupo armado incluindo vários escudeiros, guerreiros da cidade de Pisa, o conde de Leicester e o próprio bispo de Salisbury. O bispo, assim, teria chegado ao ataque “(...) muito bem equipado, bem como muitos outros” (Livro 3, p.198. Tradução nossa)⁹⁵.

O engajamento de clérigos em atividade militares, desta forma, nem sempre é condenado. A denúncia de prelados se ligou mais na adoção de uma conduta cavaleiresca ou mundana destes clérigos do que no envolvimento em atividades bélicas (NAKASHIAN, 2016, p. 1). Neste sentido, o engajamento poderia ser justificado, honrado e louvável. Mesmo assim, durante o século XII os bispos têm apenas direitos limitados na guerra, podendo, se necessário, conclamar as pessoas para a defesa da Cristandade. Em geral, porém, eles devem abster-se de preocupações mundanas e atividades militares. Mas isso se aplica apenas a bispos cuja renda provém de fontes puramente eclesiásticas, como o dízimo e oblações, não devendo nenhuma obrigação à coroa. Existiam bispos, porém, que contrastam por receberem feudos do rei e lhe devem, então, serviços por eles, incluindo lealdade militar (HEHL, 2004, p.222). Portanto:

(...) O tema da paz e da guerra reflete dois desenvolvimentos fundamentais durante os séculos XI e XII: por um lado, a racionalização da política atitudes sociopolíticas, que se concentraram nas noções de base jurídica do governante legítimo e seus deveres, e da devida obediência; por outro, uma maior insistência no indivíduo, perceptível na maneira como o pecado chega a ser visto menos como uma ação objetiva e mais como uma decisão voluntária de uma única pessoa. Ambos os desenvolvimentos estavam relacionados a uma sociedade que estava se tornando cada vez mais diversificado e estava evoluindo para o conceito de Estado soberano (HEHL, 2004, p.228. Tradução nossa).

O exercício de funções militares por clérigos, desta forma, foi considerado por teóricos eclesiásticos de duas formas. Por um lado, o envolvimento em atividades

⁹⁴ However, he acted timidly and if the bishop of Salisbury and his troop had not come quickly to their help the French would have been routed that day.

⁹⁵ The bishop of Salisbury also came to the assault, very handsomely equipped, as well as a great many others.

“mundanas” era julgado como um empecilho para atingir o ideal de pureza espiritual que era esperado dos membros da Igreja. Entretanto, em outra perspectiva, o engajamento no “mundo” ou o serviço político ativo, era considerado como parte integrante das responsabilidades dos eclesiásticos.

A crítica ao envolvimento de clérigos em atividades militares, desta maneira, se fundamentava especialmente na adoção de um comportamento “mundano” destes indivíduos, ou seja, na adoção de um estilo de vida de luxuoso, no emprego de práticas desleais na guerra e na prática ou adoção de valores cavaleirescos. O clero secular, particularmente os membros do episcopado, tinha, deste modo, a árdua tarefa de balancear as atividades terrenas e as espirituais. Neste sentido, clérigos que lutaram por necessidade ou relacionado a um bem maior, e que preservavam a humildade, muitas vezes seriam elogiados, ou pelo menos não criticados por seus contemporâneos (NAKASHIAN, 2016, p.5). Assim:

(...) mundanismo, secularidade, avareza e pompa deveriam ser condenados, enquanto humildade, pureza espiritual e a misericórdia careciam de ser exaltadas. A representação positiva ou negativa de clérigos, guerreiros ou de outra forma, essencialmente se resumia a sua adesão a essas virtudes ou vícios (NAKASHIAN, 2016, p.23. Tradução nossa).

Tendo como isso ponto de partida, a não condenação e até mesmo a celebração do engajamento militar de Baldwin e Hubert Walter seria baseado pela virtuosidade de ambos. Além disso, justifica dispuserem um desempenho militar melhor em relação a alguns nobres, aproximando-se de um comportamento cavaleiresco no campo de batalha, mas não deixando de lado seu papel de liderança cristã e dever pastoral em assuntos eclesiásticos.

Por outro lado, o único clérigo a ser criticado na obra foi o bispo de Beauvais Felipe de Dreux, pois, segundo o autor, tinha mais interesse na guerra do que aos livros (Livro 1, p.68). Entretanto, Felipe de Dreux foi um rival e inimigo do rei Ricardo nas guerras contra Felipe II, inclusive foi capturado e mantido em cativeiro após o retorno das hostilidades entre o rei francês e Ricardo nos últimos anos de seu reinado.

Na crônica, o bispo é realçado entre os combatentes cristãos e é comparado ao bispo Turpin⁹⁶. Além disso, ele é lembrado entre os líderes cristãos durante a viagem entre as cidades de São João D’Acre e Jaffa (Livro 4, p.226). Durante a batalha de Arsuf (07 de setembro de 1191), ele é mencionado entre o grupo dos condes de Champanhe e de

⁹⁶ Turpin foi o bispo de Reims entre 748 até sua morte em 794 ou 800.

Dreux (Robert, seu irmão) e do cavaleiro Jaime de Avesnes, outras vezes mencionado pelo cronista até sua morte (Livro 4, p.231).

Neste sentido, durante a Idade Média, cabe destacar que os magnatas laicos e clericais compartilhavam uma mesma identidade coletiva. Isto significa que as ligações entre os nobres laicos e prelados envolve relações familiares, interesses em comum e laços de amizade, se estabelecendo uma relação simbiótica (AMBLER, 2017, p.31). Desta forma, em diversos momentos da narrativa o autor menciona essa atuação conjunta entre homens da Igreja e membros da nobreza.

É preciso pontuar que uma porção considerável dos eclesiásticos tinham origem nas famílias nobres, particularmente aqueles de mais alta hierarquia como abades, bispos e arcebispos, possuindo assim algum tipo de contato com treinamentos de combate e envolvidos ainda na infância as questões e preocupações recorrentes à nobreza, singularmente a guerra. Neste sentido, os conflitos armados afetaram diretamente os clérigos no período medieval em diferentes aspectos e por várias razões. As igrejas, monastérios, catedrais, capelas rurais foram alvos de ataques, ocasionando na destruição das terras eclesiásticas (plantações, construções e rebanhos) e na morte de clérigos. Havia, deste modo, um genuíno e ativo interesse em assuntos bélicos por parte de prelados, fundamentados na autopreservação e na manutenção da sociedade que residia nas terras eclesiásticas.

Podemos perceber, por outro lado, um certo providencialismo ligado aos homens da Igreja na narrativa. Como já analisado, a participação do bispo Hubert Walter na batalha ao lado da região de Betenoble foi fundamental para a alcançar a vitória. Mas no cerco da cidade de São João d’Acre outros exemplos são mencionados pelo autor. O cronista escreve sobre a chegada de reforços e suprimentos, trazidos por eclesiásticos (Livro 3, cap.6) e a importância da liderança de clérigos entre as forças cristãs na manutenção da ordem e da fraternidade entre os cruzados.

Em outro momento, por outro lado, um padre teve um papel de grande relevância nos acontecimentos da batalha de Jaffa (26 de julho de 1192). Este homem, segundo conta a crônica, se lançou ao mar e nadou até o navio do rei Ricardo, que então soube da existência de alguns cristãos remanescentes na cidade. Isso induziu o rei para iniciar seu ataque que possibilitaria a reconquista de Jaffa (Livro 6, p.322).

Como podemos observar, existe uma abrangência de funções militares das quais o sacerdócio se envolveu no decorrer da cruzada⁹⁷. Mas este engajamento em atividades militares não constitui uma parte separada das demais funções eclesíásticas, mas é estabelecida como parte integrante dos deveres clericais destes indivíduos. O cronista enfatiza os recursos e homens que foram mobilizados pela Igreja no esforço da cruzada, porém temos dúvidas em afirmar que a aceitação e valorização do envolvimento em atividades militares está ligada apenas ao contexto da cruzada. Na Inglaterra, muitos membros da Igreja participaram ativamente na administração real, reunindo funções religiosas e seculares, implicando, em alguns casos, o uso de força armada, especialmente quando ocupavam o cargo de *sheriff*, o que não foi incomum. Além disso, a Terceira Cruzada foi até então a maior oportunidade do protagonismo inglês na Cristandade e é muito simbólico o cronista ressaltar neste momento o protagonismo de homens da Igreja, carregando o maior destaque na narrativa ao lado da representação do rei Ricardo.

Essas construções, em nossa análise, confirmam com outros elementos que serão trabalhados no próximo subcapítulo, a defesa de uma conduta mais ativa da Igreja na Inglaterra, não se restringindo apenas a questões religiosas, mas agindo ativamente em questões seculares. Com base nisso, os homens da Igreja buscam reivindicar um papel de relevância no reino, principalmente em momentos nos quais o rei não estivesse presente ou fosse inapto para governar. Entendemos que o autor defende uma superioridade eclesial em relação à nobreza, principalmente na conduta do arcebispo Baldwin no assédio à São João d’Acre e na atuação do bispo Hubert Walter em toda obra, mas especialmente em sua atuação no cerco à cidade e na batalha nos arredores de Betenoble, por mais que na construção de uma dinâmica modelar na narrativa seus membros tivessem um papel relevante. Como podemos perceber, o autor constrói uma imagem virtuosa e providencialista dos membros da Igreja, fundamental em seu protagonismo na obra e, possivelmente, na Inglaterra.

A participação de clérigos em atividades militares, até em certa medida, foi resultado dos deveres ligados a posse de terras, o chamado “*servitium debitum*”, a obrigação de fornecer cotas de cavaleiros ou compensações financeiras ao rei.

⁹⁷ O cronista apresenta em duas ocasiões os clérigos que participaram e faleceram no decorrer da Cruzada, especialmente durante o cerco à São João D’Acre, entre eles: os bispos de Blois, Toulon, Ostia, Asti, Théroutane, Nazaré, Salisbury, o bispo eleito de Acre, o patriarca de Jerusalém, os arcebispos de Cesaréia, Besançon e da Cantuária, os abades de Chalons e de St. Pierre de Lesterps. Segundo Richard, morreram no cerco seis arcebispos, doze bispos, o patriarca de Jerusalém, como também “uma grande multidão de padres, clérigos e pessoas cujo número não pode ser conhecido” (Livro 4, cap.6. Tradução nossa).

O *servitium debitum* se estabelece na necessidade de serviço militar por ao menos quarenta dias, se estabelecendo como um serviço militar quantificável ligado a posse de terras e constituindo o principal fator e efeito explanatório para a liderança militar de eclesiásticos na Inglaterra medieval (GERRARD, 2018, p.149). O serviço à Coroa no reino inglês se conecta, por outro lado, em uma longa tradição de suporte clerical à realeza, fundamentando-se em um crescente interesse nos precedentes e princípios legais da lei românica. Desta forma, a defesa de si e da “pátria” era considerada um propósito legítimo para o uso da força (NAKASHIAN, 2017, p.7). Desta maneira, as forças militares oriundas de terras eclesiásticas foram sendo cada vez mais comuns durante os séculos XIII e XIV, mas, em compensação, a liderança direta por prelados foi se tornando mais incomum a partir da metade do século XII (GERRARD, 2018, p.126). Assim “(...) o serviço real foi uma oportunidade para clérigos assumirem papéis militares ativos e evitar condenações, uma vez que muitos autores clericais estavam inclinados a apoiar o poder real” (NAKASHIAN, 2017, p.7. Tradução nossa).

Muitos observadores eclesiásticos, desta maneira, confiando nos exemplos do Antigo Testamento, viam o rei como o principal garantidor da paz e da estabilidade e, portanto, digno de apoio, mesmo que nem sempre na forma de serviço militar ativo. A defesa de sua região ou de terras da igreja e seu pessoal, deste modo, também poderia servir como uma justificativa para o serviço militar (NAKASHIAN, 2017, p.7).

O fornecimento de contingentes guerreiros para as hostes reais se estabeleceu também como um importante fator na confirmação das terras clericais pelo monarca e na consagração de novos prelados, mas as obrigações em servir não necessariamente indicam que o serviço militar foi realizado efetivamente (GERRARD, 2018, p.127-141). Há evidências, contudo, que clérigos também possuíam forças militares próprias, não vinculadas ao serviço militar devido ao rei. Neste sentido, diversas igrejas se estabeleceram como grandes proprietários fundiários, fomentando a elaboração de uma rede hierarquizada de guerreiros (*milites ecclesiae*) em torno de vassalos ligados a terra e os *advocati*⁹⁸ (FLORI, 2013, p.142).

Desta forma, a proteção militar tornou-se já antes mesmo do ano 1000 a principal razão de concessões de domínios pela Igreja (FLORI, 2013, p.179).

⁹⁸ Eram indivíduos que tinham o dever de liderar os homens de armas em nome da igreja ou mosteiro e comandá-los em tempo de guerra. Em troca desses serviços, o advogado recebia certas receitas definitivas das posses da igreja, na forma de suprimentos ou serviços, que ele poderia exigir, ou na forma de penhor sobre a propriedade da igreja.

A participação na guerra exercia uma grande influência sobre a posição da igreja no sistema sociopolítico na comunidade cristã e em sua estabilidade financeira, podendo ser um meio no qual era possível elevar a situação de um clérigo ou de um grupo de eclesiásticos rapidamente ou piorá-la (KOTECKI; MACIEJEWSKI; OTT, 2018, p.2). A vida militar ocupou, desta maneira, um importante lugar na cultura clerical, impactando na confecção de ideias e discursos sobre o tema. Além disso, influenciou na preservação sobre informações ligadas a guerra medieval a partir da produção escrita e cultural, elaborando um julgamento moral sobre a guerra e determinando se as atividades militares realizadas eram justas por natureza, resultando na aprovação ou desaprovação clerical sobre a guerra (KOTECKI; MACIEJEWSKI; OTT, 2018, p.3). Ademais:

(...) Mesmo quando o conflito foi sancionado pela Igreja e considerada moralmente digna, a aprovação clerical da guerra descansava inquieta ao lado da tradição irênica do pensamento da igreja exemplificada na noção de amor pelo próximo e dar a outra face. A glorificação de façanhas armadas e proezas militares da classe de aristocratas que usavam espadas, cujas fileiras mais clérigos se originaram, também colidiram com restrições canônicas colocadas em armas clericais e participação em violência (KOTECKI & MACIEJEWSKI & OTT, 2018, p.3. Tradução nossa).

Por outro lado, os debates sobre a extensão do envolvimento de clérigos em funções militares foram amplos, particularmente se os prelados poderiam possuir força militar própria, sob que circunstâncias poderiam usar da força (contra quem e em quais parâmetros), se poderiam liderar pessoalmente suas hostes, se era possível declarar guerras e se era permitido portar armas. Entretanto, é possível encontrar em textos medievais elogios a clérigos que derramaram sangue, como no próprio *Itinerarium*, existindo a impersonificação tanto de valores cavaleirescos como de valores religiosos (KOTECKI; MACIEJEWSKI; OTT, 2018, p.4).

Novas perspectivas de análise da atividade militar medieval tem se desenvolvido, contudo, sobretudo sobre o envolvimento de clérigos em atividades bélicas e na questão do *servitium debitum*. Desta maneira:

(...) Enquanto isso, o serviço do cavaleiro em si parecia muito menos significativo em importância na atividade militar medieval à medida que mais ênfase é colocada a contratação de mercenários, a casa de armas aristocrática ou real, e talvez milícias urbanas. Em suma, como o consenso acadêmico mais amplo sobre "Feudalismo" se deteriorou na última geração, mais ou menos, o mesmo ocorreu com o mecanismo que explicava o lugar do clero na guerra medieval. O que pode estar surgindo em seu lugar é uma visão da organização militar em que a precisão de detalhes de como os cavaleiros foram reunidos diminuiu substancialmente em importância e pode de fato não suportar generalizações úteis (GERRARD, 2018, p.142. Tradução nossa).

O historiador inglês Daniel Gerrard, neste aspecto, propõe que o aspecto belicoso do clero seja considerado como categoria analítica, já que “(...) podemos ver o clérigo combatente não na qualidade de barão, mas como clérigo encarregado de defender seu rebanho contra inimigos visíveis e invisíveis; a luta contra as forças demoníacas traduzidas facilmente na luta contra inimigos temporais” (2018, p.143-146. Tradução nossa), ligando as habilidades militares aos deveres pastorais do clero.

O historiador Craig M. Nakashian considera a ligação de homens da Igreja com atividades militares como um amplo fenômeno cultural, e que gera a necessidade de compreender estes clérigos no interior de um contexto cultural maior (2016, p.13-15). Dominique Barthélemy, em alternativa, afirma que o envolvimento de eclesiásticos em funções ligadas ao mundo militar seriam uma especificidade francesa, posto que a autoridade real era mais forte em outros reinos medievais, conduzindo a um controle maior dos poderes locais (2007, p.293). O engajamento de membros do clero em atividades militares, entretanto, ocorreu de forma generalizada em toda Cristandade Ocidental, mesmo que em graus diferentes, e é novamente confirmada no próprio *Itinerarium*, não sendo, entretanto, uma conduta específica ao ambiente da cruzada.

A participação de clérigos em atividades militares poderia ser realizada por diferentes formas, entre as quais a liderança efetiva de guerreiros no campo de batalha, em campanhas ou dirigindo pessoalmente atividade bélicas contra o inimigo, fornecendo aporte econômico para as campanhas e através de admoestações e pregações, como podemos perceber no *Itinerarium*. Deste modo, há indícios da atuação militar de prelados nas campanhas francas na região da Germânia, no esforço da Reconquista na Península Ibérica, na luta contra heréticos na região da Bósnia, em campanhas contra piratas no mar Adriático no século XIII, no reino da Suécia durante o século XV, no reino da Dinamarca desde o século XI e no Sacro Império.

Na crônica de Richard de Templo observamos como a narrativa é moldada como uma forma de posicionar o clero como superior à nobreza, considerada até menos habilitada em atividades bélicas, como no caso do conde de Perche ou no fragmento sobre o arqui-diácono Ralph d’Hautrey. O clero é considerado mais preparado para participar em atividades militares e exercer liderança.

A narrativa, portanto, é construída de forma a ressaltar a importância de eclesiásticos na cruzada. Esta representação faz parte de um projeto de atuação no reino da Inglaterra do clero, como temos afirmado, detendo uma parcela considerável de poder,

não apenas em assuntos espirituais, mas também de assuntos seculares, incluindo a guerra. Neste sentido, entendemos que a imagem que é representada estabelece uma superioridade do clero em relação à nobreza, por mais que haja momentos nos quais alguns nobres são representados positivamente, como, por exemplo, o conde Leicester. Em nossa análise, porém, apesar disso, o cronista reivindica uma parcela de poder maior do clero em relação à nobreza. Isso é reforçado em alguns aspectos analisados no próximo subcapítulo.

2.4.2 PROTAGONISMO DO CLERO – O TRABALHO PASTORAL DE MEMBROS DA IGREJA

Até então, trabalhamos com diferentes elementos e extratos que contribuem para determinar a participação ativa e determinante de prelados em atividades bélicas na crônica. A construção do protagonismo de eclesiásticos no *Itinerarium*, entretanto, não se limita a isso. Iremos destacar, desta forma, mais três especificidades da atuação de clérigos na narrativa, entre as quais seu papel como guias espirituais e atuando no trabalho pastoral, como conselheiros e na manutenção da ordem e da justiça. Por mais que contenham uma importância significativa na caracterização do clero na crônica, estes elementos não congregam, contudo, um número demasiado de passagens. Levando isso em consideração, reunimos estes fragmentos neste mesmo tópico, facilitando nossa exposição. Contudo, em nossa perspectiva, todos estes elementos constituem diferentes pontos dos deveres pastorais da Igreja, já que o aconselhamento, a defesa da ordem e a preocupação com o cuidado das almas se estabelecem como partes integrantes do trabalho pastoral de prelados na crônica.

É necessário sublinhar que a realização desses deveres pastorais dos clérigos era impactada por dificuldades ligadas as responsabilidades mundanas do episcopado, já que despontavam como figuras políticas e administradoras (RUNCIMAN, 2019, p.11). O trabalho pastoral, entretanto, mesmo não recebendo maior ênfase nos escritos episcopais, nunca estava ausente das preocupações dos clérigos (RUNCIMAN, 2019, p.28). Desta forma, podemos apontar que a primeira reflexão recaia sobretudo sobre o clero das sées dos bispos (monges e cônegos seculares), existindo também, porém, preocupação com a população laica, perceptível no *Itinerarium*. O que podemos perceber, então, é a absorção de funções políticas e administrativas ao aspecto pastoral do clero (RUNCIMAN, 2019,

p.31), algo que se confirma na personalização de eclesiásticos na própria crônica aqui estudada.

A partir disso, desta maneira, a princípio iremos trabalhar com uma perspectiva que estabelece os membros do clero como conselheiros ou com algum destaque na corte de Ricardo I. O protagonismo do clero no aconselhamento régio, se estabelece, assim, como parte da consciência moral do rei. Este tipo de apresentação faz compor, em nossa visão, a construção de um modelo régio em torno de Ricardo e uma crítica a João, no qual, como temos indicado, o reinado foi palco de diversos choques entre o poder eclesiástico e a realeza, sendo realizada várias críticas ao monarca por restringir a participação de clérigos e nobres nas decisões régias. A corte de João e a máquina administrativa inglesa, entretanto, englobaram vários eclesiásticos em suas fileiras.

Como S.T. Ambler aponta, os membros do episcopado medieval congregavam diferentes funções, se estabelecendo como pastores, conselheiros, líderes espirituais, protetores dos fracos, diplomatas, ocupando posições importantes e próximas junto à realeza (2017, p.12). O episcopado inglês durante o século XIII, em particular, aliou sua missão pastoral à defesa do reino e a supervisão do governo real, conseguindo reunir poder e influência em tamanha medida para poder influenciar os eventos políticos do reino compelidos em agir por dever e devoção (2017, p.12). A posição próxima de bispos e religiosos com alguns dos principais príncipes seculares no discorrer da narrativa da crônica, em particular de Ricardo, se apresenta de uma maneira próxima da qual Ambler descreve.

A relação entre a realeza e o poder clerical na Inglaterra, contudo, carece de mais camadas de compreensão, visto que esta relação foi dinâmica, conflituosa e que marca uma interdependência entre poder temporal e poder espiritual da qual anteriormente já havíamos mencionado. Além disso, mesmo que a influência dos deveres pastorais da quais a autora enfatiza tenham feito parte da proposta de ação no mundo por clérigos, não é possível descartar os interesses econômicos, políticos e familiares que estes indivíduos possuem, dos quais a própria autora também menciona. Desta maneira, a caracterização de Ricardo como um príncipe que respeitava e incluía vários membros do clero em seu círculo mais próximo, precisa ser compreendida como um projeto de realidade ideal na relação entre Igreja e realeza de um autor que é também um membro do clero. Mais que uma relação próxima com o rei, o poder eclesiástico se estabelece como a segunda “figura” principal dentro da crônica, guiando e/ou liderando os cristãos na Cruzada.

Iniciemos, então, nossa análise observando a mediação realizada junto a Ricardo por Walter, arcebispo de Rouen, que intervém para a restauração dos butins tomados pelos cruzados ingleses no saque a cidade de Messina, na Sicília, possibilitando a restauração da paz entre francos e sicilianos. Desta maneira, o cronista afirma que com o conselho do “venerável” arcebispo, foi proclamado que “(...) todo o ouro e prata e qualquer tipo de dinheiro que a força vitoriosa tivesse saqueado dos cidadãos deveriam ser completamente restaurados para eles, sob pena da maldição da Igreja” (Livro 2, p.153. Tradução nossa)⁹⁹. Com isso “tudo foi restaurado e a paz foi feita (...) os cidadãos se alegraram em segurança, os peregrinos se alegraram em paz e tranquilidade” (Livro 2, p.153. Tradução nossa)¹⁰⁰. Neste sentido, segundo S.T. Ambler (2017, p.49), os membros do episcopado medieval tinham a intenção de ter a capacidade de redirecionar o poder real, igualmente como os profetas que visitaram e guiaram Saul, Davi, Salomão e seus sucessores. Eles acreditavam ter a mesma responsabilidade, influenciando sua conduta como conselheiros dos príncipes laicos.

Outro momento muito importante, foi o discurso do capelão anônimo para Ricardo, exaltando suas conquistas no reino inglês e na Terra Santa. Este monólogo do clérigo conseguiu persuadir o rei inglês a permanecer na Palestina e esforçar-se mais uma vez a tomar Jerusalém. Segundo o cronista, enquanto o capelão falava Ricardo “(...) permaneceu em silêncio e os que estavam sentados com eles na tenda mantinham o olhar fixo nele” (Livro 5, p.293. Tradução nossa)¹⁰¹. O rei ouviu “(...) silenciosamente revirando muitas coisas em sua mente e pensando o valor de suas palavras” (Livro 5, p.293. Tradução nossa)¹⁰². Segundo a narrativa, o monarca foi completamente alterado por essa fala e mudou de ideia pela “(...) inspiração da graça de Deus e do discurso do capelão” (Livro 5, p.293. Tradução nossa)¹⁰³. Podemos perceber, portanto, o respeito concedido por Ricardo ao sacerdote, mantendo-se em uma posição passiva junto a ele, enquanto o clérigo assume uma função de guia para o rei inglês. Outro aspecto, contudo, é o providencialismo da passagem, mais uma vez então vinculado a membros da Igreja.

⁹⁹ (...) it was proclaimed that all the gold and silver and any sort of money which the victorious force had looted from the citizens should be completely restored to them, on pain of the Church's curse.

¹⁰⁰ So everything was restored and peace was made (...) The citizens rejoiced in security, the pilgrims rejoiced in peace and tranquillity.

¹⁰¹ While the chaplain talked, the king remained silent and those who were sitting with them in the tent 'held their gaze fixed on him'.

¹⁰² The king hung on the chaplain's words, silently turning many things over in his mind and weighing up the value of his words.

¹⁰³ In fact he had changed his mind through the inspiration of God's grace and the chaplain's speech.

O que podemos perceber, desta forma, são intervenções providenciais de prelados como conselheiros, fundamentais para mudar o curso dos acontecimentos e garantir seu “correto” caminho, guiando o poder terreno na manutenção da paz e da amizade. Se mostra necessário, desta maneira, sublinhar que a compreensão da missão pastoral de clérigos durante o medievo se estabelece não apenas em assuntos espirituais, mas na responsabilidade de envolvimento no mundo terrestre, se afirmando como fornecedores de sabedoria e auxiliando na instrução dos reis, entre outras funções (AMBLER, 2017, p.14).

O episcopado tem um importante papel administrativo e de aconselhamento real, um benefício considerável à realeza pela alta educação do alto clero. Existiu, desta maneira, uma relação próxima entre monarquia e episcopado (CROSBY, 2013, p.2). O aconselhamento, desta forma, constitui uma das principais atribuições de membros do clero, favorecendo a manutenção da justiça (AMBLER, 2017, p.27). Os arcebispos da Cantuária, por exemplo, constituíam-se como principal conselheiro dos reis ingleses.

Os bispos reivindicavam possuir a função de advertir e corrigir os príncipes temporais, especialmente o rei, havendo um reforço à noção na qual a realeza de sucesso era resultado de os governantes escutarem os “sábios” e “prudentes” clérigos (WEILER, 2013, p.169). Os reis são considerados, desta forma, como homens falhos dos quais precisam de orientação e admoestação que os prelados fornecem (WEILER, 2013, p.171). Nesta perspectiva “(...) os reis tinham de ser castigados e confrontados. Os bons acatavam o conselho de prelados prudentes, e os maus eram pelo menos mantidos no bom caminho pelo medo de bispos piedosos” (WEILER, 2013, p.172. Tradução nossa). Estes indivíduos, desta maneira, se constituem como homens de ação, possuindo cargos de poder incomum, tanto espiritual quanto espiritual (AMBLER, 2017, p.37).

Além do aconselhamento, entretanto, a indicação de clérigos a cargos de comando também mereceu um certo destaque pelo cronista. O próprio arcebispo de Rouen quando Ricardo parte da Sicília é alçado ao posto de regente do reino inglês em conjunto com Eleonor, mãe do rei inglês e duquesa da Aquitânia (Livro 2, p.157). O cronista ressalta então como o arcebispo era um indivíduo de grandes virtudes, ligando mais uma vez a virtuosidade a membros da Igreja (Livro 2, p.157). Já na Palestina, o monarca inglês deixou ao bispo de Evreux a administração da cidade de Jaffa, uma das mais importantes cidades na costa da Terra Santa, junto com o conde de Chalons e o cavaleiro Hugh Ribol, sendo responsáveis pela reconstrução das muralhas da cidade e por sua guarnição (Livro 4, p.243).

É preciso apontar, em princípio, que o acúmulo de funções religiosas e temporais por clérigos não foi uma particularidade do reino inglês. Na Inglaterra medieval, contudo, é muito perceptível o uso de preladados em ofícios administrativos pela realeza, dos quais os membros do episcopado assumem altos cargos da administração no interior do reino inglês. Neste sentido, S.T. Ambler escreve:

(...) os reinados de Ricardo I, do Rei João e de Eduardo I, todos viram bispos assumir papéis de comando no governo: o arcebispo de Cantuária, Hubert Walter, fora ministro e chanceler de Ricardo; O rei João nomeou Peter des Roches, bispo de Winchester, como ministro; depois, Eduardo estava para promover Robert Burnell para o cargo de chanceler e depois vê-lo eleito bispo de Bath e Wells (2017, p.26. Tradução nossa).

O episcopado inglês, além disso, exercia funções diplomáticas e de manutenção e aplicação da justiça, trabalhando como juízes, mas conservando sua identidade pastoral e seu ímpeto reformador (AMBLER, 2017, p.27).

Outro ofício do sacerdócio bem realçado na crônica, desta forma, é a manutenção da justiça, abrindo uma dimensão jurídica do episcopado inglês. Este aspecto é mencionado em poucos trechos, mas arriscamos a indicar como uma das principais características do clero. Baseamos nosso entendimento na atuação no episódio do casamento entre o marquês Conrado e Isabel, herdeira de Amalrico IV de Jerusalém¹⁰⁴.

No *Itinerarium*, o casamento com a princesa Isabel fortaleceria as pretensões do marquês Conrado em se tornar rei do reino de Jerusalém, título ainda conservado por Guy de Lusignan. Tanto Conrado como a moça, entretanto, eram casados. Ela com um nobre chamado Reinfrid e o marquês com uma princesa bizantina. Desta maneira, o cronista narra que para preservar as aparências “(...) a menina foi colocada nas mãos dos sequestradores, enquanto um tribunal clerical debateu o caso do divórcio [entre Isabel e Reinfrif]” (Livro 1, p.101. Tradução nossa)¹⁰⁵ que possibilitaria a união entre ela e Conrado. Com isso o marquês aproximou-se do clero com “presentes e astúcia”, principalmente com aqueles em quem ele acreditava que o apoiavam, e “(...) derramou enorme generosidade para corromper a integridade judicial com o encantamento do ouro” (Livro 1, p.101. Tradução nossa)¹⁰⁶.

¹⁰⁴ A Igreja manteve ao menos até o século XIII, o impedimento da consanguinidade, podendo, se necessário, desfazer a legitimidade do casamento e dos filhos oriundos desta relação (BARTHÉLEMY, 2017, p.302).

¹⁰⁵ (...) the girl was put into the hand of sequestrators while a clerical court debated the case for a divorce.

¹⁰⁶ (...) he poured out enormous generosity to corrupt judicial integrity with the enchantment of gold.

O arcebispo da Cantuária, porém, ficou ciente das intenções de Conrado. De acordo com a narrativa “(...) seu coração puro estava chocado; como **protetor da lei**, ele ficou furioso” (Livro 1, p.101. Tradução e grifos nossos)¹⁰⁷. O arcebispo constatou que a justiça e equidade foram corrompidos e as leis da Igreja descartadas. Mas “(...) o clero e alguns bispos, ou seja, aqueles de mente mais sadia e zelo mais fervoroso, estavam murmurando contra esse casamento iníquo, tanto quanto eles ousavam” (Livro 1, p.102. Tradução nossa)¹⁰⁸. Com isso “(...) ele [o arcebispo Balwin] pronunciou a sentença de excomunhão contra aqueles que estavam contratando e consentindo com isso” (Livro 1, cap.63. Tradução nossa). De acordo com o cronista, deste modo, “(...) o clero falou o melhor que pode para contrafazer o que a Santa Igreja julgou errado” (Livro 1, p.102. Tradução nossa)¹⁰⁹.

Se mostra, assim, a importância do clero como reparador da ordem e mantenedor da justiça, corrigindo as iniquidades que estavam ocorrendo entre os cristãos. O clero tinha a obrigação de admoestar os que estão no poder, supervisionar e incentivar o bem-estar moral e espiritual da comunidade. Nesta perspectiva, o bispo tem o papel de advertir e repreender aos que transgrediram os preceitos cristãos e as leis do mundo terreno, como também instruir de forma incansável seu rebanho em ação moral adequada (WEILER, 2013, p.186). Esse empenho em reformar o convívio cristão “(...) concretizava uma apreciação coletiva da responsabilidade clerical sobre o conjunto social” (RUST, 2018, 78).

Em nosso entendimento este aspecto se mostra de grande importância dentro dos objetivos da redação do *Itinerarium*, já que legitima a conduta de clérigos preservando a “correta” ordem das coisas entre os cristãos durante a cruzada. Da mesma forma seria possível sustentar que o mesmo poderia ou deveria acontecer também no reino da Inglaterra, mantendo o poder eclesiástico como responsável pela manutenção da justiça e da ordem no contexto do qual o autor se insere, justificando a atuação de prelados nos eventos políticos que ocorreram durante o reinado de João e a continuidade deste comportamento em épocas futuras. Este aspecto dialoga com o próximo tópico discutido, relacionado com um pretendido ofício correcional do clero.

¹⁰⁷ His pure heart was shocked; as protector of the law, he was furious.

¹⁰⁸ (...) the clergy and some of the bishops, i.e. those of sounder mind and more fervent zeal, were murmuring against this iniquitous marriage, as far as they dared.

¹⁰⁹ Then he pronounced the sentence of excommunication against those contracting and consenting to it.

Concluindo este tópico, então, iremos nos debruçar sobre o aspecto correcional do clero em temas eclesiásticos. A compreensão da noção correcional do sacerdócio estende-se a responsabilidade de colocar os cristãos de volta ao que o cronista assinala ser o caminho correto das coisas, geralmente fundamentada em valores cristãos e visando então o bem comum. A partir disso, com a análise de algumas passagens selecionadas será possível compreender mais nitidamente este aspecto.

A princípio, entretanto, é preciso apontar que durante o período medieval passa a ser almejado de maneira gradual uma postura exemplar de edificação do episcopado para seus fiéis (SOUZA; BARBOSA, 1997, p.17). A partir da metade do século XI, particularmente, altos padrões morais e liderança pastoral passaram a serem aguardados do alto clero e, assim, tinha-se a expectativa que os prelados instruissem seus ‘rebanhos’ pela palavra e pelo exemplo, assumindo também um aspecto correcional fundamentado em exortações e/ou castigos mais severos, o que se confirma na crônica (HOWE, 1988, p.330; SOUZA; BARBOSA, 1997, p.17). Os clérigos têm condições, desta maneira, de promulgar normas reguladoras sobre o comportamento moral e religioso dos fiéis, cabendo punir espiritualmente e castigar com penas materiais (SOUZA; BARBOSA, 1997, p.18-19). Desta forma:

(...) Famosamente descrito por Gregório Magno em sua *Regula pastoralis* como a "arte das artes", o cuidado pastoral era trabalho árduo e complexo, ligando as doutrinas da Igreja às necessidades do indivíduo, aplicando as coisas espirituais, eternas e celestiais às práticas temporais e às mundanas. Foi também a maior responsabilidade: a salvação das almas estava em jogo. O tratamento de Gregório aos cuidados pastorais permaneceu influente em nosso período. Mas o final do século XII e início do século XIII viu todos os aspectos da pastoral cuidadosamente reexaminados, especialmente nas escolas emergentes. Os deveres essenciais do pastor permaneceram como tinham sido desde os primeiros tempos cristãos. O sacerdote era um pastor; o báculo sua vara. Ele foi obrigado a alimentar seu rebanho com sã doutrina, no ensino e na pregação. Ele deve usar seu bastão para guiá-los pelo caminho da salvação e castigar qualquer um que se desviasse do percurso. E, se houver "Lobos" aparecendo ameaçando seu rebanho, o pastor deveria afastá-los (RUNCIMAN, 2019, p10. Tradução nossa).

Neste sentido, o bispo se constituía no pastor por excelência. Nesta perspectiva, o cronista enfatiza o trabalho pastoral de Hubert Walter na Cruzada, que interveio e pregou a união e misericórdia aos mais humildes quando os cristãos foram atingidos por uma grande carestia ao longo do cerco à São João D’Acre, que teria levado ao desvio dos ensinamentos cristãos (Livro 1, p.110).

Esta falta de autocontrole por parte dos cruzados teria provocado a morte do arcebispo Baldwin, que não pode suportar testemunhar tais descuidos, mas em outro

momento o autor tinha ressaltado também a idade avançada do arcebispo. O cronista afirma que está “(...) vergonhosa falta de fé foi espalhada entre todos” (Livro 1, p.110. Tradução nossa)¹¹⁰, danificando seriamente a comunidade dos fiéis, deixando os pobres e necessitados sem auxílio nenhuma. O bispo de Salisbury, desta maneira, “(...) empenhou-se em corrigir esta situação, ensinando que nada é maior que a caridade, nada mais bem-vindo a Deus, nada mais frutífero do que dar” (Livro 1, p.110. Tradução nossa)¹¹¹. Com isso, o bispo “(...) induziu todos a abrirem as mãos para compartilhar com o próximo, para dar aos necessitados, para sustentar aqueles que estavam perecendo, porque, do contrário, negligenciando a necessidade de outro, eles poderiam falhar em obter os seus” (Livro 1, p.110. Tradução nossa)¹¹².

A crônica afirma que os corações dos cruzados haviam sido congelados “(...) sob as cinzas mortas da avareza, mas quando a graça divina soprou sobre eles, eles se inflamaram na caridade (...) e tornaram-se misericordiosos” (Livro 1, p.110. Tradução nossa)¹¹³. Desta forma, mais uma vez a narrativa adquire um tom providencialista, uma vez mais em relação a atuação do bispo de Salisbury, destacando seu papel pastoral na condução dos cristãos ao bom caminho. Pode-se evidenciar, assim, que a conduta de Hubert Walter estimula a generosidade entre as forças cristãs, reparando as faltas dos cruzados. Portanto:

(...) todos insistiram com fervorosas obras de piedade, lutando com todas as suas forças para distribuir esmolas. Cada um era movido pelo zelo a superar seus vizinhos em generosidade, pensando que quanto mais pródigos eles estivessem em prover necessidades aos necessitados, mais bem-vindo seria seu serviço a Deus. Além disso, aqueles que haviam comido carne na Quaresma por necessidade - como foi dito acima - se arrependeram de seu crime. Cada um deles recebeu a correção do venerável bispo de Salisbury e se comprometeram a realizar as penitências apropriadas que ele fez sobre eles (Livro 1, p.112. Tradução nossa)¹¹⁴.

¹¹⁰ This shameful lack of faith was spread among all.

¹¹¹ The bishop of Salisbury [Hubert Walter] strove to correct this situation, teaching that nothing is greater than charity, nothing more welcome to God, nothing more fruitful than giving.

¹¹² (...) he induced everyone to open their hands to share with their neighbour, to give to the needy, to sustain those who were perishing, because otherwise by neglecting another's necessity they might fail to obtain their own.

¹¹³ Their hearts had been frozen under the dead ashes of avarice, but when the divine grace blew upon them, they blazed up in charity.

¹¹⁴ Therefore everyone pressed on eagerly with works of piety, contending with all their strength to distribute alms. Each was driven by zeal to surpass their neighbours in generosity, thinking that the more lavish they were in providing necessities to the needy, the more welcome their service would be to God. Also, those who had eaten meat in Lent out of necessity – as was said above – repented of their crime. They each received correction from the aforesaid venerable bishop of Salisbury and undertook with devotion to carry out the appropriate penances he laid on them.

Com a admoestação do bispo, os cruzados passaram a realizar várias obras de caridade. Deste modo:

Então uma nova alegria apareceu, os lábios de muitos abençoaram seus benfeitores depois que receberam a misericórdia que fluía sobre eles, quando os poderosos derramavam compaixão sobre os aflitos. Homens notáveis como Walkelin de Ferrers e Robert Trussebot, foram os principais responsáveis por essas questões. Não menos entusiasmados foram o conde Henrique de Champagne, Jocelin de Montoire, e o conde de Clermont e o líder da ação, o bispo de Salisbury. [...] Através do cuidado e esforço dessas pessoas e de outras, todos contribuíram de acordo com seus meios para uma distribuição 'a todos de acordo com sua necessidade' [Atos ch. 2 v. 45] (Livro 1, cap.81. Tradução nossa)¹¹⁵.

Podemos perceber, portanto, uma preocupação muito acentuada com a generosidade na crônica.

Em nossa análise, o cronista anseia retornar uma época idealizada de caridade e generosidade no reino da Inglaterra. Isso pressupõe doações à Igreja e respeito as propriedades clericais. É função da Igreja, portanto, conservar os bons costumes e restaurar o bom “caminho”, inclusive na Inglaterra, como foi feito na cruzada.

Como Gabrielle M. Spiegel aponta, neste sentido, a cronística possui uma concepção de história essencialmente retórica como meio de persuadir a sociedade a imitar os bons exemplos e evitar os maus. Este impulso moralizador fundamenta-se na propagação de um idealismo moral na qual a história tinha a utilidade moral e política que ultrapassava a simples descrição dos feitos do passado, reduzindo os comportamentos individuais em estereótipos e determinando modos de comportamento (SPIEGEL, 1997, p.87). Desta forma, enquanto explica o presente, o passado projeta o futuro, declarando-se a continuidade e da legitimidade deste presente ou não

O cuidado pastoral, contudo, constitui um aspecto centro na vida do homem e da mulher medieval, relacionado com a salvação das almas do indivíduo cristão (RUNCIMAN, 2019, p.32). A pregação, neste sentido, se estabelece como questão fundamental, mesmo com concentração de obrigações por parte de preladados que não se relacionam com este aspecto.

¹¹⁵ Then a new joy appeared, then the lips of many blessed their benefactors, then welcome mercy flowed down upon them, when the powerful poured out compassion on the afflicted. That notable man Walkelin de Ferrers and Robert Trussebot were foremost in carrying out these matters. No less enthusiastic were Count Henry of Champagne, Jocelin de Montoire, and also the count of Clermont and the leader of the action, the bishop of Salisbury. Through the care and effort of these people and others, everyone contributed according to their means towards a distribution 'to all according to their need' [Acts ch. 2 v. 45].

Podemos notar, por exemplo, a preocupação do cuidado pastoral no Quarto Concílio de Latrão (1215), fundamental para o estabelecimento de bases para o trabalho pastoral da Igreja romana. Desta forma, no cânone sete percebe-se a atenção a reforma dos costumes, a correção das infrações e a punição dos iníquos, reforçando a censura eclesiástica, relacionado ao cuidado das almas. Assim, se estabelece que “(...) os prelados das igrejas devem participar de forma prudente e diligente para a correção das infrações de seus súditos especialmente dos clérigos, e à reforma dos costumes” (Quarto Concílio de Latrão, cânone 7).

O cânone dez enfatiza os deveres pastorais do clero, estabelecendo a necessidade de “(...) edificá-los pela palavra e pelo exemplo (...) [e] ouvir confissões e prescrever penitências” (Quarto Concílio de Latrão, cânone 10). Neste sentido, “(...) o homem não vive somente de pão, mas de toda palavra que procede da boca de Deus” (Quarto Concílio de Latrão, cânone 10). Os bispos, principalmente, “(...) devem apresentar-lhes o que é necessário, quando estão em necessidade, para que por falta de necessidade de que são forçados a abandonar o que eles começaram” (Quarto Concílio de Latrão, cânone 10). Não apenas com base na pregação, mas também “(...) em outros assuntos que são favoráveis à salvação das almas” (Quarto Concílio de Latrão, cânone 10). Desta forma, estabelece e reforça as responsabilidades dos prelados para a reforma de seus fiéis.

Podemos perceber alguns destes mesmos elementos na conduta de Hubert Walter, na qual também desponta aplicando sanções aos cristãos que consumiram carne na Quaresma. Comprova-se, deste modo, a efetividade da pregação do bispo junto aos laicos, resultando um espírito altruísta entre os cruzados e vinculando a virtude da generosidade a um serviço à Deus.

Cabe, desta maneira, apontar que este desenvolvimento de ideias relacionados aos recursos do cuidado pastoral acabaram fazendo parte do senso de identidade do clero paroquial (RUNCIMAN, 2019, p.2019). É notável o florescimento da teologia pastoral nas escolas clericais no período, em que as escolas, o papado e os mosteiros se estabelecem com os berços da elaboração de ideias ligadas ao cuidado pastoral (RUNCIMAN, 2019, p.35).

A partir disso, é possível definir a identidade episcopal como multifacetada, se fundamentado no dever pastoral, da qual havia a absorção de funções políticas e administrativas ao aspecto pastoral.

Em nossa análise da crônica percebemos uma gradual construção do protagonismo clerical, que perpassa múltiplas modalidades. Nesta representação, é estabelecido uma

posição influente sobre a realeza e a nobreza, inclusive de tutela em certas ocasiões. Isso perpassa o que temos indicado ser uma narrativa com fundo ideológico, ou seja, que busca em um passado idealizado uma perspectiva de futuro como forma de transformar o presente. Neste sentido, observamos a construção de uma virtuosidade do clero como forma do autor justificar e posicionar seus membros em uma posição superior à nobreza e reivindicar uma parcela maior de poder e influência na corte e nas decisões reais.

Com isso, cabe destacar que durante o reinado do rei João, por exemplo, a corte continuou a ser frequentada por clérigos mesmo durante o Interdito e alguns eclesiásticos tiveram um papel importantíssimo no governo real e no círculo mais próximo do rei, como os bispos Grey de Norwich e Peter des Roches. A partir disso, em nossa análise, o autor defende o protagonismo do grupo político do arcebispo Stephen da Cantuária - a quem estava ligado -, opositor do rei, das políticas reais e de Peter des Roches. A narrativa sobre o bispo Hubert Walter, futuro arcebispo, e de Baldwin, são indícios para nós sobre isso, mostrando seu protagonismo e habilidades na cruzada e trazendo uma ideia de continuidade.

Este clero idealizado está mais preparado em aconselhar o rei, exercer liderança, não apenas em matérias religiosas, mas também em temas seculares, cuidando de questões legais e preservando a justiça. Todos estes elementos estão em conjunto com os deveres de cuidar das almas e do trabalho pastoral.

Considerações finais

Neste estudo, nossa análise foi pautada nos elementos mais significativos na construção do discurso conservador da obra de Richard de Templo. Conservador, porque com base em uma série de virtudes e vícios, modelos de conduta da nobreza, da realeza e de membros da Igreja, o autor formula uma representação de dinâmicas ligadas a uma idealização do reinado de Ricardo I. Contudo, como mostramos, principalmente no capítulo um, a partir de meados do século XII, os governantes ingleses tiveram uma atuação mais assertiva no fortalecimento do poder real e no envolvimento nas atividades administrativas, inclusive Ricardo.

O *Itinerarium Peregrinorum et Gesta regis Ricardi* possui o objetivo de preservar uma memória (idealizada), resultando em um caráter didático, especialmente relacionado com a realeza. Neste sentido, podemos observar a articulação com modelos de comportamento reconhecidos, presentes também em canções de gesta, romances de cavalaria e modelos bíblicos. A crônica, diante desta perspectiva, legítima e difundiu uma imagem específica formulada por seu autor e é uma importante ferramenta na disputa sobre a memória histórica a respeito da realeza no reino da Inglaterra.

A construção de memória, neste sentido, foi durante a história um importante meio na luta das forças sociais de poder, resultando em muitos casos na legitimação ou não de condutas ou de um governo. Foi preciso, portanto, analisar o *Itinerarium* a partir de um estudo sobre seu contexto e assim perceber sua narrativa através de interesses políticos de seu autor, buscando compreender as finalidades e os contornos da escrita.

O que podemos perceber nos fragmentos é a construção de imagens, positivas ou não, relacionadas, principalmente, à realeza e aos membros da Igreja. Neste sentido, podemos perceber a formulação de uma imagem idealizada da personalidade e da conduta do rei inglês Ricardo I. Em contraposição, contudo, o autor também apresenta uma imagem negativa sobre certas atitudes, reforçadas com base no silenciamento da narrativa em certos pontos, principalmente sobre a figura de João. Observa-se, assim, uma deslegitimação de sua conduta e de seu reinado.

Por outro lado, na obra também é construído uma imagem idealizada de membros da Igreja, com base em uma atuação modelar e exemplar do clero durante a Terceira Cruzada. Em nossa análise, isso é um ponto fundamental na narrativa. Neste sentido, podemos afirmar que o autor defende um resgate e manutenção do protagonismo

eclesiástico na Inglaterra, não se limitando a temas religiosos, mas agindo ativamente em matérias seculares e possuindo um caráter tutelar sobre a realeza e a nobreza.

Como temos mostrado, a forma na qual o conteúdo da crônica é apresentado possibilita construir pontes entre o período da redação e as formas de narrar do cronista. Não estamos aqui questionando se tais acontecimentos ocorreram na prática, de fato a historiografia moderna sustenta a maior parte do que é narrado no *Itinerarium*. Nosso objetivo, entretanto, foi examinar as formas na qual o conteúdo da crônica é apresentado e, quando é o caso, apontar as incongruências entre o que o cronista conta e os fatos históricos de fato.

A partir de nossa análise, portanto, podemos perceber o cronista formulando uma dinâmica ideal e de interdependência entre os diversos agentes políticos, preservando a posição privilegiada dos homens da Igreja. É importante considerar, portanto, a crônica como parte integrante da linguagem política na sociedade medieval e, desta forma, sublinhar seu papel como instrumento ativo de poder e como uma ferramenta de transformação da realidade.

A construção de um modelo régio em torno da figura idealizada de Ricardo I, contudo, depende de sua participação na cruzada, um elemento fundamental na distinção entre ele e seu irmão. Além disso, as qualidades marciais de sua conduta, por outro lado, são outro ponto de extrema importância nesta construção. Podemos observar, assim, a formulação de uma imagem com base na ética da cavalaria medieval, especialmente na busca por glórias e fama. Com isso, virtudes como coragem, audácia, temeridade e generosidade, importantes na ética cavaleiresca, são elementos fundamentais na conduta idealizada do rei Ricardo. Neste sentido, como mencionamos em nosso estudo, durante a Idade Média, um grande número de crônicas apresentaram uma consideração positiva da cavalaria e utilizaram seus valores como base no julgamento da conduta real e nobre e, a partir disso, como forma de elogio e reforço da realeza.

Outro elemento muito marcante na narrativa, contudo, é o providencialismo, em particular em figuras idealizadas de membros da Igreja e na figura do rei Ricardo. Desta forma, podemos observar uma atuação decisiva destes indivíduos em diversos fragmentos da crônica. Mas o vício também possui um importante papel na obra. Neste sentido, o comportamento vicioso de certos indivíduos, como João, Conrado de Monferrato e Isaac Ducas Comneno, são utilizados como contraposição à imagem idealizada construída em torno do rei Ricardo. Na crônica, entretanto, o vício apresenta outro papel fundamental, que seria de justificação do fracasso da cruzada, eximindo o rei inglês da frustrada

tentativa de reconquistar Jerusalém. Neste sentido, muitos personagens, incluindo o marquês Conrado, são considerados os principais obstáculos para o sucesso da cruzada e responsáveis pela morte dos cristãos, principalmente durante o assédio à cidade de São João d’Acre. Assim, o autor enfatiza em toda a narrativa o comportamento imoral de muitos cristãos, latinos ou residentes na Palestina, justificando as conquistas muçulmanas na região e a fragmentação das forças cruzadas, que impossibilitaram o sucesso da cruzada.

Escrita em contexto de grandes transformações sociopolíticas na Inglaterra, o fortalecimento do poder real e a contestação da legitimidade das condutas reais foram fundamentais para a redação do *Itinerarium* e nas formas de narrativa adotadas por seu autor. Em nossa análise, portanto, a crônica pode ser considerada um espaço de intersecção entre um passado remodelado e idealizado e um futuro imaginado, ou seja, uma tentativa de fazer retornar um modelo régio específico e defender, ao mesmo tempo, uma posição de destaque e mais assertiva dos membros da Igreja. Este modelo é caracterizado por suas habilidades guerreiras, generosidade, autoconfiança, boa oralidade e respeito à Igreja, uma figura carismática.

A representação de João, por outro lado, é muito negativa. Ele é retratado usurpando o trono inglês, alienando o tesouro real e das igrejas e ignorando conselhos. Podemos, contudo, encontrar ligações com aspectos de seu reinado. Assim, sua caracterização como usurpador, pode fazer referência ao seu conflito com seu sobrinho Arthur da Bretanha pelo trono inglês após a morte do rei Ricardo, retratando seu reinado como ilegítimo. Desde o reinado de seu pai, por outro lado, uma classe de funcionários da administração foi formada e fortalecida. No reinado de João, entretanto, o rei de forma crescente preteriu a nobreza em funções até então tradicionais e preferia consultar os membros da corte ao contrário dos barões, gerando um descontentamento. Por fim, como mostramos, João manteve práticas reais que tinham o objetivo de reunir mais recursos para o erário real, impactando seriamente a nobreza do reino e os membros da Igreja.

Podemos observar, portanto, uma idealização da figura de Ricardo paralelamente a desconstrução da legitimidade de João. A crônica faz críticas diretas e indiretas ao seu reinado, lembrando e idealizando seu predecessor. Mas o cronista formula uma imagem falsa de contraposição entre Henrique II, Ricardo I e João. Não existe uma quebra de tradições monárquicas, mas sim sua manutenção. O autor, entretanto, resgata um modelo idealizado e construído de rei ideal que não teria um caráter centralizador, mas sim um modelo régio ainda baseado em relações feudais.

Estas representações idealizadas fazem parte de um projeto ideológico do autor. Neste sentido, são elaboradas baseadas no interesse do grupo no qual faz parte, isto é, o clero. Desta maneira, podemos perceber como a narrativa tenta impor uma concepção da realidade na qual existe um dinâmica entre a Igreja e a realeza que inclui, em certos momentos, uma tutela sobre a Coroa. Além disso, reivindica uma parcela maior de protagonismo comparado à nobreza, mostrando em diversos momentos uma atuação tanto melhor do que à de alguns nobres durante a cruzada, mesmo em ações militares.

A narrativa é construída, assim, remetendo aos interesses da Igreja, que almejava um protagonismo maior nos assuntos do reino na Inglaterra, descrevendo uma situação idealizada. Na representação do passado, fornece modos de atuação e um repertório de referências, apresentando uma forma de organização ideal e resulta em um papel ativo do clero.

Cabe lembrar que o período que o cronista estava escrevendo a obra a revolta baronial já havia sido derrotada, a Magna Carta reconfirmada e o reino estava sob uma regência. O fim da revolta, em nosso entendimento, é um dos aspectos determinantes para a narrativa mostrar de forma tão explícita a superioridade do clero em relação à nobreza, que falhou em derrotar o rei João. Além disso, o protagonismo do clero na obra, centrado nas figuras do bispo Hubert Walter e do arcebispo Baldwin, em nossa análise, faz parte de um projeto de um protagonismo da Cantuária e, por consequência, do arcebispo Stephen Langton.

Durante a regência de Guilherme Marechal e mesmo após 1219, o arcebispo Langton não teve muita participação na Corte, mas esteve por um período no continente. Ele foi repreendido por Inocêncio III por sua participação na revolta entre 1215 e 1217 e na confecção da Magna Carta e, mesmo quando retornou ao reino inglês, os legados papais Guala e Pandulf tiveram mais influência na Corte. A crônica, portanto, tem uma narrativa que reforça a virtuosidade e importância da Cantuária nas figuras de Hubert Walter e Baldwin, o que, em nossa leitura, se traduz na valorização da figura de Langton, a quem o autor estava ligado.

Como afirmamos na introdução, a elaboração de uma ideologia parte da necessidade de um grupo social – neste caso, do clero – de conferir-se uma imagem, simultaneamente construindo um projeto de futuro, que nesta circunstância seria de uma parcela significativa de poder e influência por parte da Igreja inglesa no reino. Isso tem com base um passado idealizado, dando legitimidade a esta construção ao buscar na memória e em valores como os da cavalaria medieval, a elaboração de um modelo régio

que é compatível com o projeto ideológico de Richard de Templo. Neste sentido, a própria narrativa ter como foco a participação de Ricardo I na cruzada e não sobre seu reinado é um indício disso.

As Cruzadas foram, de certa forma, uma tentativa do poder clerical controlar os príncipes seculares e a cavalaria. O relato é muito oportuno, assim, em cristalizar uma imagem régia em um contexto de cruzada ao contrário de focar sua narrativa no reinado de Ricardo. Seu reinado, como mostramos, não foi muito diferente na relação com a Igreja do que nos reinados de seu pai ou irmão, por isso não é tão interessante para os objetivos do cronista abordá-lo.

Em nossa análise, portanto, o *Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi* é muito mais do que apenas uma crônica sobre a Terceira Cruzada, mas é resultado de um projeto de seu autor de transformação social da Inglaterra no início do século XIII.

ANEXOS

Anexo 01: Bispos consagrados durante o reinado de Ricardo I

Bispado	Eleito	Data	Origem
York	Geoffrey Plantageneta	20 de julho de 1189	Família real
Ely	William Longchamp	15 de setembro de 1189	Cúria régia
Londres	Richard fitz Neal	15 de setembro de 1189	Cúria régia
Salisbury	Hubert Walter	15 de setembro de 1189	Cúria régia
Winchester	Godfrey de Lucy	15 de setembro de 1189	Cúria régia
Worcester	Robert fitz Raph	Julho de 1190	Família ligada à Corte
Canterbury	Reginald fitz Jocelin	22 de novembro de 1191	Bispo ligado à Corte
Bath	Savaric de Bohun	Antes de 26 de dezembro de 1191	Família baronial
Canterbury	Hubert Walter	29 de maio de 1193	Bispo ligado à Corte
Worcester	Henry de Sully	4 de dezembro de 1193	Monge
Exeter	Henry Marshal	Antes de 10 de fevereiro de 1194	Família baronial/cúria real
Salisbury	Herbert le Poer	Antes de 29 de abril de 1194	Cúria régia
Durham	Philip de Poitiers	4 de janeiro de 1196	Cúria régia
Worcester	John de Coutances	15 de janeiro de 1196	Família ligada à Corte
Ely	Eustace	10 de agosto de 1197	Cúria régia
Coventry	Geoffrey Muschamp	Antes de 21 de junho de 1198*	Família baronial
Londres	William de Saint Mery Eglisé	7 de dezembro de 1198	Cúria régia
Worcester	Mauger	Antes de 8 de agosto de 1199*	Cúria régia

*Nomeados anteriormente¹¹⁶

¹¹⁶ In: TURNER, R.V. Richard Lionheart and English Episcopal elections. In: **Albion**, v.29, n.1. 1997, p.1-13

Anexo 02: Bispados nos quais não houve eleição durante o reinado de Ricardo I

Bispado	Bispo	Data
Chichester	Seffrid II	1186-1204
Hereford	William de Ver	1186-1198*
Lincoln	St. Hugh de Avalon	1186-1200
Norwich	John de Oxford	1175-1200
Rochester	Gilbert de Glanvill	1185-1204

*Permaneceu vago até a morte de Ricardo em 6 de abril de 1199¹¹⁷

¹¹⁷ In: TURNER, R.V. Richard Lionheart and English Episcopal elections. In: **Albion**, v.29, n.1. 1997, p.1-13

REFERÊNCIAS

4.1 Fontes primárias

NICHOLSON, H. J. (ed.). **Chronicle of the Third Crusade: A translation of the *Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi***. Ashgate: New York, 2016.

Cânones do Quarto Concílio de Latrão. In: <https://sites.google.com/site/evangelizandocommaria/concilios-da-igrejacatolica/quarto-concilio-de-latrao/canones-do-quarto-concilio-de-latrao>. Acesso em 20 de junho de 2020

4.2 Referências bibliográficas

ABULAFIA, D. (Ed.) **The new Cambridge Medieval History**, Volume V c. 1198-c.1300. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

AGUIAR, M. A 'honra' de cavalaria e a aristocracia medieval portuguesa. **Anuario de Estudos Medievales**, 48/2, jul-dez 2018, p.561-586

ALMEIDA, Isabel. **Livros portugueses de cavalarias, do Renascimento ao Maneirismo**. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 1998.

Angevin Empire. In: SZARMACH, P.E; TAVORMINA, M.T; ROSENTHAL, J. T. (ed.) **Medieval England: an encyclopedia**. Nova York: Garland, 1998.

ARNOLD, B. German bishops and their military retinues in the medieval empire. **German History**, v.7, n.2. 1989, p. 161-183

BARLOW, F. **The Feudal Kingdom of England, 1042–1216**. Harlow: Pearson Education. 1999

BAREFIELD, J.P. Peter des Roches, bishop of Winchester, and the papal interdict on England, 1208-1214. **The Rice University Studies**, v.60, nº4. 1974

BARROS, J.A. A fonte histórica e seu lugar de produção. **Cad. Pesq. Cdhis**, Uberlândia, v.25, n.2, jul./dez. 2012, p.407-429.

_____, J.A. A realeza cristã ibérica: três imagens do poder régio no século XIII. **Caminhos da História**, v.14, n.1. 2009, p. 35-51

_____, J.A. Poderes e micropoderes na leitura de livros manuscritos medievais – um estudo dos Livros de Linhagem da Idade Média Portuguesa. **SIGNUM: Estud. Ling.**, Londrina, n. 13/1, jul. 2010, p. 61-80.

- BARTHLÉMY, D. **A cavalaria**: da Germânia antiga à França do século XII. Editora da Unicamp: Campinas, 2010.
- BEEM, C. **The royal minorities of medieval and early modern England**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.
- BERTOLI, A. L. **O cronista e o cruzado**: a revivescência do ideal da cavalaria no outono da Idade Média portuguesa (século XV). 175f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- BONNASSIE, P. **Vocabulário básico de la historia medieval**. Barcelona: Editorial Crítica, 1988.
- BROOKE, Z.N. **The English Church & the Papacy**: from the Conquest to the reign of John. Cambridge: Cambridge University Press, 1989
- BROWN, A. **Church and Society in England, 1000-1500**. Londres: Palgrave Mcmillan. 2003
- BUESCU, A.I. Um discurso sobre o príncipe: a “pedagogia especular” em Portugal no século XVI. **Penélope**, v.17. 1997, p. 33-50.
- HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- CALLINICOS, A. **Making History**. London: Basil Blackwell, 1987.
- CARPENTER, D. **Struggle for Mastery**: The Penguin History of Britain 1066–1284. Londres: Penguin, 2004
- _____, D. The plantagenet king. In: ABULADIA, D (ed.). **The New Cambridge Medieval History**, volume V c.1198-1300. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p.314-357.
- CARRUTHERS, M. **The Book of Memory - A Study of Memory in Medieval Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- CHARTIER, R. **História cultural**: Entre práticas e representações. Lisboa: Difel Difusão Editorial S.A, 2002.
- CHENEY, C.R. King John and the Papal Interdict. **Bulletin of the John Rylands Library**, v.31, nº2. 1948, p. 295-317
- CLANCHY, M.T. **England and its rulers, 1066-1307**. Chichester: Blackwell Publishing Ltd., 2014.
- Clérigos e leigos. SCHMITT, J.C. **Dicionário analítico do Ocidente Medieval**, v.1. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p.268-284.

- COSTA, C.B.M. *Ser inglês, Pertencer a um Passado*: Um estudo dos usos do passado e a construção da imagem de Henrique V - Inglaterra, século XV. 218f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019
- COSTA, R.L.S. **A guerra na Idade Média**: Estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica. Rio de Janeiro: Edições Paratodos. 2008
- _____, R.L.S. O pensamento político no final do século XIII: A imagem do Príncipe Tirano na *Árvore Imperial*, de Ramon Llull. **Dimensões 11 - Revista de História da UFES**, Vitória, n.11, 2000, p. 349-364.
- _____, R. *O Espelho de Reis* de Frei Álvaro Pais (c.1275-1349) e seu conceito de *tiranía*. In: MALEVAL, M. A. T (org.). **Atas do III Encontro Internacional de Estudos Medievais**. Rio de Janeiro: Editora Ágora da Ilha, 2001, p. 338-344.
- CROSBY, E.U. **The King's Bishops**: The Politics of Patronage in England and Normandy, 1066-1216. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013.
- Cruzadas. In: SOUZA, G.Q. **Dicionário de história das religiões na antiguidade e medievo**. 2020, p.126.129.
- CUESTA, J.I. **Breve historia de las cruzadas**. Madrid: Ediciones Nowtilus, 2009.
- DANZIGER, D; GILLINGHAM, J. **1215: The Year of the Magna Carta**. Londres: Coronet Books. 2003.
- DEVIA, C. Aproximaciones historiográficas a la violència en la Edad Media. **Medievalista online**, n.18, jul-dez. 2015, p.1-36.
- DIAS, I.B. Teoria e prática discursiva: estratégias de preservação da memória em textos historiográficos ibéricos (sécs. XIII-XIV). **Limite**, nº3. 2019, p. 113-128
- DICKENS, A.G. **The English Reformation**. Nova Iorque: Schocken, 1964
- DUBY, G. **Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____, G. História social e ideologias das sociedades. In: LE GOFF, J; NORA, P. (orgs.). **História: Novos Problemas**, Parte 01. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1974, p.130-145.
- DUGGAN, L.G. The evolution of latin canon law on the clergy and armsbearing to the thirteenth century. In: KOTECKI, R; MACIEJEWSKI, J; OTT, J (orgs.). **Between Sword and Prayer Warfare and Medieval Clergy in Cultural Perspective**. Leiden: Brill, 2018, p.497-516.
- ELST, S.V. “The holiness of that forsaken place”: The Purpose of Sin in the *Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi*. **Studies in Philology**, v.116, n.2. 2019, p.195-208.

Escrito/oral. BATANY, J. **Dicionário analítico do Ocidente Medieval**, v.1. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p.429-443.

FERNANDES, F.R. Cruzadas na Idade Média. In: Magnoli, D (org.). **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006, p.99-130.

_____, F.R. Discursos e estratégias de poder na Idade Média peninsular. In: PONTES, R; MARTINS, E.D (orgs.). **Anais do VII Encontro Internacional de Estudos Medievais – Idade Média: permanência, atualização, residualidade**. Fortaleza: Premium Editora, 2009. P. 292-298.

_____, F.R. Instituições e poder na Baixa Idade Média Portuguesa. **Atas das Jornadas da Linha Cultura e Poder**, Curitiba: PGHIS/ UFPR. Texto produzido em 2003b. (Prelo).

FERNÁNDEZ, E.M. La Guerra de los Cien Años: primer conflicto global en el espacio europeo. **Clio & Crimen**, nº 6. 2009, p. 15-35

FITZ, F.G. La Reconquista: um estado de la cuestión. **Clio & Crimen**, n.6. 2009, p.142-215.

FRANÇA, S.S.L. Os saberes históricos: a concepção de história dos cronistas oficiais. In: _____. **Os reinos dos cronistas medievais (séc. XV)**. São Paulo: Annablume, 2007.

FRYDE, N. King John and the Empire. In: Church, S.D. (org.). **King John: New Interpretations**. Woodbridge: Boydell Press. 2007

FLORI, J. **A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. Editora Madras: São Paulo. 2005.

_____, J. **Guerra Santa: Formação da Ideia de Cruzada no Ocidente**. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

_____, J. **Ricardo Corazón de León: El rey cruzado**. Editora Edhasa: Barcelona, 2002.

FONTOURA, O. Sobre o “historiar” medieval: o lugar das crônicas e dos cronistas na escrita da História. **Revista Labirinto**, Porto Velho-RO, Ano XIV, Vol. 20, 2014, p. 119-137.

FUNES, L. De la crónica medieval a la crónica de Indias: algunas reflexiones sobre la escritura de la historia en los umbrales de la Modernidad. In: “El Hispanismo ante el Bicentenario”: Actas del IX Congreso Argentino de Hispanistas, 9., 2010, Buenos Aires. **Actas...** Buenos Aires: Universidad de La Plata, 2010, p.1-9.

GERRARD, D. Why Study fighting Clergy? Knight Service, Integrated War, and the Bounds of English History, c.1000-1200. In: KOTECKI, R; MACIEJEWSKI, J; OTT, J

(orgs.). **Between Sword and Prayer Warfare and Medieval Clergy in Cultural Perspective**. Leiden: Brill, 2018, p.117-158

GERVERS, M; HAMONIC, N. *Pro Amore Dei*: Diplomatic Evidence of Social Conflict During the Reign of King John. In: PENNINGTON, K; EICHBAUER, M.H (Ed.). **Law as Profession and Practice in Medieval Europe**: Essays in Honor of James A. Brundage. Farnham: Ashgate, 2011. p. 231-262

GILCHRIST, J. The office of bishop in the Middle Ages. **The Legal History Review**, v.39, issue 01, p.85-101

_____, J. The Papacy and War against the ‘Saracens’, 795-1216. **The International History Review**, Vol. 10, No. 2, maio. 1988, p. 174-197

GILLI, P. Da peccatologia dos governantes antes à necessidade do tiranicídio: os vícios monárquicos de Álvaro Pelayo à Paride del Pozzo (séculos XIV-XV). **Revista Signum**, n.2, v.16, 2015, p.98-130. Tradução de: SCHIRM, L. D. Título original: De la peccatologie des gouvernants à la nécessité du tyrannicide: les vices monarchiques D’Alvor Pelayo à Paride del Pozzo (XIV^o-XV^o siècles).

GILLINGHAM, J. **The angevin empire**. Londres: Arnold, 2001

_____, J. The crisis of the Angevin empire, 1199-1206. In: _____. **Richard Couer de Lion**: kingship, chivalry and war in the twelfth century. Londres: Hambledon Press, 1994. pp. 66-76.

GRASDEN, A. **Historical writing in England, c.550 - c. 1307**. Londres: Routledge, 1998.

_____, A. **Legends, Traditions and History in medieval England**. Londres: The Hambledon Press, 1992.

GUIMARÃES, M.L. As intenções da escrita da História no outono da Idade Média. In: BASSI, R; TEIXEIRA, I.S. (org.). **A escrita da História na Idade Média**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p.76-89.

_____, M.L. Crônica de um gênero histórico. **Revista Diálogos Mediterrânicos**, N.2, maio/2012, p.67-78.

_____, M. L. **Estudo das representações de monarca nas crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV)**. O espelho do rei: “- Decifra-me e te devoro”. 289f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Arte. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

_____, M.L. O discurso cronístico e a narratividade histórica. In: NASCIMENTO, R.C.S; NETO, D.M. (org.). **A Idade Média**: entre a História e a

historiografia. Goiânia: Editora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2012, p.53-77.

HANSEN, J. A. Educando príncipes no espelho. In: FREITA, M.C; JANOTTI, A. **Origem das Universidades: singularidade do caso português**. São Paulo: Edusp, 1992.

HEHL, E.D. War, Peace and the Christian Order. In: LUSCOMBRE, D; RILEY-SMITH, J. (orgs.). **The new Cambridge Medieval History**, v.4 c. 1024-1198, parte 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p.185-228.

HEISER, R. Richard and His appointments to English shrievalties. **The English Historical Review**, v.112, n.445. 1997, p.1-19.

HILLEN, C; WISMALL, F. The Minority of Henry III in the Context of Europe. In: BEEM, C. **The royal minorities of medieval and early modern England**. Nova Iorque: Palgrave Macmillian, 2008. pp. 17-66.

HOLLISTER, C.W. King John and the historians. **Journal of British Studies**, v. 1, nº1, nov. 1961. p. 1-19.

HOWE, J. The Nobility's Reform of the Medieval Church. **The American Historical Review**, Vol. 93, No. 2 (Apr., 1988), pp. 317-339.

HUNT, L. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

HUSCROFT, R. **Ruling England, 1042–1217**. Harlow: Pearson, 2005.

John. WARREN, W.L. **Medieval England**. Nova Iorque: Garland, 1998, pp. 381-382.

JOLLIFFE, J.E.A. **Angevin kingship**. Londres: A.& C. Black, 1963.

JUNIOR, A.J.M; REIS, J.E. O cristianismo e a justificação da guerra na Idade Média. In: **VIII Congresso Internacional de História - 1917-2017: Centenários, 8.**, 2017, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2017, p.507-515

KAUPER, R.W. **Chivalry and violence in medieval Europe**. Nova Iorque: Oxford University Press Inc., 1999.

KEEN, M. **Chivalry**. Hong Kong: Yale University, 1990.

KOTECKI, R; MACIEJEWSKI, J; OTT, J. The Medieval Clergy and War: A Historiographical Introduction. In: _____. **Between Sword and Prayer Warfare and Medieval Clergy in Cultural Perspective**. Leiden: Brill, 2018, p.1-23.

LE GOFF, J. **A civilização do Ocidente medieval**. Editora Estampa: Lisboa, v.2, 1983.

_____, J. "Documento/Monumento". In: _____. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990. p.535-549).

_____, J. **História & Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2019.

- _____, J. **Para um novo conceito de Idade Média: Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente**. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- LOYN, H.R (org.). **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda. 1997.
- LUND, N. The Military Obligations of the Danish Church in the High Middle. In: HALFOND, G.I. (ed.). **The Medieval Way of War Studies in Medieval Military History in Honor of Bernard S. Bachrach**. Farnham: Ashgate, 2015, p.295-307
- MAGALHÃES, H.G.D; TESTA, E.C; TEIXEIRA, I.C.S. O imaginário cristão nas novelas de cavalaria e nas cantigas de amor. **Revista Mirabilia**, n.6, 2006, p.50-62.
- MARTÍNEZ, C.A. Definición de cruzada: estado de la cuestión. **Clio & Crimen**, nº 6. 2009, p. 216-242.
- _____, C.A. Iglesia y violencia en torno a la idea de cruzada (siglo XIII). **Hispana Sacra**, vol. 49, nº99, 1997, p.349-361.
- MATTE, R.M. El análisis de contenido como propuesta para el estudio de la crónica medieval: Su aplicación práctica en la figura de Alfonso VI en las crónicas de los siglos XII y XIII. **Revista de Historia y Geografía**, Nº 38, 2018, p.25-68.
- _____, R.M. Una aproximación al linaje y la guerra como las fuentes de legitimación del poder regio en Castilla y León durante la plena Edad Media. **Revista Chilena de Estudios Medievales**, nº 4, julio-diciembre 2013, p.33-62
- MAUROIS, A. **Historia de Inglaterra**. Lisboa: Ed. Aster, 1970.
- Memória. GEARY, P. **Dicionário analítico do Ocidente Medieval, v.2**. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p.191-207.
- MIETHKE, J. El siglo XIII. In: _____. **Las ideas políticas de la Edad Media**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1993
- MOCELIM, A. “**Segundo conta a estória...**” A Crônica Geral de Espanha de 1344 como um retrato modelar da sociedade hispânica tardo medieval. 2013. f.317. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013
- MONTEIRO, J.G. **Lições de História da Idade Média (sécs. XI-XV)**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.
- MUNIZ, M.R.C. O leal conselheiro e a tradição do espelho de príncipe: Considerações sobre o gênero. In: Actas del IX Congreso Internacional de La Asociación Hispánica de Literatura Medieval, 9., 2001, **Actas...** Noia: Toxo Soutos, 2005, p. 89-103.
- NAKASHIAN, C.M. **Warrior churchmen of Medieval England, 1000-1250: Theory and Reality**. Woodbridge: The Boydell Press, 2016.

- NEDERMAN, C. J. Three Concepts of Tyranny in Western Medieval Political Thought. **Contributions to the History of Concepts**, v.2, n.14. 2019, p. 1-22.
- NICHOLSON, H. Following the path of the Lionheart: The *De Ortu Walwani* and the *Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi*. **Medium Aevum**, v.69, n.1. 2000, p.21-33.
- _____, H. The Third Crusade: a campaign of Europe's élite. In: MADDEN, T (ed.). **Crusades: the illustrated history**. Michigan: The University of Michigan Press, 2004, p.78-97.
- NORGATE, K. **England Under the Angevin Kings**. Londres: Macmillan, 1887.
- _____, K. The '*Itinerarium Peregrinorum*' and the '*Song of Ambrose*'. **The English Historical Review**, v.25, n.99. 1910, p.523-547.
- PESAVENTO, S. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PERROY, E. **A Idade Média: o período da Europa feudal, do Islã turco e da Ásia mongólica. Os tempos difíceis (início)**. São Paulo: Difel, 1974.
- PEZZIMENTI, S. **L'Estoire de la guerre sainte: con tradizione e ricezione, del frammento di Dublino**. 2012. Tese (doutorado em História) - Università degli Studi di Siena. Siena, 2012.
- PHILLIPS, J. **The Crusades, 1095-1197**. Hong Kong: Pearson Education Limited, 2002.
- PREDEIRO-SÁNCHEZ, M. G. **História da Idade Média: Textos e Testemunhas**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PREVITÉ-ORTON, CW. **História da Idade Média**. Lisboa: Editorial Presença, 1973. v.5.
- Rei. In: LE GOFF, J. **Dicionário temático do ocidente medieval**, v.2. Bauru, SP: Edusc; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- REIS, F.A.F. A arte de governar no "*De Republica per Regem Gubernanda*" de Diogo Lopes Rebelo e no "*Clarimundo*" de João de Barros. **Revista Signum**, n.1, v.15, 2014, p.15-38.
- _____, F.A.F. **Speculum Principum: considerações sobre o gênero nas letras portuguesas dos séculos XV e XVI**. Revista Signum, vol. 17, n. 1, 2016, p.235-249.
- REIS, J.C. **Teoria e História: Tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- REUTER, T. *Epicopi cum sua militia: The Prelate as Warrior in the Early Staufer Era*. In: REUTER, T. (org.). **Warriors and churchmen in the High Middle Ages, Essays presented to Karl Leyser**. Londres: The Hambleton Press, 1992, p.79-94.

RIBEIRO, F.A. Da virtude à política: a moral do governante no pensamento do Franciscano Paulino de Veneza (c.1314). **Hist. R., Goiânia**, v. 24, n. 2, maio/ago. 2019, p. 103–122.

Ritos. SCHMITT, J.C. (orgs.). **Dicionário analítico do Ocidente Medieval**, v.2. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p.465-482

ROBINSON, I.S. Gregory VII and the soldiers of Christ. **History**, v.58, n.193. 1973, p.169-192.

RUNCIMAN, D. **Pastoral care according to the bishops of England and Wales (c.1170 – 1228)**. f.260. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de História. Fitzwilliam College, Cambridge, 2019.

RUST, L.D. **Bispos Guerreiros: Violência e fé antes das Cruzadas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018

SANCHEZ, P. J. G. **El género historiográfico de la chronica**: las crónicas hispanas de la época visigoda. Cáceres: Universidad de Extremadura. 1994.

SANMARTÍN, I. Los elementos del pensamiento político medieval como un “sistema cristiano”. **Hist. R., Goiânia**, v. 24, n. 2, mai./ago. 2019 p. 6-21

SANTANA, E.V. Antes de exaltar, conter: a leitura do *De Regimine Principum* de Egidio Romano como um *Speculum* de delimitação do poder régio. **Revista História e Cultura**, Franca, v.2, n.3 (Especial), 2013, p.500-521.

SANTOS, D.R. A comparação do Governante justo nas obras *Formula de Vida Honesta* (VI), de Martinho de Braga, e *O livro da Ordem de Cavalaria* (XIII), de Ramon Llull. In: Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-RIO, 17., 2016, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, 2016, s.p. Disponível em: <http://encontro2016.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=2219>. Acesso em 03 de setembro de 2021.

_____, D.R. Uma análise sobre a representação do governante ideal na obra “O livro da ordem de cavalaria (1274-1278)” em Aragão. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v.22, n. 43, jan./jun. 2017, p.85-93.

SANTOS, F.P. **Cronistas e Combatentes: A escrita da história na Inglaterra da Guerra dos Cem Anos (1330-1360)**. Rio Branco: Edufac, 2019.

_____, J.C. **O corpo das imagens: Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média**. Bauru: EDUSC, 2007.

- SILVA, S.L. **A ética das virtudes de Aristóteles**. 78f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Setor de Ciências Humanas. Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2008.
- SOUZA, J.A.C.R; BARBOSA, J.M. **O reino de Deus e o reino dos Homens**: As relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997
- SPIEGEL, G.M. **The Past as Text: The Theory and Practice of Medieval Historiography**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1997.
- STENTON, D.M. King John and the Courts of Justice. In: _____. **Pleas before the King and His Justices, 1198–1202**. Londres: Quaritch, 1953.
- TANNER, J.R; PREVITÉ-ORTON, C.B; BROOKE, Z.N (Ed.). **The Cambridge Medieval History**, Volume VI: Victory of the papacy. Cambridge: Cambridge University Press, 1929
- TATE, J.C. Episcopal Power and Royal Jurisdiction in Angevin England. In: HARRIS, T.L (Ed.). **Studies in Canon Law and Common Law in Honor of R. H. Helmholz**. Berkely: The Robbin Collection, 2015. p. 15-26.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- TURNER, R.V. England in 1215: An Authoritarian Angevin Dynasty Facing Multiple Threats. In: LOENGARD, J.S (Ed.). **Magna Carta and the England of King John**. Woodbridge: Boydell & Brewer, 2010
- _____, R.V. King John's concept of royal authority. **History of Political thought**, v. XVII, nº 2. 1996, p. 156-178.
- _____, R.V. The Problem of Survival for the Angevin "Empire": Henry II's and His Sons' Vision versus Late Twelfth-Century Realities. **The American Historical Review**, Vol. 100, No. 1, Fev-1995, pp. 78-96.
- _____, R.V. Richard Lionheart and English Episcopal elections. **Albion**, v.29, n.1. 1997, p.1-13.
- _____, R.V. Richard Lionheart and the Episcopate in his French domains. **French Historical Studies**, v.21, n.4. 1998, p.517-542.
- VIANNA, J.L. A cavalaria medieval e a formação inicial de Jaime I como rei cavaleiro no *Llibre dels Fets* (c.1252-1274). **Revista Mirabilia**, n.8, dez-2008, p.182-204.
- VIELLIARD, F. Richard Cœur de Lion et son entourage normand: le témoignage de l'Estoire de la guerre sainte. **Bibliothèque de l'école des chartes**, tome 160, livraison 1. 2002, p. 5-52.

Violência. GAUVAINS, C. **Dicionário analítico do Ocidente Medieval**, v.2. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p.676-686.

WARREN, W. L. **King John**. Londres: Methuen, 1991.

WILLOUGHBY, J. A Templar chronicle of the Third Crusade: origin and transmission. **Medium Ævum**, v.81, n.1. 2012, p.126-134.

YATES, F.A. **A arte da memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2019.

ZIERER, A. Cavaleiros medievais entre a história e a literatura: Lancelot e Galaaz. In: AGOSTINHO, R; BACCEGA, M. (org.). **Letras e Veredas da História, diálogos e convergências**. São Luís: São Luís Café & Lápis; Edufma, 2018, p.99-122

_____, A. **Modelos educativos de nobre e rei na Crônica de D. João I, de Fernão Lopes**. Acta Scientiarum. Education, Universidade Estadual de Maringá, vol. 32, núm. 1, 2010, pp. 55-66

_____, A. **O monarca ideal no medievo, sua relação com a Igreja e a apropriação de Artur na Historia Regum Britanniae (séc. XII e XIII)**. In: Revista Notandum, São Paulo/Porto, Ano XII, N.21, set./dez. 2019, p.123-135.

ZLATIC, C.E. A monarquia como império de si: o caso da realeza de D. Dinis (séc. XIII). **Revista Espaço Acadêmico**, ano XII, n.143, abril, 2013, p.63-70.